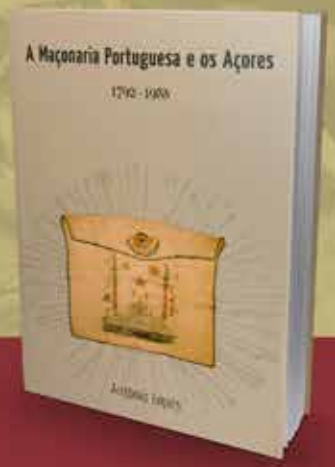
Grémio Lusitano

Ano 10 | Nº 23
2º Semestre 2021
12.50 €

Anti-Maçónismo

ANTI MAÇONISMO

Obras disponíveis sobre Maçonaria e Liberalismo



Museu Maçónico Português

Facebook | Instagram
Museu Maçónico Português

ÍNDICE

1 António Lopes
EDITORIAL

2 Leão Bispo
BULLA DO SANTISSIMO PADRE LEÃO XII CONTRA OS PEDREIROS LIVRES

5 Alfredo Caldeira
DESÍGNIOS INDISCRETOS UMA ESTRADA CORROÍDA PELO AGOIRO

11 Henrique Monteiro
ANTI-MAÇONISMO, COISA VELHA

15 Vasco Lourenço
SER MAÇOM É UMA HONRA

19 Barroca (n.s.) - Loja 8 de maio
MOVIMENTOS SOCIAIS E MAÇONARIA:
ENTRE O POPULISMO E O HUMANISMO

27 Nelson Lourenço
ENSAIO DE LEITURA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA MAÇONARIA

35 José (n.s.) - Loja Estrela do Norte
A TENTAÇÃO ANTI-MAÇONICA E A COMPREENSÃO DO MUNDO

43 Raquel Varela - Historiadora
O ANTI MAÇONISMO, E O DECLÍNIO DO PAÍS

49 Amadeu Carvalho Homem
NÓS CONHECEMOS BEM A HIPOCRISIA DOS HIPÓCRITAS

53 José Adelino Maltez
AUDIÊNCIA PARLAMENTAR DE 20 DE ABRIL DE 2021

65 Em representação da GLFP, a Grande Oradora, MJM
O ANTIMAÇONISMO, ENTRE O PASSADO E O PRESENTE

71 Conselho Nacional da Federação Portuguesa
da Ordem Maçónica Mista Internacional LE DROIT HUMAIN,
O Direito Humano
O PARADOXO

77 José Manuel Morais Anes
A MAÇONARIA E AS PERSEGUIÇÕES

79 António Ventura
ANTIMAÇONISMO PARA JOVENS LUSITANOS

87 António Lopes
ANTI-MAÇONISMO: HOJE, TAL COMO NO PASSADO

CAPA

Capa – José Cabral no Templo José Estevão 1937
Arquivo Grande Oriente Lusitano

ESTATUTO EDITORIAL

A revista *Grémio Lusitano* é um espaço de livre debate de ideias, tendo por base os valores da Liberdade, Igualdade e Fraternidade. As opiniões expressas sob a forma de artigos, são orientadas por critérios de rigor e criatividade editorial, diversidade temática, visando abranger diferentes campos do Saber, respeito pela opinião alheia e rigor histórico.

Pauta-se ainda pelas ideias inerentes ao Livre Pensamento, à liberdade de consciência e de expressão, à tolerância e ao pluralismo de pontos de vista.

Consideramos que a existência de uma opinião pública informada, ativa e interveniente é condição essencial para o exercício pleno da cidadania e para que cada pessoa exerça os seus direitos e deveres conscientemente, contribuindo para o Bem Comum. Por isso, a revista *Grémio Lusitano* entende dever participar no debate das grandes questões que se colocam à sociedade portuguesa, numa perspectiva de tolerância, de respeito pelo outro e de uma formação individual.

A revista *Grémio Lusitano* reconhece como seu limite o espaço privado dos cidadãos e todas as matérias para as quais não está vocacionada, conforme o art.º 17º/1 da Lei da Imprensa, assumindo como seu objetivo primeiro a sua credibilidade e como objetivo último a formação de cidadãos plenos.

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE, SEDE, EDITOR E REDACÇÃO:
Grémio Lusitano
Rua do Grémio Lusitano 25 - 1200-211 Lisboa – Portugal

NIPC
500 929 270

DIRETOR
António Lopes

COORDENAÇÃO
António Lopes
Álvaro Carrilho

TEXTOS
Alfredo Caldeira
Henrique Monteiro
Vasco Lourenço
Barroca (n.s.) - Loja 8 de maio
Nelson Lourenço
José (n.s.) - Loja Estrela do Norte
Raquel Varela - Historiadora
Amadeu Carvalho Homem
José Adelino Maltez
Em representação da GLFP, a Grande Oradora, MJM
Conselho Nacional da Federação Portuguesa da Ordem Maçónica Mista Internacional LE DROIT HUMAIN, O Direito Humano
José Manuel Morais Anes
António Ventura
António Lopes

REVISÃO DE TEXTO
Sílvia Rato

FOTOGRAFIA
Ponto de Vista
Museu Maçónico Português
Vila Isaura
Museu da República e Maçonaria
Arquivo do Grande Oriente Lusitano
Fundação Mário Soares e Maria Barroso
Museu Santos Rocha
Arquivo Municipal de Lisboa-Fotográfico
Revista «Expresso» (capa)
Museu Nacional do Azuleijo

GRAFISMO
Álvaro Carrilho

IMPRESSÃO
Gráfica Digital, Lda.
Rua Jacinta Marto, 6A 1150-191 Lisboa

TIRAGEM (Digital e Papel)
3000 exemplares

PERIODICIDADE
semestral

DEPÓSITO LEGAL
198408 / 09

REGISTO ERC
127398

ANTÓNIO LOPES

Escreve um dos autores presentes nesta revista que o anti-maçonismo é "coisa velha". Velha, mas eficaz, acrescentamos nós. E poderíamos acrescentar mais: eficaz, imobilista e obscurantista.

É coisa velha de finais do século XVIII quando o país conheceu inúmeros folhetos e demais publicações contra a Revolução Francesa, os valores liberais e naturalmente contra a Maçonaria, num misto de religião com defesa do Antigo Regime. Na realidade, os ideais da filosofia das Luzes e a contestação de alguns dogmas e verdades tidas como suporte não apenas da religião, mas também da moral, da ciência ou até da política e da organização do Estado, serviram de rastilho à génese do anti-maçonismo, alimentado pelo clero ultramontano. Esquecia-se a Igreja que a Enciclopédia se lia nos conventos e Igrejas ou que ali nasciam algumas das primeiras Lojas maçónicas. A este clero irão juntar-se, já no século XIX, monárquicos miguelistas. Uns e outros nada tinham a ver com o clero progressista como o Cardeal Saraiva e muitos outros, como nada tinham a ver com defensores da monarquia liberal e constitucional.

Eficaz, porque algo surgido em finais do século XVIII, emergiu com o advento da República, sendo renovado com os conceitos integralistas ou dando força à ideia de que "temos de combater as ideologias diferentes das nossas" do Estado Novo, chegando aos dias de hoje, devidamente reorganizado e atualizado, mas com os mesmos argumentos do passado, curiosamente: o segredo maçónico, a excessiva organização ou a fraternidade.

Felizmente Fernando Lima, grão-mestre do Grande Oriente Lusitano referiu que os maçons se podem ou não assumir como tal, mas que não têm a obrigatoriedade de declarar a sua filiação na Maçonaria, apesar do diploma promulgado pelo Presidente da República. A declaração será obrigatória sempre e quando "não seja suscetível de revelar dados constitucionalmente protegidos, como sejam os relativos à saúde, orientação sexual, filiação sindical ou convicções religiosas ou políticas", situação em que se torna facultativa. Só que a "liberdade de consciência" acaba por abranger tudo, incluindo convicções políticas, filosóficas, sociais e até morais, ou simplesmente da vida privada, tornando a sua declaração facultativa.

Porquê o anti-maçonismo? Por motivos religiosos não é. Na Maçonaria é dada liberdade religiosa e de livre interpretação ao mesmo tempo que se motiva o respeito por todos, colocando apenas em causa os dogmas e as verdades inquestionáveis.

Por motivos políticos? Também não, se admitirmos que o maçom considera a Liberdade o seu bem absoluto mais precioso.

E também não o é por motivos morais, sociais ou outros. Igualmente não o é por motivos de secretismo, onde falamos em termos simbólicos e de tradição. Então porquê o anti-maçonismo?

Talvez a razão seja o irracional e o sectarismo ideológico, palavras novas para um problema que remonta ao século XVIII quando a Bula de Clemente XII excomungava os mações e todos os que os apoiassem. Bento XIV deu-lhe continuidade e desde então outros seguidores deram força à não argumentação do caráter nefasto da Maçonaria, uma organização que de tão secreta existem milhares de obras publicadas, existem inúmeras páginas na internet, muitas delas oficiais, tem morada, número de telefone e de identificação fiscal, contabilidade organizada ou da qual se conhecem os seus dirigentes e as suas questões eleitorais, regulamentares e constitucionais.

Como atrás se diz, talvez seja o irracional e por isso também imobilista e obscurantista. Só pode.

Bulla do santissimo padre Leão XII contra os pedreiros livres

Mandada publicar pela piedade, e decidido amor á religião, e ao throno da muito alta, e augusta imperatriz, e raynha a senhora dona Carlota Joaquina de Bourbon – Lisboa – anno 1828

Quanto mais graves, e perigosos são os males, que ameaçáo ao Rebanho de JESUS CHRISTO, nosso DEOS, e SALVADOR, tanto maior cuidado, e vigilância devem por em os reprimir, e afastar os Romanos Pontifices, aos quaes, na pessoa de S. Pedro, Principe dos Apóstolos, foi cometido o poder, e o cuidado de o apascentar e reger. Collocados na eminente atalaia da Igreja, he a eles que pertence descobrir de mais perto as siladas, que os inimigos do Nome Christão maquinão para destruir a Igreja de JESUS CHRISTO, (o que nunca por certo conseguiráõ) e não só indicallas, e manifestallas aos Fieis para dellas se acautelarem. Reconhecendo, que este gravíssimo pezo lhes fôra imposto, os Pontifices Romanos Nossos Predecessores, empregarão constantemente os disvélos de Bom Pastor; e não só com exhortações, doutrinas e decretos, mas até com a mesma vida dada pelas suas Ovelhas, cuidarão, e trabalharão em prohibir, e totalmente extinguir todas as Seitas, que ameaçávão a ultima ruina da Igreja. Nem somente pela antiguidade dos Anaes Ecclesiasticos se póde coligir a memoria desta vigilância Pontificia. O que se tem praticado, em nossos tempos, e de nossos Pays, pelos Pontifices Romanos, para se oporem ás Seitas secretas desses homens que maquinão contra JESUS CHRISTO, próva-se com toda a evidencia; porque, tanto que Clemente XII, Nosso Predecessor, vio que a Seita dos Pedreiros Livres, ou Franc-Maçons, ou de qualquer modo se chame, cada vez engrossava mais, e tomava novas forças, e a qual por muitas razões sabia, que não só era suspeita, mas declaradamente inimiga da Igreja Catholica, houve por bem condemna-la por huma sábia, e larga Bulla, que principia = In Eminenti = publicada a 27 de Abril de 1738, cujo theor he o seguinte. =

CLEMENTE BISPO Servo dos Servos de DEOS = A todos os Fieis Christãos, Saude e Bênção Apostolica = Colocados na eminente ataláia do Apostolado, por disposição da Divina Clemência, bem que sem proporcionados méritos, com perpétua aplicação, e disvello (quanto o Céo nos permite) segundo julgamos ser da nossa Pastoral Providencia, cuidamos em todas as cousas, pelas quaes, fechada a porta aos erros, e aos vícios, melhor se possa conservar a integridade da Religião Catholica, e expulsar de todo o Orbe Catholico, nestes dificílimos tempos os perigos das perturbações.

Assim, annunciando-nos isto até a fama publica, constou-nos, que dilatada, e largamente se difundem, e vão cada vez engrossando mais algumas Sociedades, Ajuntamentos, Congregações, ou Conventiculos chamados vulgarmente de Pedreiros Livres, ou Franco-Maçons, ou por outro qualquer nome segundo os vários idiomas, nas quaes alternativamente associão homens de qualquer Religião, e Seita, contentes com certa affectada espécie de honestidade natural, e com impenetrável ligação, segundo as Leys, e Estatutos, que se tem formado, e que eles se obrigão a encubrir com inviolável sigilo quanto ás escondidas praticão juntos, tanto com apertado juramento dado na Segrada Biblia, como tambem com gravíssimas penas.

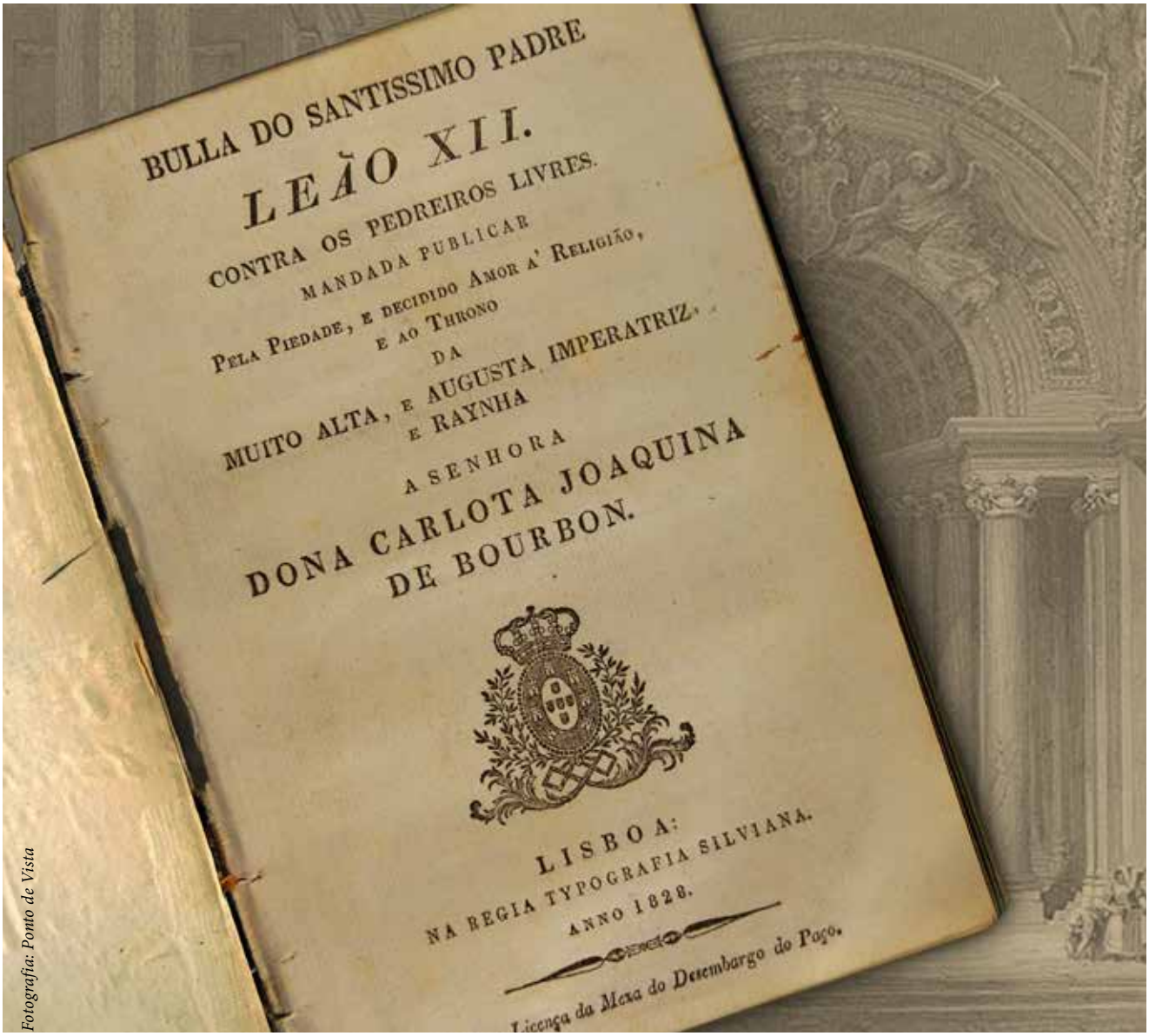
(...)

Nós por tanto, ponderando os gravíssimos damnos, que quanto mães não seja, destas Sociedades, ou Conventiculos provêm no socego temporal dos Estados, assim como á saúde espiritual das almas, e que por isso de nenhum modo se conformão com as Leys Civis, ou Canonicas; sendo que pela Divina Palavra sejámos admoestados, que se deve vigiar de dia, e de noite, como Servo fial, e prudente, pôsto á testa da família do Senhor, que tal

espécie ded homens não minem a casa como Ladrões, e não forcegem por derrubar a vinha, á maneira das rapozas, isto he, que não pervertão os corações dos simples e asseteiem ocultamente os innocentes, para embaraçar o larguíssimo caminho, que, d'ahi poderia abrir-se, para impunemente tramar iniquidades, e por outros justos, e racionáveis motivos a Nós patentes, com o Conselho de alguns dos Nossos Veneráveis Irmãos, Cardeaes da Santa Igreja Romana, e também de Nossa Moto-proprio, sciencia certa, e madura reflexão, e com todo o Nosso Poder apostólico, determinamos, e decretamos condemnar, e prohibir, como condemnamos e prohibimos pela Nossa presente Bulla, para sempre valiosa, as ditas Sociedades (...).

Pela qual razão, estreitamente, e em virtude de Santa obediencia, ordenamos a todos, e acada hum dos Fieis Christãos, de qualquer estado, grão, condição, ordem, dignidade, e proeminência, que sejão Leigos, ou Ecclesiasticos, tanto Seculares como Regulares, sem que seja necessário nomeallos aqui cada hum em particular, que nenhum debaixo de qualquer pretexto, ou estudada côr, se atreva, ou premedite entrar nas sobreditas Sociedades (...) ou de qualquer modo denominallas, nem propagallas, abraçallas ou em suas casas, ou domínios, ou em parte alguma, recebêllas, nellas alistar-se, agregar-se, ou ter parte, nem tão pouco dar poder, ou comodidade (...) sob pena de Excommunhão (...), da qual Excommunhão ninguém poderá obter o beneficio da absolvição (salvo em artigo de morte) senão por Nós, ou pelo Romano Pontifice, que nesse tempo existir (...).

Dado em Roma em Santa Maria Maior, no Anno da Encarnação do Senhor 1738, aos 27 de Abril, e no anno oitavo do Nosso Pontificado.



Fotografia: Ponto de Vista

Joia do Grau do REAA em metal prateado e gravação, com vidrilhos, esmeraldas e safiras. Séc. XIX

Ponto de Vista / Museu Maçónico Português

ALFREDO CALDEIRA

Desígnios indiscretos Uma estrada corroída pelo agoiro

A recente aprovação pelo Parlamento das alterações à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, e a sua promulgação pelo Presidente da República, abrem caminho a uma nova devassa da identidade de portugueses que desempenham cargos políticos.

Embora mais circunscritas que as do projeto de lei inicialmente apresentado pelo PAN (Partido Pessoas-Animais-Natureza), o certo é que as medidas agora adotadas não asseguram qualquer barreira à corrupção e outras criminalidades invocadas, embora façam reviver o que foi, em 1935-1936, a ofensiva "legal" fascista contra a maçonaria e contra o comunismo.

Como oportunamente assinalou Fernando Pessoa na sua tomada de posição contra essa lei,... ***Longe vá o agoiro!***

Em vez de investigar um crime, ganhou foros de cidade colocar sub-repticiamente na imprensa suspeitas contra alguém e, a partir daí, desencadear um processo kafkiano em que passa a competir ao *acusado* defender-se de vagas (e não provadas) acusações e insinuações. E tudo perante o coro dos habituais comentadores e "especialistas", enquanto a deusa da justiça permanece vendada. Será porque a lei é igual para todos e todos são tratados com igualdade?

Assim foi sendo construída, também, a desconfiança generalizada contra os políticos e a

Fotografia: Ponto de Vista

Fotografia: Ponto de Vista

política – não como instrumento de avaliação do seu desempenho e lisura, mas como arma de arremesso, suja e anónima ou disfarçada, visando obter ganho que escape ao voto democrático e ao seu tempo. E, mais uma vez, lá papagueiam comentadores e "especialistas", quase sempre, aliás, os mesmos que exigiram erguer cadafalsos secretos um pouco por todo o lado.

Mas a aberração não incomoda essas *vãs façanhas*. E, por tal, não hesitam perante a reciclagem de velhas receitas, mergulhem elas no Santo Ofício, nos gabinetes negros do juiz Veiga, na Leva da Morte dos tempos de Sidónio Pais ou, sobretudo, na visão laudatória crescente da ditadura iniciada em 28 de maio de 1926 – porque não ousam tais corifeus esclarecer onde foram beber inspiração?

Convém relembrar hoje que a lei n.º 1901, de 21 de maio de 1935, apresentada por um tal deputado José Cabral, visava criminalizar associações que, na sua linguagem, fossem "secretas" ou cuja atividade fosse exercida, "no todo ou em parte, por modo clandestino ou secreto".

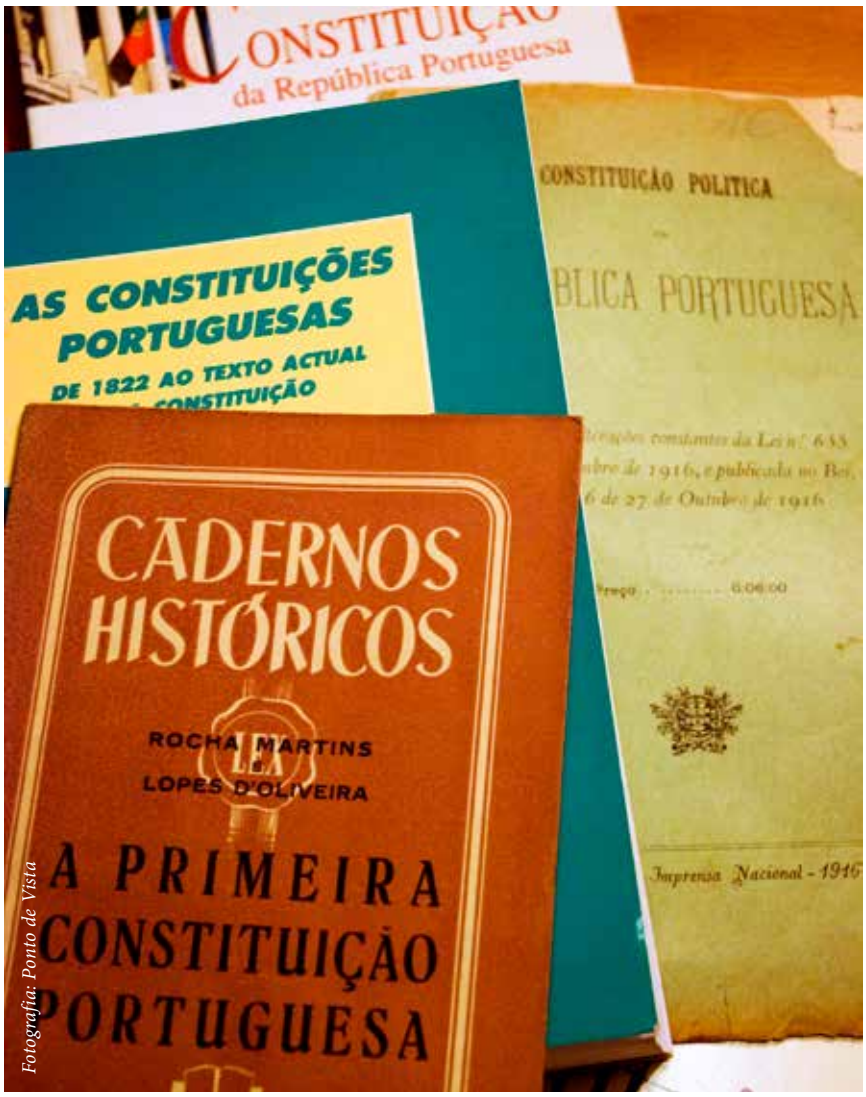
Mas, sobretudo, visava impedir que qualquer pessoa pudesse ser "provida em lugar público, civil ou militar, do Estado" (...) sem ter apresentado a declaração, "sob compromisso de honra, de que **não pertence, nem jamais pertencerá, a qualquer das associações**" consideradas "secretas" pelo governo – "sob pena de demissão ou de cessação de contrato", podendo ainda ser punido com penas de prisão.

Em 1936, uma escassa semana após a Revolta dos Marinheiros, o governo "torna obrigatória a declaração de estar integrado na ordem social estabelecida pela Constituição Política de 1933, com activo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas." (Decreto-Lei n.º 27003, de 14 de setembro de 1936). Na verdade, as iniciativas agora repostas em lume vivo não são novas, embora possam apresentar engodos mais suaves e até mesmo mais aliciantes, em nome de um alegado "combate à corrupção".

Não sei se se lembram como o nazismo associava, na sua propaganda, os judeus à corrupção, vista como elemento essencial da

«A recente aprovação pelo Parlamento das alterações à Lei nº 52/2019, de 31 de julho, e a sua promulgação pelo Presidente da República, abrem caminho a uma nova devassa da identidade de portugueses que desempenham cargos políticos.»

Fotografia: Ponto de Vista / Vila Isaura - Museu da República e Maçonaria



Fotografia: Ponto de Vista

"Careceu a Maçonaria de utilizar um pobre escrevedor, que afinal, apenas conseguiu divertir o público com os seus esgares..."

Assim se referiu a Fernando Pessoa o apresentador da lei contra a Maçonaria, José Cabral (Diário de Lisboa de 7 de fevereiro de 1935)

conspiração judaica "silenciosa"? E como a "conspiração judaico-maçónica" medrou, designadamente, em Itália, Alemanha, França, Espanha e Portugal enquanto argumentário da repressão, envolvendo uma pseudo-aliança secreta entre judeus, maçons e comunistas.

Nessa época, os exemplos vindos de fora fortaleceram o ímpeto dos setores mais retrógrados da sociedade portuguesa:

- Em **Itália**, o Parlamento aprovara, já em 1925, uma lei que proibia aos funcionários públicos e aos militares qualquer ligação a "associações secretas", devendo apresentar uma declaração indicando a que associações pertenciam – tudo isto apesar das equívocas posições assumidas, logo em 1922, pelo Grão-Mestre do Grande Oriente de Itália, Domizio Torrigiani, que chegou a afirmar que a "revolução (fascista) tem uma alma maçónica". Torrigiani viria a ser preso em 1927 e confinado em Lipari, na Sicília, de onde apenas sairá em abril de 1932, praticamente cego, para morrer em agosto desse mesmo ano.

- Em **Espanha**, é bem conhecida a sanha do franquismo contra a alegada "conspiração judaico-*maçônico-comunista* internacional": "Vamos criar campos de concentração para criminosos preguiçosos e políticos; para maçons e judeus; para os inimigos da Pátria, Pão e Justiça. Nem judeu, nem maçom, nem vermelho pode permanecer em território nacional." (jornal falangista "Águilas", de 27 de maio de 1937)

- Na **Alemanha**, nesse mesmo ano de 1937, o governo nazi declarou a Maçonaria "inimiga do Estado" e confiscou-lhe os arquivos e os bens, enviando milhares de maçons para campos de concentração. Essas perseguições eram igualmente justificadas no âmbito da luta contra os comunistas e os judeus – tendo sido alargadas aos países ocupados. Hitler já o escrevera, em 1925, no seu "Mein Kampf": "a paralisia geral do instinto de auto-preservação nacional da sociedade começou por causa da maçonaria."

Fotografia: Ponto de Vista

«Nos nossos dias, podem as novas obrigações declarativas dos titulares de cargos políticos aparecerem aparentemente desligadas do escopo inicial do projeto de lei apresentado, mas a verdade é que tal alteração só engana os incautos e os esquecidos.»

Nos nossos dias, podem as novas obrigações declarativas dos titulares de cargos políticos aparecerem aparentemente desligadas do escopo inicial do projeto de lei apresentado, mas a verdade é que tal alteração só engana os incautos e os esquecidos.

A alegação genérica de eventuais *incompatibilidades, impedimentos ou conflitos de interesses* esconde, afinal, uma ofensiva contra os direitos, as liberdades e as garantias que julgávamos conquistados. E visando, mais uma vez, punir o crime de pensamento e limitar administrativamente a orientação ideológica.

DECLARAÇÃO DE INTERESSES:

Não pertenço à Maçonaria, nem ao Opus Dei, mas confesso-me preocupado com a minha participação regular em almoços e jantares, devidamente organizados, de antigos colegas de liceu, de intervenientes em crises estudantis e, até, de antigos camaradas de prisão. Longe vá o agoiro!

Malhete e base da Loja Simpatia e União do Grande Oriente Lusitano Unido, em metal. Séc. XIX

Fotografia: Ponto de Vista / Vila Isaura - Museu da República e Maçonaria

HENRIQUE MONTEIRO

Anti-maçonismo, coisa velha

A ideia de que a Maçonaria constitui um perigo para a sociedade, ou uma distorção do seu fluir normal, é tão antiga como a própria Maçonaria.

Por um lado, satisfaz teorias de conspiração, que têm sempre inúmeros seguidores; depois, mantém a guerra de épocas anteriores com a Igreja Católica Apostólica Romana, o que privilegia os setores mais dogmáticos no seu seio; por último – e mais razões existem – é desconcertante para todos os que querem uma verdade única, um livro que tudo explica, uma ideia unívoca. Este último aspeto, que é para mim o mais atraente, desfaz os anteriores, deixando sem pé os detratores da Nossa Augusta Ordem e adensando o mistério que sobre ela existe. Ora, o mistério, o segredo, é a causa primeira de anteriores oposições. Logo, estamos na presença de um paradoxo: a atuação da Maçonaria é de molde a propiciar o anti-maçonismo. Mais: se o não for, acaba por não desempenhar com rigor o papel que lhe cabe numa sociedade de homens e mulheres livres.

A maçonaria, ao contrário do que dizem uns pretensos entendidos (vide declarações do GM da Grande Loja Simbólica no Parlamento) é mesmo secreta. É secreta, porque entre os seus membros guarda um segredo. Coisa diferente, e muitas vezes confundida, é que não é clandestina: tem instalações conhecidas, têm dirigentes conhecidos, têm estatutos e até rituais hoje disponíveis na Internet. Nesse caso, que segredo guarda? Todos nós sabemos que segredo é esse, porque esse segredo é a própria Maçonaria, e é indizível – razão pela qual nunca foi absolutamente traído, apesar das inúmeras tentativas repetidas para o fazer.

«A Maçonaria pretende contribuir para sociedades livres e abertas»

Chegamos, então, ao ponto que muitos intelectuais, ou pretensos intelectuais, colocam como central no combate à Maçonaria: "Faz sentido haver uma sociedade secreta numa sociedade aberta?". A pergunta parece inteligente, ao pôr em confronto dois conceitos: o nosso secretismo, e a abertura e transparência das democracias liberais. No entanto, comporta um erro metodológico que urge desmitificar.

A resposta à pergunta (vide José Pacheco Pereira *et al*) seria não, acaso a sociedade secreta se dedicasse a assuntos que, por algum motivo, colocassem em causa a abertura e transparência da sociedade aberta. Mais concretamente, acaso se dedicasse a assuntos próprios da vida política da sociedade. Ora, de nada disso se trata. Diz a Constituição do Grande Oriente Lusitano, logo no artigo nº 1, o artigo seminal, portanto, que a "Maçonaria é uma ordem universal, filosófica, progressiva, fundada na Tradição Iniciática, obedecendo aos princípios da Fraternidade e da Tolerância, e constituindo uma aliança de homens livres e de bons costumes, de todas as raças, nacionalidades e crenças".

O artigo 2º diz que a sua forma é ritualista, e o 3º que tem por fim "o aperfeiçoamento da Humanidade, através da elevação moral e espiritual do indivíduo".

A mera compreensão destes três artigos iniciais (dos quais se devia retirar a palavra raça, por não fazer sentido falar em raças, no que toca aos seres humanos) é fundamental para entender por que razão a Maçonaria não só não é contraditória com uma sociedade aberta, como, pelo contrário, é indispensável.

Em primeiro lugar, porque se destina, dentro da tradição iniciática (palavras escritas com maiúsculas no texto) e agrupando homens livres, a aperfeiçoar a Humanidade através do aperfeiçoamento do indivíduo.

Fotografia: DR

Ou seja, a Maçonaria pretende contribuir para sociedades livres e abertas, não através da forma política tradicional (partidos, associações, lóbis), mas na construção de uma espiritualidade e de uma moral individual que – independentemente das crenças religiosas que cada um possa ter – consubstancie a crença na liberdade, não apenas como algo de operativo e político (Freedom), mas como atitude que guia os passos de cada um (Liberty). A forma de o fazer é ritualística, porque acreditamos que o passado nos ensina o presente e nos projeta no futuro, assim como cremos que, em conjunto, em Lojas, como lhes chamamos, somos livres de alcançar esse espírito de liberdade e de construir o nosso templo interior (retórica que advém de nos filiarmos nas guildas de pedreiros-livres, construtores de catedrais).

A sociedade aberta precisa de quem, desinteressadamente, defenda valores que derivam da liberdade e combatam os que a ameaçam. Em duas palavras é o que faz a Maçonaria, que alguns interpretam como um bando de pessoas sob a mesma obediência, não entendendo que essa obediência, expressa, aliás, no artº 1º diz respeito à obediência das Lojas aos regulamentos dos seus Grandes Orientes ou Grandes Lojas. Estas têm por farol a Fraternidade e a Tolerância (também escritas com maiúsculas), pois são dois conceitos dos quais não nos podemos afastar.

A virtude, entendida como nos tempos clássicos, a verdade, a probidade, a honradez, a palavra, estão entre as muitas obrigações do maçon. O vício, a corrupção, a desonestidade, estão entre os males que o maçon deve combater. Este conjunto de ideias simples são comuns a todas Obediências do mundo. É por isso que a Maçonaria se considera, e é, Universal.

Aqui chegados devemos interrogar-nos: mas dentro da Ordem Maçónica só existe este tipo de pessoas de bem, motivadas pela defesa da Liberdade, das virtudes e combatentes dos vícios? A resposta, claramente, é não. Dentro da Maçonaria existem, como naquilo a que chamamos mundo profano – a imensa maioria que não faz parte do nosso círculo -, uma boa parte de malfeitores; um conjunto significativo de ignorantes e um número apreciável que ainda não entendeu exatamente em que lugar está.

Ou seja, o espírito profano penetra a Maçonaria e torna-se, desse modo, o maior inimigo da própria Ordem. É algo que sabemos desde sempre: o principal inimigo do mestre são os companheiros. São eles que matam Hiram, o construtor do Templo de Salomão em cuja simbologia nos filiamos. Essa morte, como é óbvio, é simbólica como, de resto, tudo na Maçonaria, mas tem um significado preciso. Acaso o Grande Oriente Lusitano e todas as outras ordens maçónicas que existem por Portugal e pelo mundo fossem constituídas por gente sem mácula, seria difícil o anti-maçonismo ter eco. Infelizmente, demasiados iniciados na Maçonaria (e um já seria demasiado) não cumprem os deveres que juraram ao entrar. Juramento que, diga-se a quem insiste ver em nós um bando de conjurados, nada tem contra as leis da República, em nada prejudica os sistemas democráticos, e visa, pelo contrário, fortalecê-los e alargá-los.

As propostas do PAN e do PSD, a que se juntam vozes aqui e ali, são, assim, descontextualizadas. Que visam elas, salvo saber quem é, e quem não é, de uma organização que – como tal – em nada contribui para os arranjos partidários, ou para a subversão do regime democrático. Quero com isto dizer que não existem, membros da Maçonaria que pratiquem ações condenáveis? Longe disso! Claro que praticam. Mas o verdadeiro Maçon não tem qualquer dever com aquele que quebra os seus juramentos. E está firmemente ao lado de qualquer combate pelo melhoramento da democracia, seja ele pela transparência, seja contra a corrupção, seja contra qualquer favorecimento ilícito. Claro que nos podem perguntar: sendo assim, porque não se revelam? A isso só sei responder que tal deve depender da consciência de cada um, e não de uma lei que, como veremos, é ridiculamente ineficaz.

Fotografia: Ponto de Vista

Deve depender da consciência de cada um, porque os maçons não devem alinhar nesta espécie de 'ar do tempo' em que tudo tem de ser público. Tanta gente que se preocupa com a perda de privacidade que as plataformas digitais nos trazem e, ao que parece, tanta gente a querer que os outros exponham aquilo que, para muitos, faz parte do seu ativo imaterial, da sua consciência profunda.

Acresce que a lei é totalmente ineficaz. De que modo se iria saber se este ou aquele deputado é ou não maçon, sem colocar um polícia, ou qualquer agente, à porta de cada Loja maçónica? Como se iria confirmar a pertença? Como se iria saber se algum deputado teria declarado ser, sem pertencer? Que conclusões se retiraria das votações, das nomeações? Por que motivo haveria um *capitus diminutio* para a condição de maçon, e não para os antigos alunos do Colégio Moderno (onde andei) ou do Colégio Militar? Basta pensar três segundos para verificar que não se trata sequer de anti-maçonismo, deve-se mais à necessidade de ver os outros fazer uma espécie de *strip-tease* da sua forma mais profunda de pensar. O que, aliás, não significa que seja essa a forma de pensar da Maçonaria porque esta – lá está – é desconcertante e aceita várias crenças, várias correntes filosóficas, várias correntes políticas.

Nem é a direita que nos quer proibir; nem a esquerda; nem a Igreja. É algo mais difuso: a ideia que se espalha de que a privacidade e até intimidade de cada um pode ser exposta.

O que nos une é a liberdade, o sentido de fraternidade, a necessidade de igualdade, a tolerância.

Uma última nota para desfazer a ideia de que esta lei é semelhante à de 1935. Não creiam nisso. Em 1935 tínhamos um regime repressivo, conservador, ditatorial, com influências de uma Igreja pré-Vaticano II. Havia uma ideologia anti-maçónica e proibiram a nossa Obediência.

Atualmente, não temos nada disso. Nem é a direita que nos quer proibir; nem a esquerda; nem a Igreja. É algo mais difuso: a ideia que se espalha de que a privacidade e até intimidade de cada um pode ser exposta. É esta a luta que devemos travar. Se baralharmos os inimigos, se dissermos que não cumprimos leis, se considerarmos os proponentes da Lei como se fossem da União Nacional, seria sinal que nada teríamos aprendido com a História.▣

Avental do RF em seda, bordado a linha e debroado .
Finais do séc. XIX, principios do séc. XX

Fotografia: Ponto de Vista / Museu Santos Rocha - Figueira da Foz

VASCO LOURENÇO

Ser maçom é uma honra

"Ser maçon é uma honra", foi uma expressão que ouvi muitas vezes ao meu Amigo António Arnaut que, depois da minha iniciação, passou a ser meu Irmão...

Igualmente lhe ouvi muitas vezes a máxima, que aprendi desde que "vi a Luz", vai já para 23 anos, de que **"não é maçon quem quer, mas apenas os que, como tal, são reconhecidos pelos seus Irmãos"!**

Instado por muitos amigos, resisti durante muitos anos a aceitar entrar para uma instituição que me provocava um misto de contraditórios sentimentos: se por um lado, era sensível às tenebrosas acusações que via fazer-lhe, acrescidas de ser pouco adepto de rituais e fardamentos (já me bastavam os de militar), por outro lado interrogava-me "como poderia ser tenebrosa uma organização com uma História tão rica, que os seus membros lhe construíram, e que albergava alguns dos Amigos por quem tinha mais consideração"?

Aceitei o convite que três camaradas militares me fizeram: dois *Capitães de Abril* e um *Capitão de Beja* convenceram-me, com o forte argumento de que os valores maçónicos eram muito semelhantes aos valores de Abril, que a Maçonaria poderia constituir mais um local onde eu consolidasse esses valores, ajudando a transformá-la num baluarte da sua defesa.

Tive a grata surpresa, que constituiu enorme honra, de, na sessão da minha iniciação, depois de "ter visto a Luz", e ainda antes de ter sido instado a olhar para o espelho e aí deparar com "o meu pior inimigo", ser surpreendido pela presença, para além desse meu amigo"*pai do Serviço Nacional de Saúde*", de outros ilustres maçons, de que destaco Fernando Valle, Emídio Guerreiro, Edmundo Pedro, Ramon de la Féria, Luís Nunes de Almeida, Maldonado Gonelha, João Soares e os meus camaradas de Abril José Fontão, Artur Pita Alves, Aprigio Ramalho e Eugénio de Oliveira (então o Grão Mestre do Grande Oriente Lusitano). Isto, para além de outros amigos de que nem suspeitava pertencerem à Ordem onde batera à porta e estava a dar entrada.

Fotografia: DR

Emídio Guerreiro com Fernando Lima

«Não é maçon quem quer, mas apenas os que (...) são reconhecidos pelos seus Irmãos»

Está na ordem do dia um descabelado ataque à Maçonaria onde, escondendo guerrinhas partidárias, se avança com a pretensão de se obrigar alguns maçons, porque eleitos ou nomeados para determinadas funções do Estado, a declararem a sua pertença à Maçonaria.

É cíclico, os aspirantes a ditadores, mesmo que o tentem esconder, são avessos a quem se não vergue às arbitrariedades e à supressão das liberdades. É da natureza humana, a História repete-se, os argumentos podem variar mas os objectivos e os actos mantêm-se.

Pessoalmente, estou à vontade pois, desde a minha iniciação

Fernando Valle

Emídio Guerreiro

que assumi publicamente a minha condição de maçon.

Duas razões fundamentais me levaram a esse procedimento: a de, confortado pelo facto de **os meus Irmãos me reconhecerem como tal**, considerar **constituir uma honra o ser maçon**, e por isso querer usufruir disso, para me valorizar na sociedade; e a de considerar que o conhecimento da minha condição de maçon contribui para aumentar o prestígio da Maçonaria.

Tenho consciência do que isso significa. Por um lado um sentimento de egoísmo, por outro lado um sentimento de falta de modéstia. Será, mas é essa a minha convicção: a Maçonaria dá-me um mais elevado estatuto de ser humano, eu ajudo a Maçonaria a ser constituída efectivamente por **Homens livres e de bons costumes!**

Por isso, eu costumo incentivar os verdadeiros maçons a declarar a sua qualidade de maçon mas, também por isso, eu **recuso a ideia de um Homem Livre ser obrigado a fazer essa declaração.**

Como conhecedor e praticante da Maçonaria, só concebo uma hipótese que possa justificar a atitude de quem quer impor esta obrigatoriedade, e esteja de boa fé. Isto, porque coloco de lado as guerras políticas, nomeadamente as guerras fratricidas no interior de partidos políticos - que como é sobejamente conhecido estão no cerne destas atitudes persecutórias.

Falo de pura ignorância no que respeita à Maçonaria, aos seus valores e às suas práticas. Admitir, como se vê afirmado por aí, inclusivamente na letra do projecto legislativo, que **o maçon deve obediência, declarou fidelidade, a uma organização específica, só pode vir de quem não sabe o que é ser um Homem (ou Mulher) livre! O maçon deve obediência e declara fidelidade aos valores, aos princípios da Maçonaria, não deve obediência a qualquer organização ou a quaisquer dirigentes! Aos deputados da Nação, pede-se e exige-se mais: não conspurquem os Direitos do ser humano, não deturpem o que não conhecem, por muito que isso lhes possa servir para os seus secretos desígnios (aqui sim, aplica-se bem este termo, que tentam colar à Maçonaria).**

«A Maçonaria continuará a contribuir para que em Portugal e no mundo as forças defensoras da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade ajudem a construir sociedades mais felizes!»

Hoje, vivemos tempos em que a luta pela Liberdade está novamente na ordem do dia.

É pois natural que as forças retrógradas - que voltam a pretender subjugar e escravizar os seres humanos, violando e espezinhando os seus mais elementares Direitos; que procuram tirar-lhes a Liberdade, pois só assim os conseguem explorar; que procuram mantê-los na escuridão, convencendo-os de dogmas que servem essencialmente para os atemorizar e lhes coartar o exercício de uma plena cidadania - voltem a ver nos Homens livres os seus principais e figadais inimigos!

Como sempre aconteceu, desde a sua criação, a Maçonaria volta a ser o alvo principal dessas forças que, sempre mascaradas de "forças do bem", procuram atingir e sustentar soluções de exploração do ser humano, em prol de privilégios de uma minoria, auto intitulada de iluminada!

Como Péricles afirmou, a Felicidade só se alcança com a Liberdade. Mas, como esse estadista ateniense da antiga Grécia também proclamou, o segredo da conquista e da manutenção da Liberdade está na Coragem!

É por isso que, nesta luta permanente entre as forças da Liberdade para todos, e as forças do obscurantismo, pretendentes a suprimir a Liberdade dos outros, a Maçonaria não pode hesitar: consciente dos valores que a enformam, tem de manter a indispensável Coragem, pois só assim conseguirá manter e reforçar a Liberdade, praticar a Fraternidade e caminhar para a Igualdade.

A defesa dos Direitos Humanos isso nos exige!

A História da Maçonaria nos impõe que continuemos!

Hoje, eterno Aprendiz, reafirmo uma rotunda convicção, aprendida na vida:

Saibamos manter-nos fiéis aos valores maçónicos, saibamos expurgar da Maçonaria os falsos maçons, que a Vitória será nossa!

E a Maçonaria continuará a contribuir para que em Portugal e no mundo as forças defensoras da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade ajudem a construir sociedades mais felizes!

Mário Soares e António Arnaut

Bilha para água em faiança, pintada. Meados do Séc. XIX

Ponto de Vista / Museu Maçónico Português

Movimentos sociais e Maçonaria: entre o populismo e o humanismo

A presente reflexão tem em vista questionar a relação dinâmica entre "movimentos sociais" de natureza progressista e as respetivas contratendências, que aqui se designam como "contramovimentos" reacionários. Nesse sentido, assume-se a Maçonaria especulativa como inserida na primeira categoria, enquanto os regimes autoritários do passado e os movimentos populistas de extrema-direita do presente se inscrevem na segunda categoria.

Antes de mais, importa sublinhar que a postura, a perspetiva, a epistemologia, em suma, o olhar, constituem a chave que nos ilumina o caminho para transcender os obstáculos que temos pela frente. A mente humana tanto pode ser uma força libertadora como um instrumento de "cegueira" e opressão[1]. E é exatamente porque o nosso mapa cognitivo é formatado e socialmente condicionado que precisamos "romper" com as ideias feitas e "pré-noções" do senso comum (E. Durkheim) a fim de contornar os juízos fáceis que derivam dos processos normativos da sociedade. São os esquemas mentais incrustados nos nossos "habitus" (Bourdieu, 1979) que nos conduzem o olhar e definem o sentido que atribuímos aos fenómenos. Daí a necessidade de romper com os clichés e juízos apriorísticos, isto é, o esforço de desconstrução-reconstrução das categorias conceituais adequadas a desvendar as zonas mais recônditas da ação social. A produção de conhecimento passa por um processo de escavação, uma arqueologia, que começa na nossa própria grelha mental, mas exige conjugar o referencial teórico, sempre incompleto e falível, com a realidade empírica.

O MOVIMENTO MAÇÓNICO ESPECULATIVO

Um movimento social de tipo Touraineano consiste numa ação coletiva – de longa duração – fundada em três princípios: o princípio da *identidade*, o princípio de *oposição* e o princípio da *totalidade* (Touraine, 1981). Este conceito, concebido primeiro para pensar o movimento operário e depois se aplicou aos chamados novos movimentos sociais dos anos sessenta, sendo inserido numa visão da historicidade onde cada sociedade se *produz*, se *adapta* e se *organiza*, segundo as suas orientações e o sentido que atribui às suas práticas *(Ibidem*, 1982). É, pois, à luz dessas referências, que aqui proponho o conceito de «*Movimento Maçónico Especulativo*», entendido em sentido amplo, tendo em conta o lastro temporal da maçonaria iniciática e ritualista. Na verdade, esse património possui:

a Maçonaria pode ser pensada como um «fenómeno social total»

[1] «A arma mais poderosa nas mãos do opressor é a mente do oprimido», afirmou um dia o ativista anti-apartheid, Steve Biko.

Fotografia: Ponto de Vista

a. uma *identidade* ancestral marcada por uma simbologia e um conjunto de rituais que lhe são próprios;

b. trava uma luta contra o *opositor* – apesar de difuso – a intolerância, a opressão e a injustiça; e

c. trabalha sob um desígnio universalista focado num desígnio de *totalidade*. Embora dotada de caráter orgânico e institucional, a Maçonaria pode ser pensada como um «*fenómeno social total*» (Mauss, 1990)[2] e como um movimento social de longa duração, visto que se trata de um ator coletivo vocacionado para uma transformação profunda da natureza humana, ou seja, a construção (utópica) do Templo Universal.

Sendo sobretudo um conceito centrado nos processos e lutas sociais de sentido emancipatório, o «movimento social» conjuga-se dialeticamente com a noção de «contramovimento» no sentido Polanyiano (Polanyi, 2012)[3], o que nos ajuda a entender as viragens socioeconómicas mais amplas. O trabalho de lapidação da humanidade implica uma transformação radical do sistema social. Muito embora os movimentos anti-maçónicos[4] sejam muito heterogéneos e dispersos, no tempo e no espaço, faz sentido, a meu ver, esta perspetiva, na medida em que o combate aos valores que a Maçonaria defende, dirige-se se não a desmantelar a Maçonaria enquanto organização, a descredibilizar e combater as suas causas em torno dos valores humanistas e da justiça social.

O longo processo de desincrustação da economia em relação à

[2] A noção de «*facto social total*» foi cunhada por um aluno de Marcel Mauss (Maurice Leenhardt) inspirado no conceito durkheimiano de «facto social» (Mauss, 1990:31).

[3] A conotação com a abordagem deste autor carece de um esclarecimento: os «contramovimentos» polanyianos não são necessariamente de tipo «reacionário», são sim respostas da sociedade face ao excesso de mercantilismo, que podem assumir variadas formas, até ambivalentes em muitos aspetos. O populismo de extrema-direita insere-se aí: por regra, propõe respostas aos excessos do mercado e à fragmentação das velhas identidades comunitárias e nacionais, apelando ao regresso da "velha ordem", do nacionalismo, e dão expressão a sentimentos primários, anti-liberais, anti-feministas, anti-ecológicos, anti-minorias étnicas, anti-imigrantes, etc. Em suma, são antidemocráticos; promovem um discurso simplista fundado em dicotomias como pobres contra ricos, o povo (puro) contra as elites (corruptas), os contribuintes contra os beneficiários do RSI, etc. É, portanto, por razões contra-factuais que proponho a noção de «contramovimento» em oposição à noção de «movimento social». Se tomo este como emancipatório e progressista, considero aquele como regressivo e reacionário.

[4] São conhecidas as inúmeras perseguições por parte de diferentes forças e instituições, a começar pela Igreja Católica ao longo da Inquisição, e sobretudo desde 1738, ano em que foi condenada pela bula do Papa Clemente XII (*In Eminenti Apostolatus Specula*) e mais tarde (em 1884) também o Papa Leão XIII, considerado um dos maiores inimigos da Maçonaria, chegou a alcunhá-la de "Reino de Satanás". Mas para além da hierarquia católica, também o Islamismo perseguiu e condenou a Maçonaria, acusada de ligação ao Judaísmo, em linha com a mesma sanha que animou o nazismo (que terá assassinado entre 80.000 e 200.000 Maçons) e também o totalitarismo soviético.

sociedade, desencadeado a partir do século XVIII, revelou que as grandes transformações sociais decorrem sob o ritmo de movimentos pendulares, que oscilam entre tendências opostas. Se o desígnio maçónico de busca de um humanismo fraternal procura conjugar a espiritualidade com a racionalidade científica, sabemos que esse esforço ontológico, eticamente comprometido, esbarra muitas vezes na complexidade sociológica do mundo moderno. Mais do que hercúleo, o esforço de construção do Templo Humanista universal é um empreendimento infinito e sempre inacabado.

Como bem assinalou o filósofo e economista político Karl Polanyi, a Europa do século XIX foi animada por alguns dos idealismos mais desafiantes, conjugados com as dinâmicas da nova economia de mercado. Tal contradição inspirou-lhe a ideia de um "paradoxo supremo de que as necessidades egoístas do homem pareciam validar os seus impulsos mais generosos". Ou seja, "o nacionalismo liberal transformava-se em liberalismo nacional, com a sua propensão vincada no sentido do protecionismo e do imperialismo no plano externo e do conservadorismo monopolista no plano interno" (Polanyi, 2012: 393).

Tendências e contratendências podem equacionar-se segundo eixos e relações cruzadas, que nos permitem compreender a complexidade do sistema social, quer os processos de mudança, quer a estrutura e modelos de dominação. Só conhecendo os interstícios do social é possível identificar os vetores que ameaçam o edifício civilizacional e os que podem abrir os caminhos da liberdade e do desenvolvimento. Movimentos geram contramovimentos, mas os processos de estruturação e a direção da mudança derivam de lógicas económicas e visões políticas cujas opções podem assentar em valores e sentido ético. É o caso de figuras históricas de empreendedores da indústria moderna, que procuraram pôr em prática princípios morais na defesa da justiça social, de que são exemplo Robert Owen, Saint-Simon, Friedrich Engels, Andrew Carnegie, etc.

Já os clássicos da economia e das ciências humanas expuseram os paradoxos entre a lógica racionalista e o idealismo moral, enquanto o mundo foi girando sob um movimento pendular entre o materialismo individualista (e egoísta) e a defesa do coletivo que nos oferece proteção e harmonia. É certo que teorias como o "materialismo histórico" de base marxista tentaram conciliar a racionalidade dos "interesses de classe" com a construção de um coletivo "comunista" fundado na utopia socialista da felicidade geral. Como é sabido, a doutrina do paraíso socialista apenas serviu para esconder os horrores do *«Arquipélago do Gulag»* (Soljenitsin, 1973), mas a força criativa do ser humano sobreviveu às malhas do totalitarismo contra a retórica do Homem Novo. É justamente porque nos afastamos da loucura da ideia de uma revolução redentora conduzida por uma vanguarda esclarecida, que procuramos promover a perfeição da Humanidade, sabendo que é um objetivo utópico e um trabalho sempre incompleto e imperfeito.

OBSCURANTISMO, DESIGUALDADES E CIVILIZAÇÃO

Ao perseguir e contribuir para promover os valores do Iluminismo, o «Movimento Maçónico» preocupa-se com a evolução tecnológica e científica, mas defende também a harmonia Homem-Natureza, o equilíbrio ambiental e os direitos humanos dos setores mais vulneráveis da sociedade. Seguramente que uma larga parte da humanidade permanece ainda amarrada às grilhetas que a puxam para o fundo da caverna. Mas a tais setores não pode ser negada a possibilidade de alcançarem a luz e emanciparem-se, se para tanto puderem aceder aos caminhos da realização, da inclusão e do reconhecimento. Liberdade, Igualdade e Fraternidade foram e são bandeiras decisivas na senda do progresso e da justiça social e que estão em harmonia com a Força, a Beleza e a Sabedoria que inspiram os trabalhos da Maçonaria. Todavia, a proclamação desses valores tem esbarrado ao longo de mais de 300 anos com as estruturas, poderes e dinâmicas históricas e socioeconómicas da era moderna.

Ora, é desse ponto que devemos partir para compreender os paradoxos do mundo social em que vivemos, a fim de mapear as forças que – subvertendo aquelas bandeiras e valores – perpetuam as injustiças, regressões e divisões abissais que continuam a marcar as sociedades contemporâneas. Compreender essa complexidade requer a mobilização de instrumentos metodológicos e concetuais que só as ciências sociais podem oferecer. A sociedade industrial foi edificada em tempos conturbados, passou por ciclos de grande turbulência e conflitualidade, após um longo período medieval, em que o cristianismo ocupou um papel central em todas as dimensões sociais. Sob os efeitos da reforma da Igreja e da ética protestante, como bem mostrou um dos clássicos da sociologia na sua obra *«A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo»* (Weber, 1983), o capitalismo emergiu no contexto de profundas mudanças revolucionárias (da Revolução Francesa à revolução Industrial). Porém, a dimensão performativa e as lutas de *status* e disputas pelo *poder* acompanharam a conflitualidade e a ambição das grandes corporações e grupos de interesse, onde a ética do trabalho, a noção de *Homo Faber* foi relegada para plano secundário à medida que o sistema industrial se foi consolidando.

Como se sabe, os avanços civilizacionais sempre se confrontaram com as peias do obscurantismo. Entre a persistência do dogmatismo dominado pela ortodoxia (ou a fé inabalável, de base religiosa ou não) e a emergência do pensamento livre e racional, expandiram-se impérios e travaram-se batalhas devastadoras. Se a Inquisição e os regimes absolutistas e autoritários em geral elegeram a Maçonaria como um alvo a abater, foi porque ela inspirou as

principais viragens civilizacionais na senda do progresso. Exemplo disso foi o longo processo de secularização das sociedades ocidentais (do século XVI ao século XVIII), a consolidação do pensamento lógico, que levou ao triunfo da ciência sobre o dogmatismo, que contou com a participação ativa de proeminentes Maçons, e o mesmo ocorreu com a emergência das monarquias constitucionais e do republicanismo, na Europa e nas Américas ao longo dos últimos séculos.

Na era das descobertas desbravámos as periferias e com a ajuda do catolicismo levámos a mensagem aos povos ditos "selvagens", mas pelo meio saqueámos as suas riquezas, usando a força de trabalho daqueles que pretendíamos "civilizar". As missões evangelizadoras do século XVIII abriram o campo à "acumulação primitiva" que fez germinar o capitalismo moderno. Fazer justiça aos abusos desumanos do colonialismo, do saque e da escravatura não pode, no entanto, levar-nos a um revisionismo ou "ajuste de contas" histórico. Uma parte do mundo, minoritária, monopolizou privilégios, estilos de vida e encómios, à custa da larga maioria que permaneceu na pobreza ou na miséria. Caso um novo paradigma humanista possa ressurgir terá de se bater com as estruturas e as elites instaladas. Por isso é tão necessária a força e o vigor de uma elite empreendedora, reformadora e humanista. Empreender a aprendizagem do mundo e com o mundo, significa rever o processo de construção do capitalismo fundado no colonialismo e nas fortes clivagens classistas do século XIX.

O CAPITALISMO DO SÉCULO XXI

Mesmo pensadores de inspiração marxista reconhecem, hoje, a importância central de uma crítica moral como elemento definidor da ação política. Erik Olin Wright (2019), no seu último livro apontou alguns dos valores que podem apontar caminhos alternativos ao capitalismo do século XXI: (i) justiça/ igualdade; (ii) democracia/ liberdade; (iii) comunidade/ solidariedade constituem os três 'clusters' de princípios fundamentais para a erosão do capitalismo do século XXI. E foi com base neles que se propôs definir "utopias reais" e estratégicas de ação em consonância com o seu projeto intelectual visando a erosão do capitalismo e o advento de um efetivo "socialismo económico e democrático", uma via alternativa ao domínio da propriedade privada, que se conjuga bem com a noção de "propriedade social", de Robert Castel (2002).

«o esforço de construção do Templo Humanista universal é um empreendimento infinito e sempre inacabado»

A sociedade é sempre conflitual, pelo que importa não menosprezar a importância central da economia, da negociação e da política, principais pilares do Estado de direito numa sociedade democrática. Thomas Piketty (2020) argumentou que, no contexto do neoliberalismo, a taxa de lucro (r) do capital tende a ser maior que a taxa de crescimento da economia (g), segundo a formula r > g, ou seja, o facto de os rendimentos de capital, a partir da década de 1970, terem ultrapassado o rendimento do trabalho conduziu ao rápido crescimento das grandes fortunas, tendência que inverteu o ciclo anterior – dos 30 anos gloriosos – quando as desigualdades abrandaram. A acentuar-se, este processo deverá pôr em causa a própria democracia porque cresce o sentimento de injustiça que alimenta o populismo e os contramovimentos antidemocráticos. Ao contrário, o ciclo de prosperidade que se iniciou após a I Grande Guerra, e se projetou na segunda metade do século XX, deveu-se aos sucessivos choques externos de recuperação de economias destruídas, na sequência da Grande depressão e da II Guerra Mundial. Com a ajuda de programas de recuperação onde a solidariedade internacional (New Deal/ Plano Marshall) foi decisiva, o rápido crescimento económico favoreceu politicas fiscais e reformas sociais que fortaleceram o Estado providência, e com isso o progressivo desafogo das classes trabalhadoras, estimulando o consumo e a coesão social nos regimes democráticos. Há ainda uma variável a considerar, e ela prende-se com a resposta que as classes trabalhadoras e os seus sindicatos deram, reafirmando direitos e conquistas fundamentais que as levaram a uma efetiva aproximação aos padrões de vida das classes médias urbanas, uma experiência que só a Europa ocidental viveu.

As grandes transformações estimuladas pela economia financeira e o mercado global, sobretudo nas últimas quatro décadas, promoveram a aceleração e os fluxos mais variados, segundo uma *«Modernidade Líquida»* (Bauman, 2001), que ameaça os laços de pertença e destrói os alicerces das identidades pessoais e comunitárias. Porém, a referida liquidez não está a esbater as estruturas sociais, que, aliás, veem desenhando diferenças abissais no plano das desigualdades. A mobilidade do capital e a sua rápida circulação à escala mundial refizeram, neste período, as estruturas da estratificação sob segmentações distintas nos países desenvolvidos e nos periféricos. Tal tendência pôs em marcha um processo de convergência entre, por um lado, as camadas miseráveis que, no subcontinente asiático, na África e na América Latina, melhoraram a sua condição à custa de uma inserção submissa nas cadeias de valor globais, aproximando-se, assim, de uma "classe-média-baixa" com algum poder aquisitivo (embora escasso), enquanto, por outro lado, na Europa e nos

Fotografia: Ponto de Vista

EUA, as classes-médias assalariadas (ligadas ao funcionalismo público, profissões liberais e ao setor dos serviços) viram os seus rendimentos estagnarem, as suas expectativas defraudadas e os seus estatutos entrarem em derrapagem.

Daqui resultou como que um duplo movimento: (i) a globalização neoliberal, que impulsiona segmentos distintos e com recursos culturais e económicos distantes – geográfica e socialmente – para uma certa convergência, devido à ligeira ascendência dos primeiros (camadas pobres das periferias do Sul) e ao declínio dos segundos (classes médias dos países centrais do Norte); e paralelamente (ii) essas recomposições promovem um aparente "multiculturalismo" cuja convivência no espaço europeu, em vez de cosmopolitismo, gera novas colisões identitárias, étnicas, religiosas e raciais. Paradoxalmente, quanto maior é a proximidade entre grupos coesos, mais rapidamente cresce o preconceito e a xenofobia. Os fluxos migratórios, o terrorismo, o tráfico internacional de mão-de-obra, as guerras, as catástrofes naturais em África, a pressão dos refugiados, etc., são fatores importantes no aumento da xenofobia e da conflitualidade, contribuindo para a escalada de violência e a ameaça populista e neofascista. As classes médias do Ocidente parecem perdidas e as camadas populares ressentidas e deixadas para trás, oferecem-se como expressão de uma saturação face às suas identidades de pertença ameaçadas ou destroçadas, sejam elas de base classista, comunitária ou territorial (a aldeia, a vizinhança e o bairro já se tornaram referências longínquas).

Os processos de "descivilização" de que falou Norbert Elias (1990) derivam de sentimentos de medo e ameaça, de segmentos estabelecidos perante a ascensão de grupos marginais, suscitando pulsões e vontade de "regresso à velha ordem" porque "se sentem diminuídos na sua auto-estima". Isto mostra como a frustração individual pode reverter-se em disposições para a reinvenção de um «nós» de tipo nostálgico ou mesmo prospetivo, isto é, uma nova ordem simultaneamente protetora e vingadora. Nesta mesma linha de análise, A. Hirschman (1970) quis compreender quanto tempo é preciso para que o homem comum atinja o ponto de saturação em que produtos e serviços – inclusive propostas políticas – sofram o inevitável desgaste, senão mesmo a erosão irremediável.

No campo do consumo ou da política, a repetição de um dado discurso demagógico tem um prazo de validade até que a anuência dos cidadãos dê lugar ao ressentimento, à crispação e ao protesto. Se o descontentamento já não é resolvido através da alternância dos governantes através da eleição democrática, abre caminho ao sentimento de recusa da própria democracia. E é aí que a narrativa populista ganha força, oferecendo ao pensamento simples a aparente simplicidade das soluções fáceis para os seus problemas. A exaustão face à democracia corresponde ao mesmo desejo de "regresso à simplicidade" que Thomas Mann (2004) identificou nas massas trabalhadoras da Alemanha da República de Weimar, que levaria Hitler ao poder. Quando, em pleno século XXI, se assiste ao crescimento destes "contramovimentos" de matriz populista, de que as vitórias de Trump, Erdogan, Orbán, Putin, Bolsonaro, etc., são exemplos, além de muitos outros casos de líderes proto-fascistas em ascensão, arrastam apoios e votos que manifestam uma vontade de "saída", o resultado pode ser idêntico. Uma saída que, como

afirma Arjun Appadurai, já não é a de substituição de governos pela oposição, mas antes "tornaram-se uma forma de 'sair' da própria democracia, em vez de um meio de reparar e debater democraticamente a política" (Appadurai, 2017: 44). Estamos assim perante uma nova onda de contramovimentos, face aos quais, podemos dizê-lo, a Maçonaria se oferece como o efetivo «Movimento», em defesa das principais conquistas e valores civilizacionais, de que o Estado providência foi o principal guardião no mundo ocidental.

Mesmo nos EUA, com um Estado social bem menos ambicioso do que a Europa, o volume de riqueza dos 10 por cento mais ricos do país decaíram dos 90 por cento em 1914 para 63 por cento nos anos 1980s, antes de voltarem a subir para 74 por cento em 2015. Estudos recentes comprovam que a crescente concentração da riqueza neste país se liga ao progressivo alivio da carga fiscal sobre os mais ricos, tendência que acelerou ainda mais durante a administração Trump, com as 400 famílias de maiores rendimentos, a verem os seus impostos reduzidos desde meados do século passado – de 70% em 1950, reduziu para 47% em 1980 e para 23% em 2018 – um valor próximo dos da década de 1920, e cuja consequência maior foi a penalização da classe média americana (Saez e Zucman, 2019).

Quer as classes trabalhadoras quer as classes médias com maior capital educacional protagonizaram experiências de mobilidade social onde a angariação de competências (diplomas e acesso às novas tecnologias) se conjugou com lutas sociais significativas que forçaram a cooptação pelo setor empresarial e por um Estado social em crescimento rápido. Os investimentos públicos em setores como a educação, a saúde e a segurança social constituíram os maiores fatores de coesão social, num período onde o capitalismo e a democracia puderam preservar o equilíbrio, o que induziu a sensação de um clima de desafogo e de uma (ilusória) mobilidade social ascendente, conforme alguns estudos sociológicos evidenciaram (Estanque, 2012; Nunes 2013; Rodrigues, 2016).

O contramovimento mercantilista, iniciado com a globalização, só tardiamente se refletiu em Portugal. Enquanto na Europa desenvolvida a maior solidez do Estado social serviu de almofada que atenuou os impactos das crises, nomeadamente a crise desencadeada pelo caso do Lemon Brothers (2008-2009), no nosso país o frágil Estado social, conjugado com uma classe média endividada (e em parte fictícia), teve consequências drásticas no crescimento da pobreza, na estagnação salarial, na intensificação das desigualdades, etc., o que fez disparar o descontentamento e a crispação social. A situação não se alterou na última década, antes pelo contrário. Em Portugal os escalões intermédios do rendimento são os que mais viram os seus rendimentos reduzidos entre 2011 e 2019 (nomeadamente os escalões 06, 07, 08 e 09 do IRS), o que confirma a tendência de estagnação e quebra dos rendimentos da classe média, iniciada com o período da Troika e que não conseguiu recuperar até à chegada da pandemia. Em todo o caso, o recente ciclo pós-Troika (2015-2019) em Portugal, embora de curta duração, é ilustrativo da capacidade reativa da economia, e das pulsões de regeneração da sociedade.

«Se a Inquisição e os regimes absolutistas e autoritários em geral elegeram a Maçonaria como um alvo a abater, foi porque ela inspirou as principais viragens civilizacionais na senda do progresso»

CONCLUSÃO

Ao longo do século XX, a perseguição à Maçonaria procurou deliberadamente confundi-la com o comunismo e o socialismo. As teorias da conspiração são mais eficazes quando dirigidas contra conspiradores imaginários, eleitos como o "bode expiatório" adequado para esmagar as liberdades. Foi assim nos anos trinta do século passado em diversos países, Itália, Alemanha, Portugal, Espanha, Grécia, EUA e também na ex-URSS. Os ciclos de contramovimento reacionário, com processos de perseguição e combate à atividade maçónica ocorreram ou na antecâmara ou já em plena ditadura, como no caso português com o Estado Novo (Lei 1901 de 21/05/1935, a célebre "Lei Cabral"). Hoje, na era digital e das *«fake news»* em que vivemos, a conspiração contra a democracia encerra, como há cem anos, o ataque disfarçado à nossa agremiação. O que tem sido cunhado de "democracias iliberais", "pós-democracias" ou "ditamoles" pode, portanto, exprimir apenas uma etapa à beira de resvalar para a ditadura. O ciclo populista e nacionalista da atualidade usa estrategicamente as regras da democracia para as subverter, como aconteceu no passado.

Em pleno século XXI, o clássico *Homo Economicus* deverá ser confrontado com um novo *Homo Sociologicus*, não o que permanece acorrentado aos seus papéis e mecanismos de submissão, mas o «ator» que participa na recriação da "consciência coletiva" sem abdicar

da reciprocidade, da liberdade individual, da solidariedade e da entreajuda. É nesse quadro que, entre o populismo radical e o reformismo humanista teremos de investir os nossos recursos e disseminar o nosso património ético e identitário. A resiliência do nosso *Templo Interior* funda-se na inspiração ritualista que assegura a coesão e a identidade do «Movimento Maçónico», sem as quais a construção do *Templo Universal* perde o sentido.

A agravar-se a tendência das últimas quatro décadas quanto à intensificação das desigualdades e da mercadorização, ganha força a hipótese de Piketty segundo a qual o agravamento drástico das desigualdades pode desencadear respostas políticas violentas e radicais, como de resto tem vindo a ocorrer. É incerta a possibilidade de compatibilizar o paradigma económico que nos tem governado com os avanços progressistas por que nos batemos. São conhecidos os diagnósticos quanto às tensões estruturais entre capitalismo e democracia (Meiksins Wood, 2003), como se comprova com o crescimento do populismo e da extrema-direita e o recuo da cultura cívica e política.

O confronto que tem ocorrido entre movimentos e contramovimentos, isto é, entre um «movimento social emancipatório» que corporiza os valores que a Maçonaria especulativa tem vindo a disseminar, e os «contramovimentos» que ciclicamente travam a marcha do progresso, tem vindo a suscitar novas perplexidades que desafiam as nossas bandeiras humanistas. Se as respostas da sociedade, uma sociedade cada vez mais marcada pelas novas sociabilidades digitais, laborais e comunicacionais, podem ser surpreendentes em imaginação criativa e na reposição de direitos suprimidos, é fundamental imprimir-lhe uma consciência estratégica – não no sentido político, mas sim como princípio incorporado no *ethos* do Maçon na sua vida profana – em sintonia com as referências éticas que nos definem.

Mas a gravidade da atual crise Pandémica e o seu impacto na economia obriga as autoridades, os governos e as instituições (nacionais e internacionais) a escutar as vozes que apelam a uma viragem no modelo económico, que saiba promover um novo equilíbrio entre economia de mercado, propriedade social, cooperativismo, reindustrialização ambientalmente sustentável e coesão territorial. A insistência no mesmo modelo neoliberal irá com grande probabilidade fazer explodir a conflitualidade, a intolerância e a "caça às bruxas", pondo em risco o projeto universalista que perseguimos há vários séculos.▣

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Appadurai, Arjun (2017), "O cansaço da democracia", in Geiselberger, H. (Ed.), *O Grande Retrocesso: um debate internacional sobre as grandes questões do nosso tempo.* Lisboa: Penguin Random House.

Bauman, Zygmundt (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.

Bourdieu, Pierre (1979), *La Distinction: Critique Sociale du Jujement.* Paris: Seuil.

Castel, Robert (2002), "Emergence and transformations of social property", *Constellations,* vol. 9(3), pp. 318-334.

Elias, Norbert (1990), *O Processo Civilizacional* (vols. I e II). Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Hirschman, Albert (1970), *Exit, Voice and Loyalty: Response to the Decline of Firms, Organizations and States.* Cambridge/ MA: Harvard University Press.

Mann, Thomas (2004 [1913]), *A Morte em Veneza.* Lisboa: Relógio D'Água.

Mauss, Marcel 1990 [1922]). *The Gift: forms and functions of exchange in archaic societies*. London: Routledge.

Meiksins Wood, Ellen (2003), *Democracia contra Capitalismo: a revisão do materialismo histórico.* São Paulo: Boitempo.

Nunes, Nuno (2013), *Desigualdades Sociais e Práticas de Ação Coletiva na Europa.* Lisboa: Mundos Sociais.

Piketty, Thomas (2020), *Capital e Ideologia.* Lisboa: Temas e Debates/ Circulo de Leitores.

Polanyi, Karl (2012), *A Grande Transformação: as origens políticas e económicas do nosso tempo.* Lisboa: Edições 70.

Rodrigues, Carlos Farinha, *et al.,* (coord.) (2016), *Desigualdades de Rendimento e Pobreza em Portugal.* Lisboa: FFMS.

Saez, Emmanuel; & Zucman, Gabriel (2019). *The Triumph of Injustice: How the Rich Dodge Taxes and How to Make Them Pay*. WW Norton & Company.

Soljenitsin, Alexandr (2020 [1973]), *O Arquipélago do Gulag.* Lisboa: Sextante Editora.

Touraine, Alain (1981), *The Voice and the Eye: An Analysis of Social Movements*. Cambridge: Cambridge University Press.

Touraine, Alain (1982), *Pela Sociologia.* Lisboa: Dom Quixote.

Weber, Max (1983), *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.* Lisboa: Editorial Presença.

Wright, Erik O. (2019), *How to be an Anti-Capitalist in the 21st Century.* London: Verso.

Josia do Grau 18º do REAA em metal prateado com vidrilhos, esmeraldas e safiras que a tradição atribui a D. Pedro IV. Meados do Séc. XIX

Ponto de Vista / Museu Maçónico Português

NELSON LOURENÇO

Ensaio de leitura das representações sociais da Maçonaria

Este artigo foi pela primeira vez apresentado em Loja em 2012, não reflete assim a recente incursão contra a Maçonaria com a proposta e aprovação de um novo quadro legal que obriga a revelação de pertença à Maçonaria Universal.

Passada uma década, infelizmente, mantém-se a pertinência da questão então levantada: porque é a Maçonaria tão frequentemente vilipendiada, por vezes proibida e os seus obreiros tantas vezes perseguidos? porque é a Maçonaria tão repetidamente acusada de cumplicidades que põem em causa a sociedade democrática[1]?

Voltando à questão inicial, porque é a Maçonaria tão frequentemente vilipendiada e por vezes proibida e os seus obreiros tão frequentemente perseguidos?

O ensaio de resposta passa obviamente por identificar quem são os autores das acções e mensagens antimaçónicas ou eivadas de maçonofobia, noção que desenvolverei adiante.

E é precisamente na identificação dos actores sociais autores dessas mensagens que reside a complexidade da análise, não na descrição desses actores mas na tentativa de avançar com uma análise compreensiva, no sentido weberiano, do porquê do conteúdo dessas mensagens quando associadas à qualidade dos autores. Mais claramente: embora seja expectável que haja quem denigra a imagem da maçonaria ou quem seja contra ela há actos e práticas e representações antimaçónicas e maçonofóbicas que são mais dificilmente compreensivas.

«Em Portugal é de referir a perseguição da Santa Inquisição aos maçons»

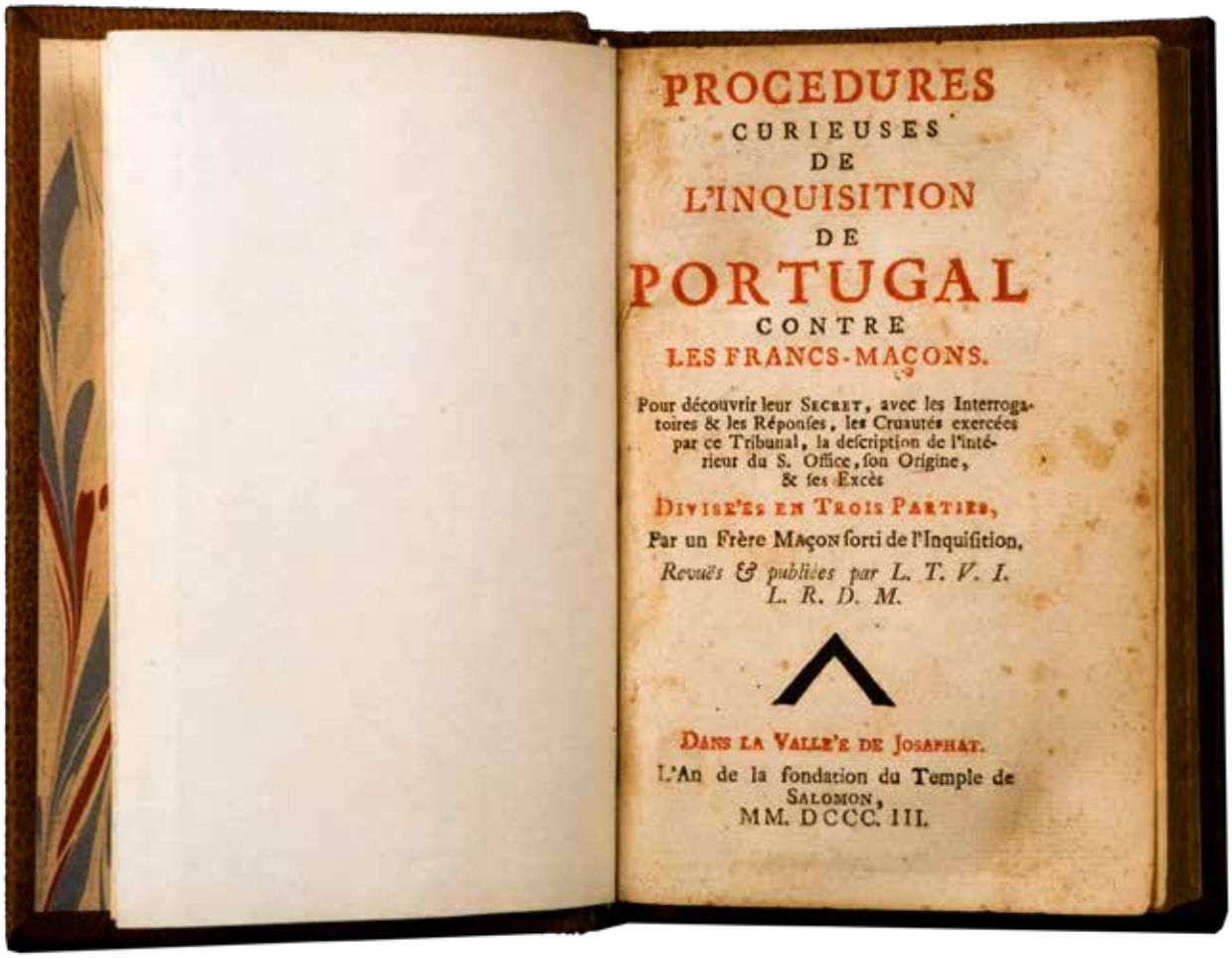
O percurso que aqui ensaio para uma resposta à questão formulada assume-se como uma primeira e ensaística aproximação ao estudo das representações sociais sobre a Maçonaria em Portugal.

O PERCURSO DA RELAÇÃO MAÇONARIA ESPECULATIVA E SOCIEDADE: CONFLITOS FORTES E CONSENSOS FRÁGEIS

Não cabe no contexto deste artigo uma leitura histórica das relações entre Maçonaria e Sociedade. Aliás, a bibliografia é extensa e acessível, mesmo via internet, embora seja aconselhável evitar vulgarizações nem sempre historicamente correctas.

Praticamente desde o seu início a Maçonaria foi objecto de numerosas críticas e oposições. Michel Jarrige (2010), na sua obra *L'Èglise et La Franc-Maçonnerie. Histoire des soupçons e du complot,* refere como em França, no séc. XVII, onde a Maçonaria começa por ser uma sociedade consensual e em

[1] "*Mas a democracia que somos tem o dever de investigar o tráfico de influências em que justa ou injustamente a maçonaria surge no cerne e muito particularmente os partidos, sobretudo o PS e o PSD, têm de ser capazes de olhar para dentro e analisar as consequências para si e para o país das cumplicidades maçónicas de muitos dos seus dirigentes.*" *Helena Matos, Público, 4.08.2011.*



PROCEDURES
CURIEUSES
DE
L'INQUISITION
DE
PORTUGAL
CONTRE
LES FRANCS-MAÇONS.

Pour découvrir leur SECRET, avec les Interrogatoires & les Réponses, les Cruautés exercées par ce Tribunal, la description de l'intérieur du S. Office, son Origine, & ses Excès

DIVISÉES EN TROIS PARTIES,

Par un Frère MAÇON sorti de l'Inquisition,

Revuës & publiées par L. T. V. I. L. R. D. M.

DANS LA VALLÉE DE JOSAPHAT.

L'An de la fondation du Temple de SALOMON,
MM. DCCC. III.

Fotografia: Ponto de Vista / Vila Isaura

que os seus membros eram na sua maioria católicos cedo se viu alvo quer de rumores e de acusações variadas – que os seus membros se dedicavam à sodomia, ao adultério, ao uso de bebidas fortes e à realização de cerimónias secretas para darem uso de poderes obscuros que possuiriam – assentes na ignorância e na desconfiança e no medo pelo segredo e pelo mistério.

Este sentimento popular viria a facilitar quer a sua interdição ou perseguição pelo poder político quer a sua condenação, em termos muito severos, pela Igreja Católica. Nos séculos XVIII e XIX, marcantes na construção do pensamento social e político que estão na origem da sociedade e do Estado modernos, dois acontecimentos históricos relevantes se associam obviamente à difícil relação aí iniciada e ainda hoje presente entre a Igreja e a Maçonaria: a Revolução Francesa e os movimentos políticos associados à unificação da Itália, que puseram fim aos Estados Pontifícios[2].

Em Portugal é de referir a perseguição da Santa Inquisição aos maçons, nomeadamente no tempo de D. João V, as perseguições de Pina Manique, que se sucedem ao período de florescimento maçónico que corresponde ao Governo do marquês de Pombal, as perseguições e proibição da maçonaria por D. João VI, em ataque ao liberalismo e a coberto da Bula do Papa Clemente XII, e a perseguição do Estado Novo, com a interdição da maçonaria, por Decreto aprovado

«Com a Bula de Clemente XII, In eminenti, publicada em 1738, a Igreja de Roma inicia a publicação de um vasto número de pronunciamentos papais de interdição da Maçonaria»

[2] Os principais líderes da Unificação de Itália eram Maçons e Carbonários: Cavour, Mazzini e Garibaldi. Nos Estados Pontifícios a insatisfação popular contra o clero era muito grande nomeadamente pela proibição de os leigos ocuparem cargos administrativos.

em 1935 que proibia as sociedades secretas. Para o conhecimento do caso português é obviamente obrigatória a leitura da obra de Oliveira Marques, nomeadamente a sua *História da Maçonaria em Portugal* e *A Maçonaria e o Estado Novo*.

Mas se no séc. XX a Maçonaria foi alvo de perseguições e proibições por poderes políticos de direita e de esquerda é na Igreja Católica que historicamente se concentra um posicionamento mais dirigido e concertado contra a Ordem Maçónica.

Com a Bula de Clemente XII, *In eminenti,* publicada em 1738, a Igreja de Roma inicia a publicação de um vasto número de pronunciamentos papais de interdição da Maçonaria (21 entre 1738 e 1902!). Com a publicação do Código de Direito Canónico, em 1917, as encíclicas papais foram integradas na lei ordinária da Igreja que expressamente proibia a associação dos católicos à Maçonaria, ficando sujeitos à pena de excomunhão.

Esta posição antimaçónica da Igreja apenas começaria a ser revertida no quadro de abertura ecuménica e ideológica do Concílio Vaticano II, em 1962-65, passando a participação de católicos na Maçonaria a ser tolerada. É neste quadro que o novo Código do Direito Canónico, publicado em 1983, apesar de condenar[3] as "sociedades secretas e conspiradoras" não explicita a franco-maçonaria.

No entanto e num movimento que parece cíclico, o Cardeal Joseph Ratzinger, então Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé e actual Papa Bento XVI, reafirmava, em 1983, que permanecia "(...) imutável o parecer negativo da Igreja a respeito das associações maçónicas, pois os seus princípios foram sempre considerados inconciliáveis com a doutrina da Igreja e por isso permanece proibida a inscrição nelas".

Não é, contudo, minha intenção fazer aqui uma resenha histórica das relações Igreja Católica *versus* Maçonaria. Como referi no início, o meu objectivo é a apresentação de um primeiro quadro compreensivo das representações sociais sobre a Maçonaria, no contexto da sociedade contemporânea e em particular da portuguesa.

O PERCURSO DA RELAÇÃO MAÇONARIA ESPECULATIVA E SOCIEDADE: MODERNIDADE E SECULARIZAÇÃO DA SOCIEDADE

A Maçonaria moderna ou especulativa desde o seu surgimento no início do séc. XVIII, com a constituição, em 1718, da Grande Loja de Inglaterra e posteriormente com as Constituições dos Franc-Maçons (vulgarmente designadas por Constituições de Anderson), em 1723, emerge como uma sociedade questionadora dos valores sociais e políticos do seu tempo.

Mesmo quando consegue uma relação consensual com as instituições políticas e religiosas, como no caso da Inglaterra, onde as Lojas Maçónicas estabelecem relações formais e estreitas com as autoridades britânicas, isto é, com a monarquia e com a Igreja - recorde-se que o Monarca é *the Supreme Governor of the Church of England* - a Maçonaria e o seu ideário não deixam de questionar os valores dominantes.

Numa Europa em que os valores religiosos são ainda omnipresentes e em que a secularização da sociedade está no seu início, a Maçonaria emerge como uma organização assente na tolerância confessional, não defensora de dogmas e que evolui para a aceitação de um deísmo vago assente na figura do Grande Arquitecto do Universo e, no caso da Maçonaria liberal, para a assumpção do primado da liberdade de consciência individual.

Este quadro será obviamente mais acentuado e conflitual, recorro ao conceito de conflito de Ralph Dahrendorf (1959), nos países onde domina a Igreja Católica ou onde o liberalismo e a Revolução Industrial se construíram mais tarde como a Itália, Espanha e Portugal. Refira-se, no entanto, que nos documentos papais atrás mencionados não é feita distinção entre a Maçonaria Liberal, essencialmente da Europa Continental, e a Maçonaria Teísta, predominantemente anglo-saxónica.

Próxima dos valores liberais, a Maçonaria abre-se a todos os homens sem distinção de pertença confessional ou de origem social, quebrando as rígidas barreiras sociais oriundas da sociedade do *Ancien Regime.* A grande abertura será à burguesia, grupo social em ascensão, rico e cultivado que nas Lojas se encontrava em situação de igualdade com as *elites de sangue*.

Ao longo do séc. XX a relação sociedade, Igreja Católica, *versus* Ordem Maçónica foi-se alterando ao sabor das transformações políticas e

«Esta posição antimaçónica da Igreja apenas começaria a ser revertida no quadro de abertura ecuménica e ideológica do Concílio Vaticano II, em 1962-65»

[3] No seu art. 1374,

sociais que deram corpo e essência à modernidade tardia, utilizando a expressão de Anthony Giddens.

Assim e se a progressiva secularização da sociedade industrial e pós-industrial fez a Igreja Católica perder a sua capacidade de proibir o funcionamento das Lojas Maçónicas e punir os seus os seus membros - restando-lhe a capacidade de actuar junto dos católicos com a ameaça de excomunhão, social e individualmente significativa nos países católicos - continuou a assistir-se ao que alguns autores designam por Antimaçoneria de Estado.

Com efeito, todos os Estados autoritários que emergiram na Europa no séc. XX, independentemente do seu posicionamento político, à esquerda ou à direita, interditaram e proibiram o funcionamento das Obediências Maçónicas e perseguiram os seus membros. Aconteceu na União Soviética e durante o Estado Novo, em Portugal, o Franquismo, em Espanha e o Terceiro Reich, na Alemanha.

É historicamente significativo reter o facto de ideologias de sinal contrário assumirem idênticos posicionamentos relativamente à Maçonaria. Assim, ás perseguições do Franquismo, no inicio e fim da Guerra Civil que, segundo alguns historiadores, foram acompanhadas pelo fuzilamento de milhares de maçons, acusados de integrarem uma conspiração "maçónica -comunista – judaica" acrescente-se a tese de Trotsky, o grande ideólogo da construção comunista internacional, que identificava a Maçonaria como o baluarte da sociedade burguesa, uma "praga maldosa no corpo do comunismo francês", uma organização caracterizada pela "baixeza, pedinchice, aventureirismo, carreirismo, parasitismo, no sentido mais literal destas noções" (Trotsky, 1922).

QUADRO COMPREENSIVO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A MAÇONARIA. UMA DISTINÇÃO ANALÍTICA PERTINENTE: ANTIMAÇONISMO E MAÇONOFOBIA

Este artigo constitui, como referi no início, um ensaio de identificação dos principais vectores em que tradicionalmente assentam as representações sociais e se consubstanciam as posições e práticas que servem de *justificação* para tanto e tão frequentemente a maçonaria ser atacada, vilipendiada e por vezes proibida.

Embora me pareça que o percurso até aqui efectuado nos fornece, embora a traços largos, informação sobre o percurso complexo e conflituoso da relação Sociedade *versus* Maçonaria penso ser pertinente avançar um pouco mais no que atrás designei por *quadro compreensivo das representações sociais sobre a maçonaria.*

Fotografia: Ponto de Vista / Museu Maçónico Português

Como breve esclarecimento, diga-se que as representações sociais são o resultado das percepções dos indivíduos sobre o meio social em que se inserem. Na sua construção estão presentes lógicas culturais e identitárias e lógicas situacionais, isto é, ligadas à experiência do actor sobre a realidade vivida. Oriundo da Sociologia – Durkheim designava-o por *representação colectiva* – o conceito viria a ser retomado e desenvolvido por Serge Moscovicci, no quadro da Psicologia Social, sob a designação de representação social e operacionalizado por autores como Denise Jodelet.

Considero, com efeito, que o conceito de representação social nos pode ajudar ao aprofundamento do conhecimento da relação Sociedade *versus* Maçonaria e ajudará à compreensão do processo de construção da percepção negativa sobre a nossa Augusta Ordem por parte de sectores da população.

Assim, as representações sociais sobre a Maçonaria podem ser organizadas em três grupos - críticas populares; as críticas políticas; e as críticas religiosa – assentes em motivações variadas, indo das mais primárias às mais elaboradas e frequentemente *ao serviço* de objectivos políticos e de poder.

Como referi na Introdução, a resposta à questão *Porque é a Maçonaria tão frequentemente vilipendiada e por vezes proibida e os seus obreiros tão frequentemente perseguidos?* passa obviamente por identificar quem são os autores das acções e mensagens antimaçónicas ou eivadas de maçonofobia, a razão que os move e, simultaneamente, proceder à análise de conteúdo dessas mensagens.

Na impossibilidade de proceder a essa análise – por motivos óbvios – organizei um ensaio de resposta assente na informação que possuo e na reflexão que venho fazendo. Para uma maior eficácia na apresentação dos *resultados* que venho construindo, organizei a resposta em comentários que, ao que espero, no seu conjunto permitem uma primeira análise compreensiva da relação sociedade *versus* maçonaria no Portugal de hoje.

1º COMENTÁRIO:

Embora seja expectável que haja quem seja contra maçonaria ou denigra a sua imagem – como acontece com outras organizações de carácter ideológico e defensoras de quadros de pensamento social e politico – há actos e práticas e representações antimaçónicas e maçonofóbicas que actualmente são mais dificilmente compreensivas como frequentemente é incompreensível a sua origem, isto é, os seus autores sejam ele individuais ou colectivos.

«Próxima dos valores liberais, a Maçonaria abre-se a todos os homens sem distinção de pertença confessional ou de origem social»

Este ensaio de leitura tem forçosamente de ter em consideração a sociedade actual secularizada, de grandes e aceleradas mudanças sociais, do conhecimento e de intensa circulação de informação, factos que deveriam contribuir para a aquietação destas práticas e actos antimaçónicas.

2º COMENTÁRIO:

Na sociedade actual parece pertinente proceder a uma distinção analítica entre antimaçonismo e maçonofobia. A noção de maçonofobia devo-a a Michel Jarrige e parece-me um contributo importante a uma leitura mais elaborada e profunda das práticas, sentimentos e representações antimaçónicas no contexto actual.

Assim, a noção de antimaçoneria deve ser lida como representando uma acção concertada assente num poder politico e/ou religioso com capacidade persecutória e mesmo de proibição da existência das Obediências Maçónicas. Na sociedade contemporânea e no contexto das nações democráticas e desenvolvidas é um tipo de acção que desapareceu ou que será de reduzida importância. A eventual existência de grupos enquadráveis neste tipo de ideologia é uma hipótese a reter, mas nenhum terá o poder real de reintroduzir um tal quadro social e politico.

A noção de maçonofobia refere-se a representações depreciativas e pejorativas do ideal maçónico, de carácter social e religioso, frequentemente pouco elaboradas e de carácter populista. A maçonofobia associa-se, por vezes, a acções visando o controlo das obediências maçónicas e dos seus membros em nome de uma transparência inerente à vivencia democrática supostamente posta em causa pelo tipo de organização maçónica. Este será, tanto quanto me parece possível afirmar no estado actual da análise, o quadro mais pertinente para a compreensão do modo como largos sectores da sociedade representam a Maçonaria.

3º COMENTÁRIO:

É facilmente constatável a dificuldade em descortinar um fio condutor lógico e identificador dos actores que desenvolvem práticas antimaçónicas ou promovem a maçonofobia. Estão à direita e à esquerda do espectro político,

assumem posições de uma esquerda mais ortodoxa ou mais liberal tal como acontece à direita. Podem assumir-se como praticantes ou não de uma doutrina religiosa.

De igual modo são transversais na hierarquia social, encontrando-se em todos os estratos sociais e profissões e a formação académica não parece ser relevante para a percepção e a imagem que possuem da Maçonaria, apenas o discurso pode ser mais elaborado o que também nem sempre acontece.

4º COMENTÁRIO:

É pertinente fazer uma distinção entre as mensagens veiculadas nos *media* e as percepções e discursos individuais, naturalmente que umas e outras se influenciam num complexo processo de interacção, mas uma leitura distinta fornece pistas interessantes para a análise.

Começando pelas percepções e imagens transmitidas pelos indivíduos. Mais uma vez é difícil descortinar diferenciações assentes no *status* dos actores e mesmo a formação académica parece não ser factor substantivo de distinção, tal a repetição e permanência de conteúdos e a utilização de estereótipos primários.

Na ausência de inquéritos sobre as representações sociais sobre a maçonaria sugiro uma *démarche* frequente na Antropologia, a observação participante, aqui utilizada sem rigor científico mas apenas com o intuito de se conseguir uma primeira aproximação ao tema. Assim elenco algumas destas percepções mais repetidas:

Os aventais

O uso dos aventais emerge como o estereótipo mais repetido e mais presente e integrando os discursos mais depreciativos e mais populistas. Não deixa de ser interessante de referir que confirma a natureza *interclassista* da maçonofobia, emergindo quer nos discursos de indivíduos dos estratos mais baixos da sociedade quer no de intelectuais e de comentadores, sempre com o objectivo de denegrir a imagem da Maçonaria.

Em vários programas de televisão comentadores cuja reputação intelectual é merecidamente elevada ridicularizam o uso de aventais nas cerimónias maçónicas. Neste contexto merece citação uma frase supostamente jocosa de Helena Matos (Público, 4.08.2011): "*... caso os membros da maçonaria em vez de aventais (coisa tida como feminina) usassem uns adereços mais fálicos ...*".

O secretismo

O secretismo é outro dos temas mais suscitados, embora seja mais frequente em discursos mais elaborados. O que se pretende atingir é a própria existência e a razão de ser da Maçonaria no contexto das sociedades democráticas.

Frequentemente associa-se o secretismo maçónico a um funcionamento tipo grupo de pressão, quando não a um poder oculto ao serviço de interesses materiais e egoístas e mesmo como um contra-poder. A natureza secreta da Maçonaria facilitaria a constituição de uma teia de interesses abrangendo todos os sectores da sociedade, da política à economia e à justiça como se acima do Estado estivesse.

Este é, aliás, um dos assuntos mais frequentemente utilizados pelos meios de comunicação social que constroem inventários de membros das Obediências Maçónicas que ocupam lugares relevantes na vida política e económica. Abordarei este assunto em outro *item.*

O arcaísmo

A imagem da Maçonaria como uma organização arcaica no contexto da sociedade moderna aparece associada à ideia de secretismo. Consolidada a Democracia qual a razão de ser de uma sociedade não transparente, fechada e secreta? Eis a questão associada ao tema do arcaísmo.

O oportunismo

Tema também transversal, a ideia da Maçonaria como uma organização que funciona como uma rede de interesses, como agência de oportunidades para os seus membros, é tão comum como a ideia de que a motivação para se ser maçom é a satisfação de interesses materiais.

5º COMENTÁRIO:

Os média desempenham um papel importante na amplificação deste sentimento que designo por maçonofobia. As mensagens que veiculam, mesmo quando mais estruturadas, transmitem igualmente uma visão redutora, populista, mal informada e depreciativa da Maçonaria .

A sua maçonofobia é patente nos discursos que repetem e amplificam todo o elenco de estereótipos acima referidos. A situação repete-se por toda a Europa e impressiona a similitude das mensagens nos mais variados meios de comunicação.

Tomando como exemplo o caso da França pode-se verificar que os mais importantes semanários do país – *Le Nouvel Observateur, L'Express* e o *Le Point* – dedicam periodicamente importantes *dossiers* à maçonaria com temas como: As redes maçónicas; Presidenciais e o poder dos franco-maçons; Chirac e os franco-maçons; Os franco-maçons nos media; como os franco-maçons intervêm nas polícias; *Les combines francs-maçons; Francs-maçons: comment ils tiennent l'Afrique.*

Em Portugal são conhecidos os veículos de propagação / ampliação desta ideologia maçonofóbica. Não me alongando em detalhes que todos conhecemos, citarei a Revista Sábado como exemplo paradigmático deste tipo jornalismo.

Um último comentário sobre os *media*. É pertinente reter a discrepância, em termos de conteúdo, entre o que se anuncia de escândalo na capa e a monótona repetição de factos quase sempre já publicamente divulgados nas páginas interiores.

Para além de os escândalos serem vendáveis, este tipo de produção jornalística é um exemplo perfeito do que é aqui designado por maçonofobia e a avidez do leitor cabe em idêntica posição ideológica.

CONCLUSÃO POSSÍVEL

Como disse no início, este artigo é o resultado de uma primeira reflexão sobre uma questão que considero relevante para a Nossa Augusta Ordem.

Como também referi, à simplicidade da questão formulada – porque *é a Maçonaria tão frequentemente vilipendiada e por vezes proibida e os seus obreiros tantas vezes perseguidos?* - sobrepõe-se a complexidade da resposta que à partida pressupõe e exige o recurso a um quadro e instrumentos de análise que não dispunha quando me decidi por avançar na escrita deste texto.

Termino esta *quasianálise,* como creio que este artigo deve ser designado, com uma ideia / proposta. O Grande Oriente Lusitano e, naturalmente, todas as Obediências Maçónicas, devem assumir como vocação e projecto o desenvolver acções de esclarecimento dos valores que orientam a Maçonaria Universal como contribuição para atenuar a maçonofobia e o antimaçonismo. Acções que seriam também um contributo à indispensável maior transparência da Maçonaria e do seu relevante papel na sociedade moderna contemporânea.▣

Fotografia: Museu Maçónico Português

REFERÊNCIAS

Dahrendorf, Ralf (1959), *Class and Class Conflict in Industrial Society*, Londres, Routledge.

Jarrige, Michel, 2010, *L'*Èglise *et La Franc-Maçonnerie. Histoire des soupçons e du complot*, Paris, Jean-Cyrille Godefroy.

Marques, A. H. Oliveira, 1975, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa, D. Quixote.

Marques, A. H. Oliveira, 1989-1997, *História da Maçonaria em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença (3 vols.)

Trotsky, Léon,1922, *Cahiers Communistes*, Novembro.

Relógio de bolso com caixa em prata e mostrator contendo simbolos Maçónicos. Finais do séc. XIX

Ponto de Vista / Museu Maçónico Português

A TENTAÇÃO ANTI-MAÇONICA E A COMPREENSÃO DO MUNDO

«Se tudo fosse irregular, ou tudo regular, não haveria pensamento, pois este é apenas uma tentativa de passar da desordem à ordem, precisando de ocasiões desordenadas e de modelos de ordem.»

Paul Valéry

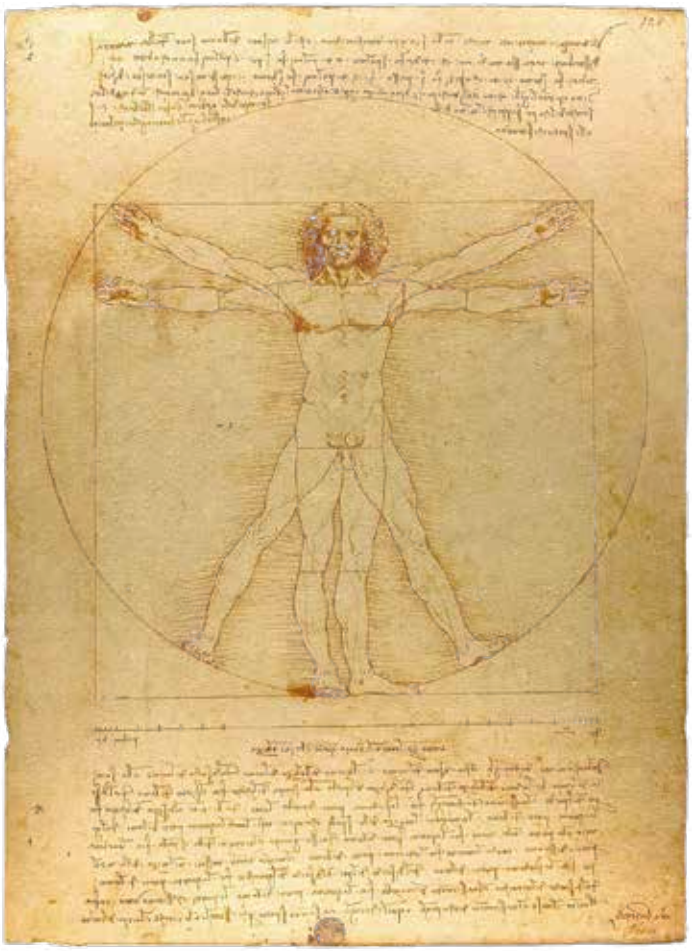
Numa feliz alegoria atribuída a Esopo, Hans Blumenberg relata a narrativa de um astrónomo que tinha estabelecido como regra sair todas as noites de casa para observar as estrelas. Uma noite, indo com este propósito e de posse de todas as suas capacidades mentais, não reparou numa cisterna e acabou por cair nela. Gritou de dor, pedindo por socorro, acorrendo alguém que, vendo o que acontecera, lhe disse, então: "És, portanto, desses que querem ver o que há no firmamento e escapa-te o que há na terra?" [1]

A lição a retirar para esta reflexão, tendo por objeto o fenómeno do anti maçonismo, é a de que, por vezes, a boa e iniciática paixão pelos valores, vida e ideário maçónicos nos dificulta, ocultando, a constatação de que, para o fenómeno do anti maçonismo, contribuem não só as reações externas, oportunistas e reacionárias, mas também a ocorrência das responsabilidades internas. É com este objetivo, mas tendo em atenção a triangulação que habita o *corpus* do pensamento e "metodologias" maçónicas, que se visa ultrapassar a abordagem dicotómica do anti maçonismo (a observação das estrelas versus a cisterna) analisando também a sua dimensão interna, porventura das mais delicadas e críticas, por interpelar diretamente os fundamentos do nosso viver em conjunto. O exercício de ceticismo e de extensividade analítica do fenómeno alimenta-se da dúvida e da inquietação, que resultam do afastamento do pensamento binário (bem/mal, legal/ilegal, belo/feio, exterior/interior, sagrado/profano), enquanto forma simplificadora de escrutínio da complexidade do anti maçonismo.

Acompanhando Montaigne, sugere-se que o entendimento sobre o "mim mesmo", a experiência do "viver em conjunto" e o

«As crises, ao contrário dos momentos de tendencial equilíbrio, são mais reveladoras das estruturas, mentais e sociais, profundas das sociedades e dos paradoxos que se geram»

[1] Blumenberg 1994:



Fotografia: DR

"reconhecimento das fraquezas" contribuem para um entendimento mais claro e lúcido dos ataques e ameaças a que a maçonaria está ciclicamente sujeita. E, em bom rigor, possibilita ainda um reencontro inequivocamente positivo, frutuoso e frontal com o que de mais genuíno e singular se perde muitas das vezes no caminhar maçónico.

Como é do conhecimento geral, existem reflexões e publicações variadas acerca da maçonaria, podendo-se de uma forma simplificada distinguir aquelas cuja fonte pode ser definida como externa, desenvolvida por "profanos", e as que provêm de uma visão interna, realizada por "iniciados".

O autor desta reflexão situa-se no esteio dos trabalhos de análise, como os de Bruno Etienne, ou de Michel Maffesoli, que fazem confluir as vertentes do olhar científico, proveniente das ciências sociais, conjugado com o ponto de vista interior, da sociedade maçónica. Esta dupla perspetiva procura não prescindir, pois, do olhar da ciência, acompanhado pela defesa da maçonaria. Por outro lado, constata-se facilmente que as reflexões acerca da maçonaria levadas a cabo por maçons, não partilham necessariamente de uma visão unitária e consensual relativamente ao lugar e papel da maçonaria na sociedade e mesmo nas experiências e vivências pessoais dos percursos maçónicos. Na operacionalização desta reflexão, tendo por objeto a *Tentação Antimaçónica e a Compreensão do Mundo*, peço ao leitor que me acompanhe num exercício analítico que tem a ver com um conhecimento situado, decorrente da adoção de um ponto de vista, o da defesa da maçonaria. Comecemos por imaginar a existência de três vértices, enquanto componentes ou portas de entrada, conducentes a um colocar em perspetiva o fenómeno do anti maçonismo, nos termos já referidos: (1) nós e os outros; (2) eu e nós; (3) eu, nós e os outros. Serão, pois, pela respetiva ordem, estes vértices que nos conduzirão na construção da argumentação que a seguir se expõe.

NÓS E OS OUTROS

Podemos começar por considerar a maçonaria como um facto social total, no sentido de Marcel Mauss, um sistema composto por elementos de natureza diferente, mas ligados entre si e que devem ser apreendidos de modo global e interdisciplinar, tendo em consideração as interações que estabelecem entre si. Se colocarmos nesta perspetiva o anti maçonismo, reconhecemos que ele é um dos elementos constitutivos do fenómeno maçónico, inscrito na historicidade que acompanha os primórdios da maçonaria especulativa, correspondendo às dinâmicas sociológicas da modernidade e ao padrão de relacionamento estabelecido entre a sociedade e a maçonaria. Fenómeno social total sim, mas fenómeno social também situado no espaço e no tempo da modernidade e do seu projeto inconcluso, seguindo a tese de Jurgen Habermas e de todos para quem o iluminismo e a modernidade não se esgotaram no pós-modernismo e nos seus múltiplos avatares. As manifestações mais recentes da deriva pós-modernista têm estado na base de múltiplas ideologias extremistas e sistemas de pensamento, alguns académicos e autoritários, ligados a cruzadas sociais e políticas, que tomam com grande facilidade a maçonaria, simultaneamente como refém e inimigo, no sentido político que Carl Schmitt atribui a este último conceito.

Não me sendo possível desenvolver aqui essa questão, coloco alternativamente o problema de saber o que, na dinâmica da modernidade, torna o anti maçonismo uma varável

Fotografia: DR

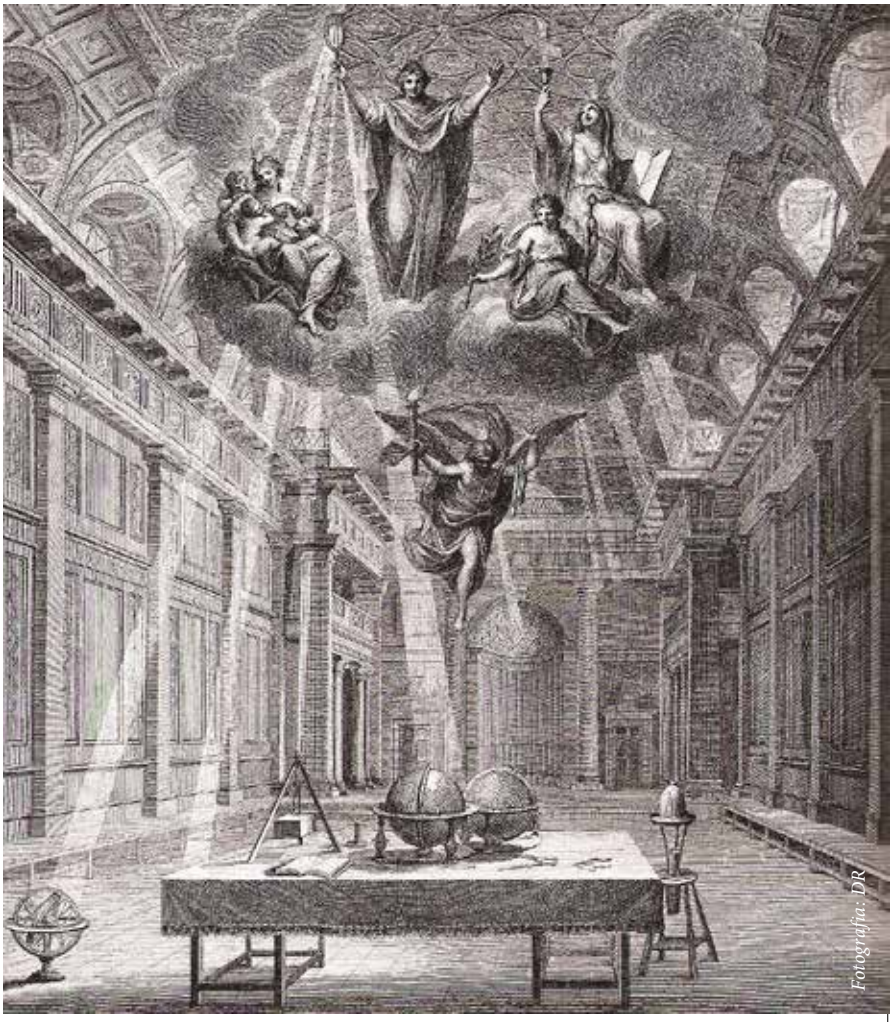
histórica e sociológica constante[2]. Para compreender esta interrogação, considera-se que o iluminismo e a modernidade são processos históricos e sociológicos em aberto, marcados por crises recorrentes bem diagnosticadas pelas ciências sociais desde o século XIX. A consequência destas persistentes crises é a de que, ciclicamente, elas agravam, no plano individual, as incertezas, o medo e as espectativas negativas e, no quadro global das sociedades, criam condições para a emergência de situações patológicas e "anómicas" de disrupção social.

As crises, ao contrário dos momentos de tendencial equilíbrio, são mais reveladoras das estruturas, mentais e sociais, profundas das sociedades e dos paradoxos que se geram. É o caso do "efeito bode expiatório", estudado por René Girard (orig.1982,2020) e retomado, entre outros, por Edgar Morin e Patrick Viveret (2011), que destacam o modo como as perseguições coletivas, as violências e os diferentes tipos de "caça às bruxas" ocorrem em períodos de crise, com o enfraquecimento das instituições e dos valores culturais e sociais.
O atual contexto, marcado pelos extremismos, pela generalização da sociedade de exceção, pelas ameaças globais, pela pandemia e pela eminência de uma crise financeira e económica, revela-se facilitador das diferentes e conhecidas manifestações de anti maçonismo. Para além de tudo, também podemos assumir que a raiz mais profunda das crises que vivemos é de carácter civilizacional e cultural, razão pela qual nos encontramos perante a ambivalência da negação do contributo da maçonaria e dos seus valores para os princípios da liberdade, igualdade, justiça social, solidariedade, dignidade, respeito, decência, constitucionalismo democrático, direitos humanos, valores conquistados, e em permanente aprofundamento, e que no fenómeno em análise surgem confrontados com um conjunto de narrativas falsas, preconceituosas e de má-fé. A título meramente ilustrativo do efeito bode expiatório subjacente ao anti maçonismo: os impulsos pontificais desde a bula *In emnenti* de Clemente XII de 1738 até às recentes condenações pela igreja católica da maçonaria; o caso Léo Taxil; o caso Dreyfus; a IV Internacional; as perseguições fascistas e totalitárias de ontem e de hoje; as perversões de um bom princípio, como o da transparência, erigido agora em criação de listagens de cidadãos suspeitos e sobre os quais se devem exercer especiais poderes de vigilância e controlo; etc. O caso português, que em sede parlamentar tem alimentado este fenómeno através das propostas do PAN e do PSD, é mais um exemplo que, felizmente, tem encontrado respostas dignas, de maçons e não maçons.[3]

De tudo o que acima se referiu uma conclusão se pode retirar: os valores democráticos e princípios da maçonaria continuam a ser fundamentais e por eles os maçons têm de continuar a lutar porque às sociedades democráticas saídas da modernidade continua a faltar responsabilidade e sentido de execução da promessa democrática. Por esta via, o efeito bode expiatório antimaçónico vai permanecer e eventualmente aprofundar-se, na medida em que assistimos a um processo de naturalização da sociedade de exceção, de institucionalização de formas de sociabilidade despóticas e humilhadoras em diferentes esferas da sociedade e de questionamento das funções do "estado

[2] Os estudos e a bibliografia tendo por objeto o anti maçonismo são numerosos e insuscetíveis de serem aqui mencionados exaustivamente, o mesmo se diga a respeito do acervo das fontes do pensamento antimaçónico. Entre outros estudos e investigações, deixo a referência, a dois dos muitos trabalhos de Jacques Lemaire, Antimaçonnerie et antimaçonnisme, La Chaine d'Union, 2007/3, Nº 41 e L'Antimaçonnisme, Aspects Généraux (1738-1998), 1998. Entre nós, sugiro as reflexões levadas a cabo por Salgueiro Maia (n/s) *Do Antimaçonismo às ameaças à Maçonaria, Ontem e Hoje*, 2020.

[3] Destaco apenas as respostas e tomadas de posição do Grão-Mestre do GOL, Fernando Lima, do Grão-Mestre Adjunto do GOL, António Ventura e a do Grão-M*estre* Adjunto do GOL, Carlos Vasconcelos. No caso deste último, sugere-se a consulta do jornal *Expresso*, de 22 de janeiro de 2021, "A Maçonaria e a sociedade portuguesa" e, no jornal *Público*, de 21 de maio de 2021, "A Maçonaria e o Estado: entre a transparência e o *voyeurismo*".



social de direito democrático".

EU E NÓS

Em segundo lugar, o vértice "eu/nós" convoca os polos dos dois elementos que estão no âmago da fundamentação/entendimento da vida em sociedade: a diversidade e a singularidade dos indivíduos, considerados autonomamente, e as diferentes formas de vinculação, agregação ou fusão que entre eles estabelecem.

Como refere a este respeito Norbert Elias (Elias, 1994), na sua teoria dos símbolos, é entre estes termos que ocorre esta irrevogável inclusão/inserção de todo e qualquer "Eu" num "Nós", através de iniciações, protocolos, rituais e padronizações onde ocorre a assimilação abstrata das funções do jogo relacional entre os indivíduos e os *continua* de interdependências que criam. Sabemos da diversidade das propostas teóricas multidisciplinares que têm encontrado conceitos para lidar com as dicotomias e dualidades recursivas para as teorias sociais e políticas (individuo-sociedade; coletivismo-individualismo; macro-micro, individuo-estado; local-global) e os diferentes tipos de vínculos que estabelecem entre si (contratos, redes, tradição, história, comunidades, mercados, pertença, responsabilidade, emoções, afetos, identidades, solidariedades, hierarquias, etc.). Em todas encontramos a presença vibrante da interrogação durkheimiana, quando coloca o problema de saber "Como é que acontece que, ao ir tornando-se mais autónomo, o individuo vá dependendo mais estritamente da sociedade? Como pode ser ele simultaneamente mais pessoal e mais solidário? " (Durkheim, 1977:49). O que aconteceu, durante algum tempo, sinalizado por sociólogos como Ulrich Beck, Zigmunt Bauman, Scott Lash e Anthony Giddens, no que designam por modernidade reflexiva, foi um processo de individualismo institucionalizado, isto é, uma focalização nas dimensões biográficas e nas trajetórias dos indivíduos, cada vez mais afastada das instituições e organizações que, no quadro dos estados sociais, foram perdendo a capacidade e as funções de conferirem proteção e segurança face aos riscos individuais. Concomitantemente, o processo de individualização política, associado à afirmação, desde meados dos anos 80 do século passado, dos modelos neoliberais, tem exacerbado as formas de liberdade narcísica e autocentrada.

Contrariando estes argumentos, Michel Maffesoli introduz uma mudança de enfoque neste fenómeno, chamando a atenção para o modo como o individualismo tem vindo a ser substituído, ou pelo menos contido, pelas necessidades de identificação e de pertença a grupos e coletividades do mais variado tipo, tese que fundamentou em *O Tempo das Tribos* (1988). Esta esfera da vida que acentua a ligação dos indivíduos a sistemas de ideais coletivos e a "comunidades de destino", radica o entendimento de sociabilidades profundas e de "socialidades". Ocorre uma ligação forte entre esta noção de sociabilidade e a que foi proposta por Maurice Agulhon (orig. 1968; 1984), no seu estudo de referência sobre a maçonaria na Provença, e também na reflexão dedicada por Jürgen Habermas aos primórdios da sociabilidade maçónica (Habermas: 1994).

O conceito de sociabilidade tem sido, assim, utilizado no sentido que se vem a expor, para estudar e analisar as diferentes dinâmicas, internas e externas, do fenómeno maçónico. Não me é aqui possível aprofundar esta temática, quero, no entanto, deixar três linhas de reflexão onde o conceito se encontra estreitamente ligado com problemáticas maçónicas.

A primeira respalda-se no exemplo da proposta política do solidarismo, desenvolvida por Léon Bourgeois (1902). Como é conhecido, esta figura incontornável da 3ª República francesa procurou conciliar as ideias da liberdade e da igualdade sob o signo do solidarismo, numa perspetiva que se pode definir como do socialismo liberal. O ponto que aqui quero sublinhar é que Léon Bourgeois[4], maçon relevante da Loja La Sincérité, do GODF, de que foi membro influente, iniciado em 1882, desenvolveu toda uma construção política inspirada na simbólica maçónica, onde pontuam as noções de "quasi –contrat" social, mutualização, solidariedade de facto e solidariedade de direito, etc., que assentam num entendimento de sociabilidade próximo do já referido.

A segunda invoca essa noção simultaneamente central, do ponto de vista iniciático, e controvertida, em termos sociais, que é o segredo maçónico. Nos termos em que, aqui, invoco o segredo maçónico, este é perspetivado no sentido de traduzir a vivência iniciática dos maçons enquanto manifestação do "que se sente", para utilizar uma expressão de António Arnaut (2006:41) e, eventualmente, não se pode exprimir nem comunicar, sendo, no entanto um elemento constitutivo da sociabilidade maçónica e da maneira como os maçons vivem as suas relações sociais, quer internamente, quer no espaço público. Georg Simmel, num texto dedicado ao segredo, destaca o modo como este revela e explica diversos elementos da vida das associações ditas secretas ou discretas, tomando-o como indicador das dinâmicas relacionais internas, no caso presente, a maçonaria, na sua articulação com a sociedade. Na leitura mais pessimista de Simmel, o segredo maçónico pode constituir-se como manifestação de uma sociabilidade negativa, interna e externa, na medida em que esta dimensão oculta expressa a situação de " eu sei uma coisa que tu não sabes" (Simmel, 2004: 146). Este primarismo onde muitas vezes tropeçamos, tem o efeito perverso de dar lugar à arrogância e à desqualificação do outro, sobretudo se este não for iniciado. Enquanto adorno da personalidade e expressão da vaidade individual, ele objetiva-se, sociologicamente, num quadro de contradições que muitas vezes retroagem negativamente sobre os parâmetros de um dever ser maçónico verdadeiramente iniciático, discreto, responsável e livre.

Chegamos, então, à terceira linha de reflexão que trata, sobretudo, de questionar a sociabilidade maçónica do ponto de vista do que não se faz e devia fazer (dever ser) e o que se faz (ser) e não devia fazer. Mas observemos bem onde nos conduz esta triangulação que tão bem ilustra a propensão natural do ser maçon: estudo, sabedoria, interrogação, questionação permanente, numa visão de contínua espiral, de crescimento individual e coletivo, de acordo com a portentosa imagem de Maffesoli de um enraizamento dinâmico, na medida em que tende para um alargamento, integrando tudo o que anteriormente existe. É preciso, pois, aceder aos fundamentos, relembrá-los dentro e fora: procurar nas profundezas, não ficar pelo superficial, olhar para os segredos da terra e dos homens e neles procurar o veio ético da vida maçónica - a viagem ou as viagens iniciáticas, a força comunitária, a solidariedade fraterna a tolerância e o relativismo que conduzem ao humanismo autêntico (Maffesoli : 11: 2015.) e fazer dessa experiência, secreta e comum a todos os maçons, uma relação de verdadeira pertença que pela sua qualidade humana tenha um efeito consequente na vida exterior, ao nível individual (1), ao nível da ordem (2), ao nível do mundo profano (3), porque o que está na cisterna é igual ao que está no céu e a vida não se faz em linha reta, porque não há dia sem noite, nem sol sem lua. É neste ponto que podemos trazer para o texto, mais uma vez, o pensamento de Maffesoli, muito nutrido também pelo esclarecimento erudito de Gilbert Durand, o autor de *Mythes fondateurs de la Franc-maçonnerie* (2002), na justa medida em que isola e valoriza, neste movimento de trazer de dentro para

«Observemos bem onde nos conduz esta triangulação que tão bem ilustra a propensão natural do ser maçon: estudo, sabedoria, interro- gação, questionação permanente, numa visão de contínua espiral, de crescimento individual e coletivo»

[4] Pelos seus esforços no desenvolvimento da Sociedade das Nações, percursora da atual Organização das Nações Unidas, Léon Bourgeois recebeu, em 1920, o Prémio Nobel da Paz.

Fotografia: Ponto de Vista

fora, fazer de dentro para fora, sair do eu e do nós para acrescentar aos outros, queremos nós dizer, palavras como tolerância, relativismo, acolhimento permanente do outro, respeito pela diferença, palavras essenciais na definição de uma sabedoria ancestral, tão necessária para conferir uma ordem, talvez a ordem dos ponteiros do relógio, no seu vai vem permanentemente circular. Estamos pois a falar de um conhecimento que não vem de algo superior, mas que surge da experiência do vivido, da inteireza genuína face ao quotidiano (Maffesoli,52: 2015). Uma leitura pessimista desta análise da sociabilidade maçónica coloca-nos alguns alertas. Estou a pensar no risco disruptivo de, no trânsito interno e no trânsito com o externo, poderem ocorrer manifestações de falso elitismo, de práticas e comportamentos oligárquicos e à institucionalização de uma mediocracia que ponha em causa os valores da maçonaria e as trajetórias dos maçons. Devemos, no entanto, distinguir entre "elitismo" e a importância das elites ao longo do processo civilizacional. Se *A Elite do Poder*, de que fala Wright Mills, ou as teorias sobre *A Lei de Ferro das Oligarquias*, assinaladas por Robert Michels evidenciaram a perversidade do poder na autoperpetuação dos privilégios adquiridos, não é menos certo que a verdadeira elite transformadora – onde se inscreve a Maçonaria – é herdeira das grandes correntes filosóficas que abriram caminho ao triunfo do pensamento racional, da reflexão, da primazia da ciência e da sabedoria.

EU, NÓS E OS OUTROS

Ao longo desta reflexão fui expondo o meu entendimento do fenómeno do anti maçonismo, com o propósito de contribuir para o alargamento dos seus diagnósticos e definições. Os argumentos e ideias expostos não visam a defesa de um tipo de verdade generalizável. De acordo com o posicionamento que assumi no prelúdio da reflexão, o meu duplo estatuto, cientista social e maçon, sei que da iniciação resulta uma via para o conhecimento interior e de construção da "verdade íntima" (Santos 2012: 377), a mesma que deve observar a diversidade e o respeito pelo conhecimento diferencial dos outros maçons. Contudo, a verdade pessoal enquanto momento provisório de uma convicção que busca já, em si mesma, o momento da transcendência, pode e deve ser partilhada sobre a forma de interrogações, sem receio de abandonar a tradição ocidental da procura e fixação da verdade como momento último da atividade reflexiva. Sem qualquer simpatia pelo niilismo ou por qualquer tipo de relativismo, seja ele epistémico, ético, cultural ou político, estas interrogações e verdades em construção e transformação, aproximam-se das correntes do perspetivismo filosófico e do construtivismo social.

Entre "os dogmas da tribo" e a moderação, parafraseando Vitoria Camps, na abordagem do anti maçonismo, a minha opção terá ficado clara. Os lugares comuns da maledicência, do esquecimento do contributo da tradição maçónica e das suas utopias (Bryon-Portet e Keller: 2015) na construção de um futuro mais livre, solidário e humanista, exigem que estejamos à altura da situação como sempre estivemos e estamos. Por mais cruéis que sejam as ameaças, devemos estar disponíveis para assumir a prudência enquanto virtude ou característica que deve possuir qualquer maçon. Nesta medida e como refere Pinto dos Santos (2012:292) devemos afastar-nos de potenciais conflitos entre irmãos e com a sociedade em geral. Disponíveis para argumentar com razoabilidade mesmo quando confrontados com opiniões adversas. Disponíveis para sermos razoáveis, no sentido das virtudes cardinais de que fala Aristóteles, mas também com a firmeza da nossa identidade e integridade, aqui encaradas com a rebeldia de que nos fala Albert Camus, em *O Homem Revoltado*, nas suas palavras "um homem que diz não. Recusa, mas não renuncia", sabendo que desde o início disse sim. É também aqui, nesta intranquilidade, que nos encontramos com a consciência antropológica do "inacabamento estrutural da existência humana" (Kolakowski,1981). Se o medo do vazio produz o "medo da liberdade" (Fromm,2019) que está na origem das perseguições, dos extremismos populistas, dos totalitarismos, passados e presentes, e da raiva de quem procura bodes expiatórios, aos maçons só resta o caminho de continuar a lutar pela liberdade e pela via humanista.

Eu, nós e os outros são pois momentos de uma trajetória, talvez a da alegoria que nos permitiu abrir este texto: olhar simultaneamente para as estrelas, sem tropeçar nos escolhos do caminho terreno, cientes da dificuldade do encontro entre o heptálogo maçónico e o heptálogo do maçon, que nos lega António Arnaut (2006).

BIBLIOGRAFIA

Agulhon, Maurice (1984), *Penitents et France-macons De L'ancienne Provence*. Paris: Fayard.

Arnaut, António (2006), *Introdução à Maçonaria*. Coimbra: Coimbra Editora.

Blumenberg, Hans (1994), *O Riso da Mulher Trácia. Uma pré-Historia da teoria Lisboa*. Lisboa: Difel.

Bourgeois, Léon (1902), *Solidarité*. Paris: Libraire Armand Colin.

Byron-Portet, Celine; Keller Daniel (2015), *L' Utopie Maçonique: Améliorere L'homme et la société*. Paris: Éditions Dervy.

Camps, Victoria (2021), *Elogio da Dúvida*. Lisboa: Edições 70.

Durand, Gilbert (2002), *Les Mythes Fondateurs De La Franc-Maconnerie*. Paris: Dervy.

Durkeim, Émile (1977), *A divisão do Trabalho Social*. Lisboa: Presença.

Elias, Norbert (1994), *Teoria do Símbolo*. Oeiras: Celta.

Fromm, Erich (2019), *El Miedo a la Libertad*. Barcelona: Paidós.

Girard, René (2020), *O Bode Expiatório*. Lisboa: Edições 70.

Habermas, Jurgen (1984), *Mudança Estrutural na Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Kolakowski, Leszek (1981), *A Presença do Mito*. Brasília: Universidade de Brasília.

Lemaire, Jacques (1998), *L'Antimaçonnisme, Aspects Généraux (1738-1998)*. Paris: Éditions Maçonniques de France.

Lemaire, Jacques (2007), "Antimaçonnerie et antimaçonnisme", *La Chaine d'Union*, 3, Nº 41.

Maffesoli, Michel (1988), *Le Temps Des Tribus - Le Declin De L'Individualisme Dans Les Societes Postmodernes*. Paris: Meridiens Klincksieck.

Maffesoli, Michel (2015), *Le trésor caché: Lettre ouverte aux francs-maçons et à quelques autres*. Paris. Éditions Leo Scheer.

Maia, Salgueiro (n/s), (2020), *Do Antimaçonismo, às ameaças à Maçonaria, Ontem e hoje*.

Morin, Edgar; Viveret, Patrick (2011), *Como Viver em Tempo de Crise?* Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Santos, Manuel Pinto (2012), *Dicionário Da Antiga e Moderna Maçonaria*. Lisboa: Socingraf.

Simmel, Georg (2004), *Fidelidade e Gratidão e Outros Textos*. Lisboa: Relógio D'Água.

Escapulário do Rito Simbólico em seda debroado a fio de ouro e prata com aplicações de lantejoulas. Séc. XX. Pertenceu a Filipe Mendes e à Loja República Portuguesa de Madrid. Doado por seu neto Fernando Rosas

Ponto de Vista / Museu Maçónico Português

RAQUEL VARELA - HISTORIADORA

O Anti Maçonismo, e o Declínio do País

O meu argumento neste artigo é que há uma relação entre o anti maçonismo e o controlo do processo produtivo, da formação ao processo de trabalho, que com a "bazuca" e a automação procura atingir os profissionais liberais.

Em plenas restrições sanitárias durante 2021 o Governo anuncia, sob a égide da União Europeia, e como contraponto da chamada "bazuca" – que é um plano de financeiro da UE que implica um reforço do endividamento a alguns sectores da economia portuguesa, sobretudo ligados à reconversão produtiva das exportações de alto valor acrescentado com epicentro na Alemanha - anuncia, dizíamos, uma medida, já tentada pela Troika, pós 2008, mas protelada pela resistência então das Ordens Profissionais - a liberalização total do mercado de trabalho dos profissionais liberais, com a revisão dos estatutos das Ordens, especialmente dirigido aos que constituem efetivamente profissões liberais, isto é, com autonomia de escolha, ainda que parcial, dos tempos e formas de trabalho e com alguma capacidade de regulação sobre a formação. Nesse projeto são particularmente visados médicos e advogados, deixando-se de fora Ordens que regulam profissões com um menor grau de autonomia no que diz respeito aos processos de trabalho.

Fotografia: Ponto de Vista

As guildas medievais são formas pré-capitalistas de conservar para uma categoria o controlo do processo produtivo, da formação à criação do mestre artesão. Elas conservavam um poder, um *mistério*, que permitia regular, e assim

«As guildas medievais são formas pré-capitalistas de conservar para uma categoria o controlo do processo produtivo, da formação à criação do mestre artesão»

qualificar, quem exercia determinada artesania/metier e com que hierarquia, agregada a uma formação acompanhada e regulada ao longo da vida, e que resultada num produto colectivo. No essencial, o capitalismo, para se afirmar, precisa de separar o produtor do produto do seu trabalho (alienando-o também do sentido do seu trabalho ao separar pensar de executar, trabalho intelectual de manual), simplificando em tarefes simples, repetitivas, realizadas massivamente num processo coletivo. A porção mágica do saber fazer o trabalho desaparece assim da mão do trabalhador, e com ela o seu interesse pelo trabalho, que lhe é estranho (alienado). Um sapateiro passa a operário de colar solas, um cozinheiro que fazia alquimias gastronómicas passa a descascador de batatas, um professor passa de educador a transmissor de informações espartilhadas e previamente definidas, um médico deixa de ser um cuidador, analista da totalidade da saúde, e transforma-se num prescritor de receitas segundo protocolos.

Comerciantes, engenheiros, arquitetos, advogados e médicos, do século XVIII em diante, começaram a chamar-se franco-maçons e a tentar recriar o ritual das guildas medievais e das corporações de ofício - o que significava esta desusada simulação e como a olhamos hoje? As antigas guildas eram mais do que uma organização de produção, que regulava a formação, o processo de trabalho e métodos, mas também regulamentavam normas de conduta, os modos de vida dos membros – o mistério do trabalho era também um mistério, simbólico, da vida – um ritual secreto que protegia o seu sentido do trabalho, autónomo, "liberal".

A sua constituição social foi inicialmente de carater fortemente burguês mas abraçando, com a própria mudança social do mundo, camadas mais amplas de sectores médios e, no século XX, de profissões que mantinham um carater liberal, como advogados ou médicos, na sua maioria em clinica livre. Na sua origem a maçonaria abrangia a vida da população urbana, as guildas de semi-artesãos e semi-profissionais das especialidades da construção, inicialmente, no movimento de transição do campo à cidade. Acompanhando a proletarização dos camponeses, e o desenvolvimento pleno das urbes, e do capitalismo, a maçonaria foi sendo cada vez mais o refúgio das ideias do laissez-faire que conservavam os profissionais liberais, que, não sendo grandes proprietários, escapavam, pela formação (o domínio do seu mistério) à proletarização massiva. É preciso salientar ainda que as ideias liberais têm força no capitalismo concorrencial, no século XIX, mas, com a tendência para a concentração de riqueza, ao longo do século XX, a burguesia apoia cada vez mais medidas bonapartistas, sobretudo se se vê ameaçada da "agitação social" ou seja, da exigência de quem trabalha viver do seu trabalho, e não trabalhar para outrem, sem autonomia, realização e sentido. É também por isso que a composição social da Maçonaria muda – a burguesia era revolucionária, mas rapidamente se tornou numa força conservadora e, nas duas guerras mundiais, reacionária e destrutiva. As ideias liberais ficaram num reduto, cada vez menos, de espaço real de concorrência no mercado. Hoje o auto denominado liberalismo dominante, presente ainda em alguns partidos, é apenas um velho nome para algo novo – o neo liberalismo hayekiano, dependente cada vez mais dos Estados, cada vez mais bonapartistas.

Fotografia: DR

A revolução industrial foi muito mais abrangente na ação do que foi nas ideias, recorda Trotsky chamando a atenção para a forma como as guildas perduraram para além do capitalismo.

Em Portugal a maçonaria, pelo seu carater liberal, foi perseguida pelo Estado Novo, e proibida em 1935. A maçonaria portuguesa foi determinante na implantação da Primeira República,

Fotografia: Arquivo Municipal de Lisboa-Fotográfico

teve um papel na resistência política ao regime fascista e na vida estatal após 1974 e 1975.

Se o verdadeiro partido "real e eficaz" (no sentido gramsciano) liberal-republicano é em Portugal a Maçonaria, o verdadeiro partido "real e eficaz" conservador-monárquico - se não monárquico, tradicionalista e reacionário, é a Opus Dei. Se a primeira representa o cosmopolitismo, o laicismo e o progressismo e tem como marca indelével o Marquês de Pombal e seu projeto de modernização, a segunda é marcada por seu caráter de provincianismo, o dogmatismo e o reacionarismo e tem como signo a Contra-reforma em Portugal e a Santa Inquisição.

Gramsci pronunciou um discurso contra o projeto de lei Mussolini-Rocco (1925), que propunha eliminar as associações secretas. Segundo Gramsci era a prova que o regime não conseguiu fascistizar logo toda a burguesia e o aparelho do Estado.

«Em Portugal a Maçonaria, pelo seu carater liberal, foi perseguida pelo Estado Novo, e proibida em 1935»

A maçonaria foi o principal partido real e eficiente através do qual as classes dominantes defenderam a criação do Estado liberal burguês contra as ameaças provenientes das forças reacionárias da Igreja Católica. Em Portugal, embora com contradições, esta também foi a sua história – a da oposição às forças mais reacionárias da sociedade.

Em história são polémicos os contra factuais e a meta-história. A ampla gama de possibilidades do que podia ter acontecido é demasiado especulativa e sobretudo vive sob a égide do determinante - "o que realmente aconteceu". Em política, porém, as especulações sobre o campo de possibilidades abertas que são as relações de poder é fundamental – Portugal vive, desde que a "Europa connosco" começou a cobrar os juros dos empréstimos dos anos 80 e 90 – que soaram para tantos a "investimento" estrutural mas significaram de facto o acentuar da dependência do país - um processo de proletarização dos sectores médios, pauperização das classes trabalhadoras. Só entre 2010 e a atualidade triplicou o número de pessoas a ganhar o ordenado mínimo, os quadros não são absorvidos pelo cada vez mais exigiuo mercado interno e forçados ao exilio migratório (o capitalismo separa o produtor do consumir, o

Fotografia: DR

Fotografia: DR

construtor de casas da casa que não pode comparar, e o nacional do seu país); tudo isto retro alimenta-se: cada vez mais escasso é o mercado interno, voltado para exportações (exportações de bens baratos, montado (assembly) com trabalho barato; exportações de operários e quadros qualificados numa sangria de força de trabalho; exportações de lazer, é isso o turismo – o mesmo país que se orgulha de ser uma paraíso turístico é aquele em que uma ampla maioria não tem dinheiro para dormir nos hotéis que constrói, limpa e serve.

Depois de 2008 a dependência face as escolhas de investimento acentuou-se drasticamente com a Banca falida, e a ser dominada por capitais estrangeiros, espanhóis, entre outros; a crise do Estado Social veio agarrada ao "salvamento" dos banqueiros (salvaram banqueiros mas não os Bancos), e com a automação (que exige trabalho mais qualificado) a tendência é cada vez mais para arrastar para baixo os salários dos sectores médios – as Ordens Profissionais são o último obstáculo à total proletarização (já em curso, diga-se, há muito) deste profissionais porque regulam os termos da formação e entrada na profissão, regulando de facto em parte a oferta.

É mais fácil fazer história do que política. Mas uma não se faz bem uma sem a outra. A minha hipótese - política - é que o ataque à Maçonaria recente, que avança no caldo das medidas bonapartistas sanitárias, que criaram um ambiente propício ao reforço do Estado, com o projecto que obriga a assumir publicamente a sua filiação (não obrigando o mesmo para a Opus Dei), não é só uma luta entre as relações de influência social mas um projecto que visa mexer na regulação do preço da força de trabalho dos sectores ainda (parcialmente) com algum grau de autonomia. O tempo, a história, dirão se faz sentido esta

«É preciso perceber - é o meu argumento - que nos falta pensar o país como um todo.»

Fotografia: Ponto de Vista

reflexão. Com os dados que temos não creio que se possa dissociar o recente anti maçonismo, da nova tentativa re-troikizada de retirar poder regulatório às Ordens, e do adensar claro do bonapartismo Estatal, isto numa altura em que da Europa chove uma nova onda de empréstimos que vai garrotear os serviços públicos a curto prazo, mas durante alguns anos servir de – com inevitável corrupção pelo meio – balão de oxigénio a um país a viver o seu mais profundo declínio.

Naturalmente que uma reflexão profunda sobre tudo isto, a ser uma hipótese que o tempo venha a dar força, exigiria perceber qual o grau de cumplicidade (falo em cumplicidade não no sentido criminal mas psicanalítico e político) destas estruturas com o reforço do neo-liberalismo e do bonapartismo, que numa aparência contraditória, têm caminhado juntos no país, e que começou não no ataque à Maçonaria, ou às Ordens Profissionais, mas no ataque aos sectores de trabalhadores industriais, que, no capitalismo, regulam o preço da força de trabalho de cada país (é na produção que se decide como se trabalha em todos os sectores). Enquanto, com razão, nos abalávamos com o regresso do neofascismo, pela mão do Chega e sua incivilidade brutal, o Estado, através do Governo e com anuência ou sem oposição do PR, patrocinou furas-greves, o esmagamento de greves, e as requisições civis e militares contra estivadores, AutoEuropa, Motoristas e enfermeiros. Anunciando da parte do Estado um projecto inequívoco de um país baseado em trabalho barato - com democracia, se possível; com requisição civil e militar se necessário.

No fundo, é preciso perceber – é o meu argumento – que nos falta pensar o país como um todo. Perceber que a liberdade dos Maçons é a l1iberdade dos motoristas fazerem greve por 900 euros de salário 15 horas de trabalho diário; e que a liberdade dos motoristas é a liberdade dos Maçons defenderem o seu reduto histórico de domínio misterioso do seu trabalho e, por isso, sentido de vida, cujo reflexo são rituais que nos parecem desusados, e que no fundo simbolizam a mais central essência humana – somos como trabalhamos, diz-me como trabalhas, dir-te-ei quem és, como falas, como pensas, como ages.

É necessário perceber que qualquer sector que defenda a sua liberdade contra o Estado, ainda que seja eventualmente corporativa, sectorial, está a ser uma barreira às tendências cada vez mais centrípetas do Estado que, tirando o caso da Suécia, surfaram uma crise de saúde pública neoliberal (sem quadros de saúde pública, portanto boas estruturas) acentuando todo o carácter policial face às opções sociais e de saúde pública, criando uma crise económica catastrófica que atingiu de forma directa as profissões liberais.

A resposta que esses mesmos Estados procuram agora dar é a mesma que trouxe a impossibilidade de evitar a crise no meio da pandemia - mais flexibilidade laboral, desta vez, também, para os profissionais liberais. É curioso, mas esperado, que dos principais visados sejam precisamente os médicos que ao terem apoiado medidas restritivas de direitos e liberdades para fazer face à pandemia, mas não terem exigido a requisição civil de hospitais (justamente porque dialectivamente viam nesse sector privado o seu reduto de "liberdade" – confundido clinica livre com proletarização para uma empresa de investimento em saúde), são agora as principais vitimas da força que essas ideias ganharam no Estado e, pela ausência de oposição, na sociedade – o ataque à liberdade de organização, por um lado, e o ataque à regulação da sua profissão, por outro.

Talvez o meu olhar de historiadora do trabalho tenha percorrido este longo caminho – que reitero é especulativo, porque actual e prognostico – através da longa história da proletarização, despossessão e expropriação do capitalismo, e porventura não era a melhor chave explicativa para o anti maçonismo que hoje existe. De facto, dos dados que tenho em mão, não encontro, por agora, uma explicação mais coerente para explicar hoje o anti maçonismo em curso - trata-se de uma pressão real para destruir as organizações que são uma barreira a essa proletarização. A greve dos maquinistas e dos enfermeiros também era – ao contrário do que se possa pensar esmagar um sector não salva o país, o que salva o país é conseguir que alguém resista a este projeto de declínio nacional - de que o Governo e Estado são a tragédia, o Chega a farsa.

Tampa de caixa em folha de Flandres estampada com imagens alusivas à República. Séc. XX

Fotografia: Fundação Mário Soares e Maria Barroso

AMADEU CARVALHO HOMEM

Nós conhecemos bem a hipocrisia dos hipócritas

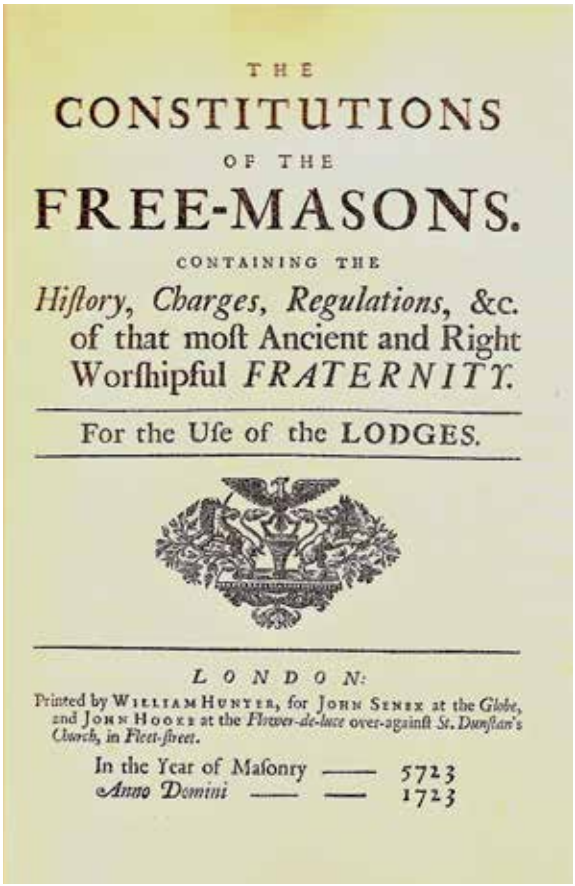
A actual férula persecutória que se soltou contra a Maçonaria, centra-se, alegadamente, sobre o seu "intolerável" secretismo. Este é um argumento de compadres e comadres broncos. É que, verdadeiramente, o alegado secretismo maçónico é hoje um "segredo de Polichinelo".

Não existe hoje um cidadão curioso que não tenha a possibilidade, com um mínimo de dispêndio de tempo e de aplicação investigativa, que não possa desvendar este reduto de suposta confidencialidade. Foram múltiplos os jornais, as revistas, os folhetos e os livros que se deram ao labor de elaborar listas exaustivas de elementos da Maçonaria, detalhando condições hierárquicas e obediências, indo ao ponto, em muitos casos, de mencionar ocupações profissionais ; também assim se divulgaram os nomes das respectivas Lojas e as minudências das suas localizações geográficas; foi também este o meio escolhido para descrever, muitas vezes com pasmosa inexactidão, as cerimónias rituais, certas palavras emblemáticas e imaginado o significado de tais práticas.

Há, deste modo, uma anomalia que urge registar: por que razão, no interior de uma sociedade formalmente democrática, se erguem vozes de devassa acerca de uma associação ou Ordem cujos desígnios são perfeitamente conhecidos e cuja utilidade histórica terá de ser corroborada por inteligências não mais do que medianas. Deixemos, porém, esta particularidade para o final do nosso inquérito.

«O triunfo de 1834 foi feito sobre o obscurantismo miguelista»

A Ordem Maçónica, cujas raízes históricas se alongam à aurora dos tempos, conheceu, em nosso entender, três momentos de maior significado. No decurso da época medieval, as corporações de artes e ofícios obedeceram ao critério da divisão de funções profissionais e singularizaram tais profissões em ramos distintos, os quais tiveram várias funções, tendo sido a da salvaguarda dos segredos do ofício uma das mais notórias. Visava-se, deste modo, a excelência profissional, através de uma partilha de saberes e de inovações técnicas, que muito contribuíram para o avanço civilizacional. Vigorava, no interior destes corpos profissionais, a estruturação hierárquica, sendo os mesteirais distribuídos pelas categorias de aprendizes, oficiais e mestres, em concordância com as distintas maturações da excelência profissional. Era comum que o aprendiz vivesse, se alimentasse e dormisse em casa do seu mestre. A sua progressão para a conquista do grau de oficial encontrava-se adstrita a um tipo de aprendizagem e de aconselhamento directo, oriundo do mentor, ou seja, do mestre. O segundo grau hierárquico, o de companheiro ou oficial, concedia já ao mesteiral um razoável grau de autonomia funcional, embora não dispensasse ainda a tutela e a última supervisão do mestre. O reconhecimento da excelência profissional não dispensava, em países como a França e a Alemanha, nomeadamente, que o oficial peregrinasse por regiões estrangeiras onde se pudesse reconhecer uma insuperável qualidade de execução da "arte" e do "ofício". Esta acumulação de "segredos" era aplicada na execução de uma "obra prima" que se encontraria sujeita a um julgamento público de um corpo de mestres corporativos. No caso do consenso acerca da suprema qualidade da mercadoria em causa ou do acabamento ótimo da tarefa em curso, o oficial ascendia ao mestrado. Aqui se encontram plasmadas as fundamentais características da missão maçónica: um aprendizado que se cumpria dentro da reserva e da fraternização corporativa; uma hierarquia que aspirava ao progresso contínuo e



THE
CONSTITUTIONS
OF THE
FREE-MASONS.
CONTAINING THE
History, Charges, Regulations, &c.
of that most Ancient and Right
Worshipful *FRATERNITY.*

For the Use of the LODGES.

LONDON:
Printed by WILLIAM HUNTER, for JOHN SENEX at the *Globe*, and JOHN HOOKE at the *Flower-de-luce* over-against *St. Dunstan's Church*, in *Fleet-street*.

In the Year of Masonry —— 5723
Anno Domini —— —— 1723

Fotografia: DR

CONSTITUIÇÃO
DA
MAÇONNARIA
EM
PORTUGAL.

É a 1.ª constituição maçónica portuguesa, da Obediência do Grão Oriente Lusitano.

PARIS
Imprimerie de BRUN, rue de Mail, 5.

Fotografia: Museu Maçónico Português

à excelência como meta ideal; um apelo à internacionalização e à partilha de conhecimentos, mas dentro de uma lógica de reserva; uma exigência de aperfeiçoamento individual, mas dentro do âmbito do reconhecimento de que o mérito é uma partilha de noções solidárias. Segundo muitos dos historiadores do maçonismo, a Maçonaria retira o seu nome da organização corporativa dos canteiros franceses construtores das catedrais medievas.

O segundo momento de robustecimento maçónico que nos apraz distinguir é o do Iluminismo. Todo o período medieval se processou no interior de uma sociedade que concentrava poderes e proclamava dogmatismos vários. A monarquia absoluta agregava à pessoa sagrada do rei o direito de fazer leis, de as aplicar e de julgar os contenciosos resultantes da sua aplicação. Ou seja: o monarca era legislador, governante e juiz, ainda que pudesse ou não ser coadjuvado por órgãos colectivos, mas sempre intrinsecamente dependentes do seu soberano alvedrio. Se o absolutismo era a fórmula política inquestionável, o feudalismo seria o emblema económico da concentração da riqueza possidente. A redução das classes servis às corveias da gleba conferiam a nota predominante a uma estática social à qual ficava subtraída a fluidez interna. Fala-se da aliança entre Trono e Altar para explicar a diuturna duração deste modelo societário. Mas o Renascimento desvinculara a ideia de homem do beneplácito de Deus. As epopeias marítimas de portugueses, espanhóis, italianos e flamengos cumpriram-se apesar dos fixismos dogmáticos de mentes que se recusavam a fazer substituir o geocentrismo pelo heliocentrismo. A retratação de Galileu não ocultara o princípio individualista do livre-exame: "e, no entanto, [a terra] move-se"! A acumulação do conhecimento ia-se laicizando. A "Enciclopédia", de Diderot e D'Alembert, dispensava tanto quanto era possível os argumentos de autoridade e cultivava os métodos de observação e de experimentação. A Maçonaria secundou este esforço de questionação do dogmatismo autoritário, minando o fundamento da anterior aliança entre os Tronos e os Altares. O maçonismo deixou de ser um simples apelo à excelência individual e secundou o movimento filosófico que se obrigava a combater estratificações sociais passadas e esquemas de poderes que agora se revelavam claramente opressivos. A ironia de Voltaire derruiu fórmulas caducas, fazendo-as apodrecer mais rapidamente. Montesquieu insinuara o princípio da igualdade cidadã perante as leis. Rousseau enunciara todo o programa naturalista de um novo quadro educativo. Iluminismo teórico significa etimologicamente "difusão de Luz". A Maçonaria não tem sido outra coisa, desde então.

O terceiro momento que consideramos inquestionável na afirmação e difusão do ideal maçónico é o que concerne à luta e ao triunfo do ideal

liberal. Não temamos a palavra. Na génese da sua afirmação histórica, liberalismo significa – mesmo em Portugal – a "libertação da Liberdade". O triunfo de 1834 foi feito sobre o obscurantismo miguelista, estando este eivado de apetências absolutistas. O liberalismo português foi um neo-vintismo, pois recolheu todo o património ideológico de Manuel Fernandes Tomás e dos homens do "Sinédrio", assim como, recuando um pouco mais, resguardou a herança patriótica do Grão-Mestre maçónico Gomes Freire de Andrade, imolado ferozmente em S. Julião da Barra por Beresford, o sicário de D. João VI. O compromisso da Maçonaria para com os ideais da Revolução francesa de 1789 ou com a posterior divisa de Liberdade, Igualdade, Fraternidade, encontra-se exemplarmente ilustrado na plêiade incontável dos republicanos portugueses. Mas não só! Não omitamos a identificação com o maçonismo de numerosos monárquicos constitucionalistas e até com a inesperada figura de Antero de Quental. No verdor dos seus tempos universitários, Antero de Quental esteve nos trabalhos de organização da "Sociedade do Raio", sociedade de claríssimo recorte maçónico, com base na qual foi possível derribar do mando a figura de Basílio Alberto de Sousa Pinto, o abominado Reitor conimbricense que impunha com tamanha férula disciplinar o foro académico que mereceria de Eça de Queirós a pouco invejável designação de "czar de borla e capelo"!

A Maçonaria tem, tanto em Portugal como na restante "pátria dos homens, uma história refulgente, documentada e conhecida ... pelos que queiram conhecer, em atitude de boa fé, os seus arminhos e os seus títulos de cidadania.

Regressemos agora à pergunta inicial: que razões movem os sectores de opinião na renovação da perseguição à Maçonaria? Afirmemos sem ambiguidades, que as razões mobilizadoras são as de sempre: a inconformação e o despeito para com uma associação pacífica e pacificadora, mas que apresenta, aos olhos dos filhos

Fotografia: Ponto de Vista

espirituais de todos os Beresford de todos os tempos, a mácula "imperdoável" de sempre ter lutado pelos ideais secularizadores da Liberdade política, da Igualdade de oportunidades e da Confraternidade e cooperação entre os homens. O anti-maçonismo, por muito que tal custe a ouvir aos que tentam dourá-lo e torná-lo aceitável, é um vómito de estômago miguelista. É bom recordar os momentos da história portuguesa em que se reeditaram as mesmas fúrias persecutórias, extraindo daí as transparentes ilações. Nos tempos do Senhor Rei D, Miguel, foram os mações apodados de "pestilenta cáfila de pedreiros-livres", com o Padre Agostinho de Macedo, sinistra figura social e ética, a exigir que fossem todos enforcados, sem que um só escapasse. Nos tempos ominosos do cabralismo, fórmula política e económica da mais despudorada plutocracia e da mais nefanda venalidade, a Ordem Maçónica foi colocada no Index da montaria oficial e os filiados da Ordem maçónica voltaram a temer pela sua segurança individual e associativa. No decurso da monarquia constitucional foi sempre audível o anátema lançado contra o ideal maçónico por toda uma casta de oradores pios e de padres ultramontanos, em deploráveis exercícios de diabolização. Nos inícios do Estado Novo e no decurso da radicação do Salazarismo, o maçonismo foi equiparado a um ramo do "reviralhismo" e a Ordem foi implacavelmente perseguida. Apesar de tiradas declamatórias professando um respeito hipócrita pela propriedade privada, Oliveira Salazar não trepidou em roubar todos os bens da Ordem, em lhe saquear os arquivos, em fazer desaparecer a documentação e em servir-se desta para viabilizar a marginalização dos mações de uma vivência cívica normal.

Não nos iludamos, pois. Os ovos dos actuais ademanes de perseguição, os coios do vigente anti-maçonismo são os que sempre foram: foram e são ovos postos pelo mais decantado sentimento anti- liberal e anti-democrático ; foram e são os coios onde sempre se aninharam ao que desprezam a Liberdade na sua mais lídima expressão, a Igualdade de oportunidades em todos os planos e domínios, e a ideia-Luz da fraternização da espécie humana.

Bem podem estes novos Cabrais declarar propósitos edificantes. Bem podem os representantes venalíssimos de um sistema corruptor vir à liça falar, com as estesias da culpa própria, num desejo de conferir "transparência" ao sistema social que eles obscurecem e venalizam o mais que lhes é consentido. A Maçonaria conhece-os, mediante uma longa caminhada histórica. E porque bem os conhece, melhor os irá combater. ▣ ,

MUSEU MAÇÓNICO PORTUGUÊS

Gravura alusiva à Maçonaria. Séc. XIX

Ponto de Vista / Museu Maçónico Português

JOSÉ ADELINO MALTEZ[1]

Audiência parlamentar de 20 de abril de 2021

Não é a altura de afirmar nada. Tudo deve permanecer oculto na sua pura inanidade (e unanimidade) inabordável. Este respeito absoluto é a condição de uma possível germinação futura e a única mediação de um enigma que se confunde com a própria respiração do construtor.

Tudo será construído no silêncio, pela força do silêncio, mas o pilar mais forte da construção será uma palavra. Tão viva e densa como o silêncio e que, nascida no silêncio, ao silêncio conduzirá.

António Ramos Rosa, *O Aprendiz Secreto*

Excelentíssimos senhores representantes do povo português!

Se eu quisesse, aqui, declarar formalmente, pela palavra de honra, o meu registo de interesses morais perante um poder soberano do Estado, seria impossível formalizar o facto público e notório de me assumir da Maçonaria, dado que essa qualidade só aos meus irmãos cabe *reconhecer*, dado que, por não haver Concordata com tal entidade sagrada e iniciática, ela não pode, por enquanto, ser formalmente conhecida pelo direito positivo português. Nem sequer ter o privilégio dos cultos que se integram na liberdade religiosa, ficando, assim, apenas protegida pela liberdade de consciência, apesar de ser formalmente reconhecida pela Comissão Europeia e pelo Conselho Económico e Social da ONU, como organização filosófica, antes do niilismo vigente passar a ser moda que até a podem desrespeitar.

Digo antes que sou sócio do Grémio Lusitano, a primeira pessoa coletiva formalmente reconhecida pelo Estado português, desde 1879. E digo mais: faço parte de uma secção, de que sou um dos fundadores, a qual não segue o rito dominante no Grande Oriente Lusitano, mantendo o da fundação da ordem, em 1802. O que foi restaurado nos finais do século XX, depois de ter sido abolido internamente em 1938, para agradarmos às maçonarias anglo-saxónicas.

Vou tentar falar em nome de meus irmãos Joaquim António de Aguiar, António Augusto de Aguiar, António José de Almeida, João Domingos Bontempo e José Fontana.

Nos abundantíssimos quinze minutos que a representação popular me concedeu para ser ouvido, com todo o respeito e muita honra, sobre duas injunções propositivas de nova letra da lei para cada um dos titulares de cargos políticos, logo reparo que, numa delas, tem de se confessar a *menção da filiação, participação ou desempenho de quais quer funções em quais quer entidades de natureza associativa* (PSD).

Noutro quer fazer-se a lista das *associações ou organizações que exijam aos seus aderentes a prestação de promessas de fidelidade ou que, pelo seu secretismo, não assegurem a plena transparência sobre a participação dos seus associados* (PAN).

Mais ligeiro é ainda o sumário, até desta audiência, sobre projetos de legislação que *determina a declaração da filiação ou ligação a organizações ou associações discretas*, revelando, infelizmente, o que futuros investigadores hão declarar como o tal *espírito da lei*, que é o labéu de tramar aquelas entidades que, segundo o calão jornalístico, não são secretas, mas discretas, dado que não conseguem traduzir o conteúdo de *associações iniciáticas*.

Apenas me apetece repetir que ambos os esboços quase repetem o que inconstitucionalmente já está previsto para os membros dos nossos serviços secretos: têm de indicar a *filiação, participação ou desempenho de quaisquer funções em quaisquer entidades de natureza associativa*.

---

[1] Antigo Venerável da Loja Universalis, foi Grande Orador da Grande Dieta do Grande Oriente Lusitano, fundado em 1802. Foi candidato a Grão-Mestre da mesma federação de lojas. Membro fundador da Loja Simões Coimbra e Irmão Terrível no Capítulo Norton de Matos, dentro de uma potência soberana maçónica, de 1804, ligada ao Grande Oriente Lusitano por tratado. Autor de *Abecedário Simbiótico,* um dicionário paramaçónico, e de dois livros de recolha de pranchas maçónicas: *Liberdade, Pátria, Honra* e *Pensar é Dizer Não.*

Isto é, corremos o risco de promover todos os cidadãos da república, de passar a membros honorários de uns funcionais serviços secretos, antes de haver a desejada intervenção daquele direito europeu que nos pode livrar de leis que padecem de grave conformação genética.

Vou tentar falar em nome de meus irmãos Camilo Castelo Branco, José da Silva Carvalho, Jaime Cortesão, Manuel Maria Barbosa du Bocage e Fernando Martins de Carvalho.

Senhores representantes do povo português! Não há sociedade, mas sociedades. A única realidade é o indivíduo e os sucessivos e complexos grupos que aquele vai gerando e que compõem a dinâmica desta caldeira de água a ferver que é caraterizada por um equilíbrio instável e a consequente balança de poder.

Até os poderes estaduais, em que comungam os executivos, os legislativos e os judiciários, são apenas um modo dinâmico de gerir constantes crises.

Esse processo de ajustamento entre grupos que procuram o máximo de felicidade para o maior número, onde a utilidade sempre foi a propriedade ou tendência que tem uma coisa para prevenir um mal ou procurar um bem.

Nenhuma lei pode obrigar a uma fotografia estática de uma ficha de declarações, dado que só um cinema tridimensional nos aproximaríamos da verdade da vida.

Senhores representantes populares! Cada grupo, formal ou informal, não é uma massa física separada, em que cada um se filia ou se associa, mas uma massa de atividades, dado que cada homem, como ser livre à procura da felicidade, participa, ao mesmo tempo, em várias massas de atividades, sem necessidade de filiação ou de declaração.

Entre o indivíduo e os soberanos, públicos e privados, já não há *corpos intermediários* ou corporações, como *elementos estruturais da vida da nação*. Esses que já estiveram verticalmente submetidos a um príncipe, a um bispo ou a um grão-mestre.

Há uma pluralidade de centros de decisão e uma infinita rede de micropoderes que quebram, todos os dias, a abstração da relação direta entre o indivíduo e o Estado, entre o privado e o público.

As que não cabem no *interestadual* da cooperação ou no *supraestadual* da integração, mas antes no largo espaço do *trans-estadual* ou do *transnacional*, onde o que está, internamente, antes e abaixo do Estado circula cada vez mais em rede ao lado dos Estados e nos próprios interstícios dos mesmos.

Porque há mesmo político, ou civilidade, antes do Estado, abaixo do Estado, acima do Estado e ao lado do Estado. Até nesse espaço da liberdade individual pode haver o sonho de uma *cosmopolis* e de uma *república de irmãos*.

O tal objetivo expresso por Gotthold Ephraim Lessing de *superar entre os homens* as divisões suscitadas pela *existência do Estado e dos Estados*, mas *sem prejudicar o Estado e os Estados*.

Até já ultrapassam fronteiras e mapas políticos e estão apenas sujeitos a articulações laterais e verticais, com sucessivas ordens jurídicas, das maçonarias aos partidos, dos clubes de futebol às redes sociais, entre o estadual, o supraestadual e, sobretudo, *a latere* do Estado, esse que se pretende como *sistema de sistemas* e *instituição das instituições*. Estamos todos numa nova *balança do poder*, incluindo a da própria globalização que nos pretende mercadejar.

Vou tentar falar em nome de meus irmãos Manuel Fernandes Tomás, Cardeal Saraiva, Ferreira Borges, Sarmento Beires e Brotero.

Claro que apetece repetir o que disse um grão-mestre da Maçonaria, Norton de Matos, quando ela foi pretensamente extinta por lei formal. Teve que escrever ao Ministro da Guerra, em 22 de maio de 1935, dizendo, de tão triste: *deixo desde hoje de ser grão-mestre dos Maçonaria Portuguesa e de pertencer a uma associação que, em obediência a uma lei do Estado deixa de existir.*

Felizmente que os bens da associação foram devolvidos ao legítimo proprietário em 5 de maio de 1974, até porque nunca o Estado podia extinguir algo que não fazia parte do direito positivo, o Grande Oriente Lusitano Unido, como então se chamava por extenso até 1984, mas antes uma entidade profana, essa sim de forma associativa, dita Grémio Lusitano, uma *associação de instrução e recreio*, visando um *passatempo honesto, instrutivo e civilizado*.

Sem ser por acaso, é a primeira pessoa coletiva do direito português que foi autorizada, em 23 de maio de 1879, isto é, uma *pessoa moral*, conforme a terminologia da época. Aquela cujos bens pela lei nº 1950, de 18 de fevereiro de 1937, foram legalmente assaltados por uma pessoa de não-bem, a *Legião Portuguesa*. A que destinou o principal templo, o de José Estevão, a um salão de festas, com divulgações em jornais, sob o retrato de amigos de então: Hitler, Mussolini e Francisco Franco.

Contudo, raramente se refere, que não tocaram noutras pessoas coletivas participadas pelo *Grémio Lusitano*, como a *Liga Portuguesa dos Direitos do Homem*, o *Asilo S. João*, a *Escola-Oficina nº 1*, ou a *Associação dos Velhos Colonos*. Apenas as fizeram definhar, mas resistiram.

O requinte do ridículo chegou em janeiro de 1938 quando mandaram extinguir as associações locais do mesmo Grémio, também ditas Grémios, porque poderiam confundir-se com organismos corporativos. E a principal razia aconteceu até em Angola.

Não vamos agora contar a história, mas antes a desilusão dos maçons quando tentaram o apoio de britânicos e norte-americanos e até emitiram uma reforma interna em 24 de abril de 1938, visando a aproximação aos modelos da *Grande Loja de Inglaterra*, com o desaparecimento do rito fundador da maçonaria portuguesa, dissolvido na entidade teísta organizadora do Rito Escocês, Antigo e Aceito (1), a exigência, em sessões de um Livro da Lei Sagrada (2), com a invocação do *Grande Arquiteto do Universo* (3).

Até as vinte e uma lojas ainda vigentes subscreveram uma nova constituição da ordem, mas não valeu de nada. A razão da guerra e a razão de Estado de Londres não cumpriram o prometido e disseram que a Maçonaria Portuguesa teria antes de ser reconhecida pelas autoridades portuguesas. Isto é, as mesmas que a tinha extinto e roubado.

Vou tentar falar em nome de meus irmãos Miguel Bombarda, Silvestre Pinheiro Ferreira, José Estevão, Adelaide Cabete e Anselmo Braamcamp.

Com efeito, a Maçonaria não faz parte do *ius in civitate positum*, dado que apenas sabe lidar com símbolos e experiências místicas. Nada tem a ver com o cidadão, mas apenas com o indivíduo que lhe serve de suporte e fim. Tem a ver com a *raça humana*, e não com a abstração estadual e as respetivas relações jurídicas e jurisprudência dos conceitos.

Acresce que eu próprio, além de ser cidadão da República Portuguesa, também sou formal cidadão europeu, representado pela bandeira simbólica das doze estrelas, ou da perfeição, onde as maçonarias tiveram um papel construtivo, bem representado pelo maçom Jean Monnet ou por René Cassin, este no desenho da Declaração Universal dos Direitos dos Homem.

Aliás, foi este parlamento que abriu a nossa constituição à penetração imediata do direito europeu e do direito cosmopolítico, aceitando o princípio segundo o qual o Estado está acima do cidadão português, participa numa cooperativa de soberanias europeia, mas aceitando o princípio de que o homem está acima do Estado. Aliás, eu próprio não tenho partido português, mas faço formal parte de um partido europeu e não sei se o teria de declarar se quisesse exercer um cargo público interno. Além disso, no exercício da minha dimensão simbólica, poderia até ajudar a fundar uma loja que se integrasse numa obediência turca, russa ou nipónica e não sei como o poderia declarar.

Vou tentar falar em nome de meus irmãos Tomás da Fonseca, Estevão Amarante, Carolina Beatriz Ângelo, Luís Nunes de Almeida e Brito Camacho.

Bastaria enunciado anterior das propostas de lei em comissão para não ter que dizer mais nada sobre a ligeireza dos textos, dos seus prefácios, da propaganda pública e da literatura de justificação partidocrática que se lhe seguiu, prenhe de *teorias da conspiração*. Com efeito, os articulados, agora em análise, não padecem de *animus injuriandi*, nem visam sequer extinguir certas associações, nomeadamente a Maçonaria, expropriando-lhe os bens, para depois, lá instalarem os serviços de que o principal inspirador do projeto se torne diretor.

Padecem de alguma ignorância, de certo fanatismo palavroso, de outra tanta ignorância e podem produzir erros graves, principalmente quando pegam em palavrões argumentativos de mau uso corrente, sobretudo a nível do calão jornalístico, e os passam cláusulas gerais ou indeterminadas como *associação secreta* que se diz *discreta* ou a perigosa palavra *obediência*, lida algures num dicionário escolar, ou na gramática de estilo da *transparência*, da *verdade nua e crua* que pode vencer os *mantos diáfanos da fantasia*.

Claro que não são diplomas contra a Maçonaria e certas congregações. Longe disso! Mas é claríssimo que nascem de suspeitas infundadas e os senhores parlamentares podem cair na esparrela e até no ridículo perante a história, tanto do direito europeu como do direito cosmopolítico. Por mim, confesso que não sou gramático ou dicionarista, embora seja amante e cultor da literatura, principalmente da simbólica. Mas vou tentar ser muito simples no meu raciocínio.

Mas não venho aqui como arrazoador e defensor representativo ou oficioso de qualquer uma das organizações que possam sentir-se lesadas com as intenções veladas e as consequências de falta de tipicidade do normativo proposto. Prefiro recordar-me que fui jurista e, uma vez jurista, jurista para toda a vida, incluindo as tarefas que tive como docente de História do Direito e de Filosofia do Direito.

Vou tentar falar em nome de meus irmãos António Enes, Dias Amado, José Gomes Ferreira, Carlos Malheiro Dias e Ramada Curto.

Como salienta Silva Ferrão: *o meio*

único de impedir que as sociedades secretas tomem importância política é o de se governar com justiça e com equidade, de se protegerem todos os direitos do homem, é o de renunciar de uma vez por todas ao absolutismo ostensivo ou disfarçado ((F. A. F. da Silva Ferrão, *Teoria do Direito Penal aplicada ao Código Penal Portuguez*, volume VI, Lisboa, Imprensa Nacional, 1857, p. 57).

Em segundo lugar, *dar às sociedades secretas toda a consideração, permitindo, insinuando mesmo que as pessoas mais influentes na governança do estado, e mais amigas da ordem pública, se afiliem e tomem a direção dessas sociedades, quando benéficas e inofensivas, ou não lhes dar importância alguma, permitindo-as francamente, só com a obrigação de se fazer declaração, perante a autoridade pública, do objeto, do local, tempo, organização e nomes dos diretores das mesmas sociedades...* (SF, 57).

Vou tentar falar em nome de meus irmãos Manuel Borges Carneiro, Dias Amado, Keil do Amaral, Vasco da Gama Fernandes e Ávila e Bolama.

Senhores representantes do povo português! O direito não é apenas aquilo que Vossas Excelências podem transformar em *vigente*, como comando. O direito tem que ser norteado pelo *válido*, pela cabeça dos valores, ou do dever ser, para, depois, se transformar em *eficaz*, isto é, num facto social.

Tem que ter a *cabeça* no mundo ideal, o *tronco* na cultura e os *pés* no mundo sensível. A *lex* (o espírito) precisa de *logos* (de filho), para se tornar numa *ordo* (no pai), numa *ordo amoris*.

O direito existe para ser realizado e precisa de um sistema com uma dupla abertura: para a realidade social e para os valores. Precisa da virtude clássica do direito, dita *phronesis*, em grego, ou *prudentia*, em latim. Precisa de razão como discurso lógico (*logos*) e de experiência moral (*ethos*). Até em termos jurídicos, só acedemos à substancialidade do ser através da subjetividade da consciência.

Não há direito se não houver uma *ideia* de direito, pelo que este só para o *valor* e para o *facto social* se realiza. É um *vigente* que tanto requer ser *legítimo* como ser *eficaz*. Só assim a *lex* deixa de ser um *papagaio de papel*. Quando se transforma num *dever ser que é*, numa espécie de *transcendente situado*.

Os projetos em causa podem resultar numa espécie de desincentivo à participação política, contribuindo para que a atividade política seja deixada para os castos do ócio e eventualmente controlada pelos negadores do ócio.

A elefantíase legiferante, nomeadamente sobre bagatelas processuais é uma perigosa deriva que faz diminuir o valor da lei, especialmente quando ela não reconhece que *toda a razão tem um horizonte sobredeterminado por uma crença, por um universo de significações sacralizadas* (Paul Ricoeur). Essas parcelas de um imaginário que, através de um investimento inicial, projeta uma hierarquia.

Hoje já ninguém diz como a nomofilia de Saint-Just que *o legislador faz a república*, com o parlamento transformado no Monte Sinai, onde os deputados fingem que são Moisés a dar voz ao que alguns julgam ser a sarça ardente. Já não dizemos que a lei tem as mesmas potencialidades da razão e o poder judicial é *a boca que pronuncia as palavras da lei* (Montesquieu).

Vou tentar falar em nome de meus irmãos Conde das Antas, Carvalho Araújo, João de Barros, Simões de Almeida, Aurélio Paz dos Reis e Cândido de Oliveira.

Desenganem-se também os que pensariam que iria cair no habitual logro do académico, do que pensa ter contactos diretos, imediatos e de primeiro grau com a ciência e trata de maçar os profanos auditores com citações e bibliografia, caindo no ridículo de se considerar, por isso, um erudito que fala de cátedra para uma planura de auditores não iniciados nos mistérios da epistemologia.

Os senhores representantes da nação não estão para aturar um excerto de aula caída do céu neste palanque.

Descansem que não vou também exercitar-me numa *prancha* ou *peça de arquitetura* como as que tenho feito no espaço sagrado das lojas maçónicas, porque já as publiquei quase todas em livros, incluindo uma espécie de dicionário maçónico.

Também não tenho crença em nenhuma religião revelada e, apesar de estar no Convento de São Bento da Saúde, ele apenas tem *passos perdidos*, mas já não claustros e sacristias.

Prefiro mais recitar o *Livro do Desassossego* de Bernardo Soares, que nunca existiu, a não ser quando Fernando Pessoa o conheceu na sobreloja de uma casa de pasto de Lisboa.

Ou então nessa bíblia da liberdade e do simbólico do século XX, como *A Cidadela* de Antoine de Saint-Exupéry, onde se sintetizou: *não há neste mundo que não seja essencialmente cerimonial... se não fundares no teu império um cerimonial dos homens, eles morrem para o essencial e não passam de pedras ao Deus dará. A tua alma alimenta-se do sentido das coisas e não das coisas. Só através de um cerimonial consegues comunicar. Se cada pedra se encontra no seu lugar e serve*

Domingos Bomtempo

Cardeal Saraiva

José Estevão

Antero de Quental

Camilo Castelo Branco

Sebastião de Magalhães Lima

o templo, então só conta o silêncio que delas nasce, e a oração que lá se forma.

Vou tentar falar em nome de meus irmãos Barros Queirós, Antero de Quental, Ângelo de Almeida Ribeiro, Norton de Matos e Fontes Pereira de Melo.

Venho apenas apelar à vossa humildade de passantes, num tempo pós-soberano e pós-legiferante. E recordar-vos que foram Vossas Excelências que transformaram a presente Constituição num sistema *aberto* para *cima*, para o direito supraestadual, e para *baixo*, para a concreta dinâmica dos movimentos vivos da sociedade.

Por outras palavras, de acordo com a nossa lei fundamental já vivemos numa *cooperativa de soberanias*, onde a chamada ordem interna tanto é o direito português como a ordem europeia e certa imperfeita ordem internacional, cosmopolita e humanitária, a que outrora chamaram direito das gentes, ou direito das nações.

As excelentíssimas e reverendíssimas leis portuguesas se autolimitaram quando admitiram controlo jurisdicional das ordens supraestaduais onde nos integrámos. Por isso é que importa reler Fernando Pessoa, quando este, insurgindo-se contra o brocardo salazarista do *tudo pela nação, nada contra a nação*, proclamou o que só agora

compreendemos: *O Estado está acima do cidadão, mas o homem está acima do Estado.* O problema, aliás, é felizmente pior para os velhos soberanistas do legalismo fechado: cada um dos cidadãos portugueses, já é cidadão europeu e a ordem europeia tem leis próprias e instâncias judiciárias que podem anular certos preceitos portugueses, incluindo as leis emitidas pela própria Assembleia da República, nomeadamente as que infrinjam a Convenção Europeia dos Direitos dos Direitos Humanos. Além disso, é precavido notar que, mesmo a nível do pouco que resta ao soberanismo, o que é legal pode ser declarado inconstitucional e que a *lei* está submetida ao *direito*, tal como este depende de uma ordem maior, a da *justiça*.

Mas, senhores representantes populares, pior ainda é quando não se repara na própria história do direito português contemporâneo, principalmente nos fracassos que pretensas boas intenções legislativas e que confessam, no próprio sumário, a má intenção de extinguir, eliminar ou comprimir coisas misteriosas, nomeadamente a maçonaria. Deixaram o rasto de fracassos nesses normativos que hoje soam a ridículo e apenas servem para elevar à eternidade quem literariamente se lhe opôs, para *estorvar os reacionários portugueses em um dos seus maiores e mais justos prazeres — o de dizer asneiras* (Fernando Pessoa). Falo do alvará de 30 de março de 1818, de Tomás António Vilanova Portugal, um dos últimos sinais do absolutismo.

Falo também da Carta de lei de 20 de junho de 1823, a da viradeira antivintista, onde se amnistiaram os membros das ditas sociedades secretas e se suprimam as mesmas, sujeitando os mais teimosos a degredo temporário, nunca superior a cinco anos, depois da Vilafrancada de 1823, e da criação, em 5 de dezembro do mesmo ano, de uma junta expurgatória para a universidade, onde foram despedidos 14 docentes e 37 alunos, por serem maçons.

Falo até do discurso da frustrada Abrilada de 1824, se desencadear um golpe de Estado falhado que visou: *esmagar duma vez a pestilente cáfila dos pedreiros livres... acabando de vez com a infernal raça maçónica antes que ela acabe connosco.*

Falo também do Código Penal de 1852, uma tradução em calão do código espanhol, onde no artigo 283, nº 1 se gongorizava: *é ilícita e não pode ser autorizada qualquer associação cujos membros se impuserem com juramento, ou sem ele a obrigação de ocultar à autoridade pública o objeto das suas reuniões, ou a sua organização interior.*

Do mesmo modo, segue-se o artigo 283 do Código Penal de 1886, sobre *qualquer associação, cujos membros se impuserem, com juramento ou sem ele, a obrigação de ocultar à autoridade pública o objeto de suas reuniões ou a sua organização interior.* Ou, então, a famigerada lei de Santos Cabral de 1935, a da nova viradeira antimaçónica, por acaso a primeira lei formal do regime da chamada Constituição de 1933, o texto que, por não existir, dado ser revogado de facto no próprio primeiro dia da sua vigência por um decreto com força de lei, deve ser mais justamente chamada ditadura constitucional.

Segundo tal Lei n.º 1901 de 21 de maio de 1935 – art.º 2, alínea b): *são considerados secreto(a)s (...) aquelas cujos sócios se imponham por qualquer forma a obrigação de ocultar à autoridade pública, total ou parcialmente, as manifestações da sua atividade social.*

No Alvará de 30 de março 1818 já se reconhecia *o excesso de abuso a que têm chegado as sociedades secretas que com diversos nomes de Ordens, ou Associações, se têm convertido em conventículos ou conspirações contra o Estado.* E para tanto, usava-se o meio da *morte natural* e *cruel*, com *confisco de todos os bens*. Quase todas essas disposições, apesar de se terem tornado *vigentes*, além de *inválidas*, nunca foram *eficazes*. Foram do direito positivo, do *ius in civitate positum*, da postura, sobretudo das ditaduras da legalidade e da ditadura constitucional que se lhe seguiu, das posturas e da impostura, isto é, tiveram a cobertura do monopólio da violência através da coação, dessa *antirrazão* dita *ao serviço da razão*, mas não saíram do âmbito da *razão de Estado*, nunca ascendendo ao *Estado-razão*.

Vou tentar falar em nome de meus irmãos Rodrigues de Freitas, Rafael Bordalo Pinheiro, Mário Cal Brandão, António Macedo e Raul Rego.

Primeiro, porque quase todas essas disposições da arqueologia estadualística contemporânea, nunca compreenderam que o direito é pluralista, que há concêntricas e excêntricas ordens jurídicas que não coincidem com a ordem estadual, ou com a ordem supraestadual, porque mesmo que estejam obrigadas ao cumprimento das leis do Estado se situam ao lado do Estado, *praeter legem* e não *contra legem*.

Fica mal ao Estado intrometer-se nos domínios que pertencem apenas às adesões individuais, como o direito maçónico, ou ao direito canónico, mesmo quando se estabelece a falácia de decretar-se que em matéria de organizações religiosas católicas tal pertence àquela seção do direito dos tratados a que demos o nome de direito concordatário.

Vou tentar falar em nome de meus irmãos Alexandre Herculano, Almeida Garrett, Teófilo Carvalho Santos, Nuno Rodrigues dos Santos e Emídio Guerreiro.

É delicado que Estado, nomeadamente o poder legislativo, se

relacione com uma ordem dita e assumida como iniciática, dita constitucionalmente cosmopolita e humanitária, *uma ordem universal, filosófica e progressiva, fundada na tradição iniciática, obedecendo aos princípios da fraternidade e da tolerância e constituindo uma aliança de homens livres e de bons costumes* (artigo 1º da Constituição do GOL)

O Estado e os seus agentes, sejam deputados, polícias ou magistrados, nunca conseguiram captar essa ordem que, desde antes de Jesus Cristo, lida com antigos mistérios, mesmo que estes revistam forma ritualista do Iluminismo. Isto é uma ordem iniciática, *porque a transmissão dos seus conhecimentos se faz pelo exemplo... pela transmissão dos seus mistérios de iniciado para iniciado.*

O livre direito de associação e de reunião é um direito sagrado, é um direito natural do homem em sociedade, é um direito constitucional. Reprimir ou proibir o uso por causa do abuso é em si mesmo um abuso do poder. É prevenir a possibilidade de um abuso com a realidade de outro abuso. Se os povos e os indivíduos *têm o dever de não ofender os direitos da sociedade, também a sociedade tem o dever de ofender os direitos dos cidadãos* (SF, 53).

Antes dos direitos da sociedade estão nos indivíduos os direitos do seu pensamento, vontade e ações, considerados isoladamente ou em comunicação com a sua família, com os seus amigos, com os seus parentes, e com outros indivíduos a quem os arrastam a analogia de pensar, de obrar ou de interesse; foi para proteger e não para oprimir esses direitos que a ordem pública social se acha instituída (SF, 53).

O indivíduo não é coisa da sociedade, a sociedade é que é coisa do indivíduo, como salientava Alexandre Herculano.

Vou tentar falar em nome de meus irmãos José Elias Garcia, Sidónio Pais, Duque de Loulé, Camilo Pessanha, D. António Alves Martins e Grandela.

Claro que os heterónimos da Maçonaria Portuguesa, para efeitos da ordem estadual e no âmbito das competências tipificadas do Estado e do seu direito positivo, não podem em nome da história contemporânea, moderna e antiga, assumir os privilégios da extraterritorialidade, mesmo que tenham a sede na velha Travessa do Correio Mor, onde o Palácio Maçónico, que já foi expropriado pelo Estado, não é propriamente uma embaixada do transcendente.

Por outras palavras, o Estado português que obrigou a Maçonaria a ter uma faceta profana de pessoa coletiva, com número fiscal e registos do género, iguais aos de todas as outras pessoas coletivas, tem o poder e o dever de nela entrar em todos os domínios das respetivas atribuições, nomeadamente em matérias fiscais e criminais que estão sob a alçada do Grémio Lusitano. E às vezes, com certa razão, nomeadamente quando conspiraram para a Regeneração iniciada em 24 de Agosto de 1820, extinguiram o Tribunal do Santo Ofício, obrigaram os miguelistas à Convenção de Évora Monte, fizeram a Rotunda do Cinco de Outubro, ou o 25 de Abril de 1974.

Vou tentar falar em nome de meus irmãos Alfredo Keil, Sebastião de Magalhães Lima, Tito de Morais, Vitorino Nemésio e Viana da Mota.

Alma é o que não se mediatiza e a autobiografia é um lugar de segredo, conforme Peter Sloterdjik, em *O Estranhamento do Mundo.*

Espreitem Jacques Derrida e Maurizio Ferris, *O Gosto do Segredo*, 1994. *Exigir que se faça sair tudo à praça e não haja foro íntimo, é já o fazer-se totalitária da democracia. Uma democracia que não tome a sério o princípio da liberdade teria que poder aceitar que não há nada não programado, nada não regulado, que deva ter aí o seu lugar, ser discutido e votado.* Leiam Mafalda Blanc, em "Esoterismo, Humanismo e Filosofia", no colóquio *O Esoterismo e as Humanidades*, de 1999. Notem, sobretudo, Byung-Chul Han, *Do Desaparecimento dos Rituais. O nós, que é capaz de agir em conjunto também é uma forma de cerramento. Hoje desintegra-se em egos, que se exploram voluntariamente como empresários de si mesmos. Os vínculos como formas de cerramento são também eliminados. A destruição sem escrúpulos do vínculo obriga a ser-se flexível. O sujeito da performance, isolado em si mesmo, explora-se a si próprio da maneira mais eficaz, quando se mantém aberto a tudo, quando é flexível.*

A Maçonaria é do *bem comum da humanidade* (Mircea Eliade) e não se confunde com as religiões reveladas, dado que constitui uma compreensão anterior aos profetas das mesmas. Não é sequer contra elas que, no fundo, não repudiam o que lhes foi anterior, antes lhe acrescentaram nova explicação, nomeadamente quando fizeram o filho homem filho de Deus.

A Maçonaria tem a ver com a abertura aos mistérios e com as inúmeras coisas que se situam para além dos limites do entendimento humano (Jung), nomeadamente os tais símbolos que não podem definir-se nem compreender-se plenamente, nomeadamente por decreto do grão-mestre ou deliberação da Grande Dieta.

Porque os mistérios e os símbolos não são coisas fixas que possam descobrir-se ou desenterrar-se, constituindo sempre um deus escondido que guardará a verdade da palavra perdida. Mas admito que alguns exultem com o *Parecer da Câmara Corporativa* de 1935, cujo relator foi o professor de direito Abel de Andrade: *pretende substituir a civilização cristã pela civilização*

maçónica, aspira à dominação do Estado e possui uma organização exagerada e perigosamente internacionalista. Até *tem como base um ideal igualitário, sem superioridades sociais, nem distinção de classes, baseada no racionalismo ateísta dos materialistas, ou na religião humanitária da razão e da natureza herdada das antigas tradições esotéricas, transmitidas pela cabala judaica.*

Vou tentar falar em nome de meus irmãos Viana da Mota, Senador Vera Cruz, Ana de Castro Osório, Adelaide Cabete e Bissaya Barreto.

Para descanso de alguns crentes de certas religiões reveladas, dir-vos-ei que a Igreja Católica não está hoje por trás da presente campanha antimaçónica, como a que liderou em 1935, através de jornais como *A Voz* e o *Novidades*, pensando vingar-se do anticongreganismo e de certo anticlericalismo do liberalismo monárquico e do republicanismo democrático. A Igreja Católica já não prescreve a pena de *heresia* para um católico que seja maçom, como ainda aparecia no *Código de Direito Canónico* de 1917, mas desapareceu com a revisão de 1983 e a subsequente declaração da *Congregação para a Doutrina da Fé* de 26 de novembro, onde a entidade apenas é condenada sem a automática *excomunhão* do fiel que acumule. Também desconfio que os próprios herdeiros já não se entusiasmam obedientemente com as leis inspiradas por Trotski contra a maçonaria, depois repetidas pelo fascismo, pelo nazismo, pelo salazarismo e pelo franquismo. Julgo que sós os nazi-fascistas o continuam a repetir como tolice, sob a forma de populismo.

Com toda a razão, como salienta George Stein, a Maçonaria começa no *mist* (na bruma) e termina sempre no *schism.* Tem cerimónias místicas equiparáveis às religiões dos mistérios, as do *fecha os olhos e a boca*, que não tratam do *exotérico*, com xis, nem do *divino*, do que vem de cima, mas do *esotérico*, com s, o que se busca por quem a deseja. Aliás, um maçom é sempre um *neófito*, o que nasce de novo, para regressar ao ventre materno, ou à noite cósmica, coisa que exige a chamada *conversão*, a morte para a vida profana, quando se coloca o pré-iniciado numa *caverna no seio da terra*, para que o iniciado proceda ao rito da separação, ao rito da transformação, o tal passar a um estádio superior, e ao rito da desagregação ou da purificação. Porque iniciar-se é fazer morrer a vida velha, para que o homem, liberto das algemas, celebre os mistérios. São, afinal, novas algemas que libertam, as que só podem compreender-se pela aceitação de uma vocação mística, o tal psicodrama, onde se morre para a paixão, para os apetites, as opiniões e os interesses. O tal nascer de novo que, em português antigo, se diz *regeneração,* isto é, esforço de reflexão que, pela interpretação dos símbolos, permite atingir uma comunhão de crenças, num esforço que tanto é individual como comunitário. Porque, segundo Ernst Cassirer *o homem necessita de representar imaginariamente algo que não existe para passar da possibilidade à realidade, da potência ao ato.* O homem tem de poder construir um mundo novo, mais de acordo com a *hominização,* isto é, do universo simbólico, onde se irmanam, o mito, a religião, a arte e a Maçonaria. Porque, para além da lógica científica, a conceitual, há a linguagem do sentimento e das emoções, aquela que diz que *na eterna mentira de todos os deuses, só os deuses todos são verdade* (Fernando Pessoa).

Vou tentar falar em nome de meus irmãos João Lopes Soares, António Ribeiro Sanches, Óscar Monteiro Torres, Maria Veleda e Inocêncio Francisco da Silva.

Além disso, como escreveu António Henrique de Oliveira Marques, *a interpretação dos símbolos deve ser eminentemente individual*, a única forma de penetrarmos num universo que só pode ser pensado através da representação. Por outras palavras, como já dizia Aristóteles, até podemos concluir que *a poesia é mais verdadeira do que a história.* Os símbolos não correspondem a qualquer livro de instruções usado em pretensos catecismos, esses que estão *cheios de ilusões, devaneios e fraudes* (Fernando Pessoa), os que temem a metáfora, a alegoria e o paradoxo. O símbolo apenas consegue captar-se pela linguagem da ascese. O símbolo será sempre do mistério, do inexpressável, tendo como raiz etimológica *mustê*, o iniciado, e deve sempre guardar-se dos ouvidos profanos, para evitar-se a profanação, a corrupção. O símbolo varia na sua expressão, nas suas representações exteriores, mas porque pretendem ligar a dimensão individual, quotidiana, à escala cósmica supra-individual, os seus fundamentos permanecem imutáveis, tendo em vista reunificar ou refazer comunitariamente, unindo o que anda disperso.

Aliás, quem lê textos sem os inserir no contexto, quem não passa do texto ao Texto até pode pensar que uma *obediência maçónica* é uma hierarquia de fidelidades a uma cúria a um papa, com súbditos perante um soberano. Não entende o óbvio, até de quem obedece a uma constituição profana para assegurar a ordem pública democrática, onde há uma obediência pelo consentimento, mas onde também só pela resistência se assegura a liberdade.

Em Maçonaria, obediência é apenas a qualificação dada a uma *potência maçónica formada pela associação de três ou mais lojas simbólicas, reconhecendo a organização e a administração comuns* (António de Oliveira Marques), mas onde só as lojas são e continuam soberanas, com *maçons livres em loja livre.* Basta olharmos para a decoração deste Parlamento, maioritariamente conformada pelas comemorações do Centenário

António José de Almeida

Aurélio Paz dos Reis

Beatriz Ângelo

Carlos Malheiro Dias

Vitorino Nemésio

Emídio Guerreiro

de 1820, em alegorias de louvor às Cortes Gerais e Constituintes onde brilhou o patriarca Manuel Fernandes Tomás e, depois, os maçons Passos Manuel, Almeida Garrett ou Alexandre Herculano.

Vou tentar falar em nome de meus irmãos Raul Rego, Mouzinho da Silveira, Rodrigues Sampaio, António Ribeiro Santos, Feio Terenas e Cardeal Saraiva.

Claro que houve reis e um ou outro presidente que foram maçons, de D. Pedro IV a Óscar Carmona, de António José de Almeida a Mário Soares, vários membros do governo e chefes de governo, bem como deputados, quase sempre tão ultraminoritários como agora, mas garanto-vos que o registo das fichas históricas de pouco vale. Apenas concluo como José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães, professor de direito, antigo ministro da república e ilustre resistente ao salazarismo: *sempre atribuímos muito pouca influência política à maçonaria, tanto antiga como recentemente.* A razão é simples: constitui um elemento que, desde 1802 aos dias de hoje, não passa de coisa tão rotineira como o ar que se respira em qualquer sociedade demoliberal, onde os segredos podem se conhecidos por quem exerça a curiosidade habitual do pesquisador, por mero cruzamento de dados, especialmente numa altura em que os arquivos da instituição passaram a ser publicitados, nomeadamente a partir de José Sebastião da Silva Dias e Oliveira Marques.

A Maçonaria é mero espelho da nação, das grandezas e mistérios de outras organizações e apenas tem a primazia que possam ter os maçons, individualmente, até

porque os mais influentes entre eles nunca marcaram o seu tempo por causa da pertença à ordem, mas porque foram políticos, ou homens comuns na política, na academia ou na sociedade, enquanto grande parte dos veneráveis e dos comandantes rituais da instituição nunca passaram de figuras secundárias do processo histórico. Tão antiga como recentemente.

Vou tentar falar em nome de meus irmãos Abel Salazar, Cândido dos Reis, José Relvas, Afonso Costa e Raul Solnado.

As lojas maçónicas já não fazem sombra, nem aos reis nem aos papas. O segredo é uma circunstância acessória que não converte em mau objeto o que é essencialmente inofensivo. Pelo contrário, o segredo, quando se trata da beneficência ou de socorro mútuo, exalta, purifica a prática desta virtude, porque lhe evita o perigo da hipocrisia e da ostentação, e lhe presta o maior dos seus incentivos, que é o de encontrar a recompensa, só no prazer do exercício do bem. A inviolabilidade da promessa do segredo firmada com juramento, ou só com a palavra de honra, é um sentimento nobre que habitua os homens à lealdade, à fidelidade, e que os torna inimigos da traição e da aleivosia (F. A. F. da Silva Ferrão, *Teoria do Direito Penal aplicada ao Código Penal Portuguez*, volume VI, Lisboa, Imprensa Nacional, 1857, p. 56).

É evidente. Mas há, contudo, eternos argumentos segundo os quais a maçonaria pode ter sido boa, mas degenerou *da sua primitiva instituição; tem-se misturado em coisas políticas; tem servido de sustentáculo e degrau a muito ambicioso* e que *mais vale prevenir o mal na sua origem que ter de o punir depois de praticado*. Mas *são sempre estes os argumentos substanciais com que a tirania ou o medo justiça o emprego de medidas que restringem a liberdade do homem* (SF, p. 56).

Mas a circunstância do segredo não deve tornar ilícitas as associações? Se os associados querem o bem, querem uma coisa moralmente boa, por que se escondem? Este é o grande argumento com que são combatidas as associações secretas. Todavia a existência destas associações perde-se em a noite dos tempos. As iniciações egípcias e depois delas a dos romanos nos subministram a prova nessas épocas da remota antiguidade. O panteísmo e o deísmo filosóficos aí haviam nascido, ou se haviam refugiado contra a idolatria, buscando os sagrados mistérios das Pirâmides e de Elêusis.

Sim, onde cirandavam os estoicos, os epicuristas e os neoplatónicos, todos com as suas cerimónias e iniciações.

Contudo, *tais sociedades não eram consideradas ilícitas nem se viam perseguidas pela autoridade pública. Todo o mundo sabia que existiam esses subterrâneos, e que estavam povoados de adeptos!* (SF, 54). *Eram reputados aos olhos dos seus contemporâneos, tal como os templários e os beneditinos no século XIII; e não há exemplo de que os seus segredos perturbassem a tranquilidade pública, ou que o regime ou a constituição do Estado fosse guerreada por suas clandestinas maquinações* (SF, 54). Porque *o espírito de fraternidade* é *indestrutível entre os homens*.

Coisa semelhante pode ler-se no *Commentario ao Código Penal Portuguez*, de Levy Maria Jordão, Lisboa, 1854, tomo III, páginas 120 a 129. Os preceitos, para que me pedem audiência, são banais no que contêm. Repetem o que já existiu e falhou e podem até não ser graves pelo que lá está, mas pelo que comunitariamente insinuaram e revolveram na discussão pública que se lhe seguiu, até pelo que foi manifestado imediatamente por um senhor Conselheiro de Estado, espraiando-se em insultos. Como nunca me convidaram para o júri do Prémio Nacional das Coisas Ridículas, apenas concluo como Antígona: *não nasci para odiar, mas para amar*. Logo, prefiro continuar a escrever cartas de amor à Maçonaria, mas proclamando que mais ridículo ainda é não haver quem possa amar ordens comunitárias, cosmopolíticas e humanitárias, tão internacionalmente consolidadas. Aconselho apenas as senhoras e os senhores legisladores que tem como objetivo diminuir aqui e agora a força da *civilização maçónica* a respeitarem algo que faz parte da raiz da nossa democracia. *O melhor meio de tornar inofensivas as sociedades secretas é, por um lado, governar com justiça, e por outro não lhes dar a importância que resulta de uma proibição, por qualquer modo formulada* (Silva Ferrão, p. 59).

Quando o nosso Código Penal de 1852 proibia as sociedades secretas, ingleses também proibiam as mesmas: *as sociedades secretas em que se presta juramento ou se tomam compromissos, e que fossem divididas em seções, correspondendo-se a fim de constituírem um todo harmónico*, mas donde se excetuavam as que tivessem *um objeto religioso ou de beneficência, e nomeadamente as lojas dos pedreiros livres* (SF, 60).

Mas, se quiserem reforçar um dos fatores internacionalmente relevantes da república dos portugueses, convinha que reparassem como, em termos de estratégia nacional, a maçonaria portuguesa, uma das mais antigas do mundo e em lugar cimeiro na hierarquia simbólica de tal ordem universal, constitui um dos poucos fatores portugueses de poder, até porque sempre foi, sem retórica uma organização patriótica e ainda hoje pode reivindicar o privilégio de ser a mais antiga organização democrática portuguesa. Não apenas porque liderou a resistência à invasão francesa, mesmo quando os napoleónicos se invocavam maçónicos, até querendo impor Junot como grão-mestre, e a ordem respondeu com a conjura do *Conselho Conservador* e a resistência armada do *Batalhão Académico*, por acaso presidido por José Bonifácio de Andrade e Silva que com tais feitos passou a ter direito a reformar autonomicamente a maçonaria brasileira e a ser o patriarca da independência do Brasil. Sem ser por acaso também resistimos depois ao protetorado britânico e até podemos invocar o martírio do nosso

Ornamentos Assembleia da República

grão-mestre Gomes Freire e dos restantes Mártires da Pátria. Mas alguns desconhecedores de pormenores patrióticos nem reparam que, na segunda metade do século XIX, quando cerca de setenta por cento dos nossos obreiros eram espanhóis, incluindo o próprio patriarca da independência de Cuba, José Marti, reservávamos o cargo de grão-mestre para um português originário e tínhamos como data sagrada o Primeiro de Dezembro de 1640.

O patriotismo, para um maçom português, não é apenas retórica. Nem a liberdade, um exercício literário ou constitucionalista, mas antes uma inspirada prática de resistência à *intolerância*, à *ignorância* e ao *fanatismo*, como as herdadas do absolutismo e do feudalismo, os tais que ainda nos enredam, sobretudo no fenómeno da compra do poder, a que se dá o nome de corrupção. Mas como dizia a *Sociedade dos Camaradas* que inspirou Gomes Freire, além da *pátria*, da *liberdade*, está a *honra*, a começar pela honra do maçom. Por isso nascemos em desobediência ao bispo e ao príncipe, mesmo quando os dois coincidiam no Santo Ofício que os deputados maçons extinguiram há duzentos anos. A honra do maçom foi forjada quando ele se comprometeu a não o confessar pessoalmente diante do bispo, do príncipe e do Santo Ofício. Sobretudo, coletivamente, não denunciando, *como perjuro ou falto de palavra*, outros aprendizes, companheiros e mestres, todos camaradas. E assim o continuamos a jurar em todas as sessões, prometendo não revelar, a maçom ou pessoa alguma, o que se passou em templo.

Não o fizemos em processo inquisitorial, quando a confissão era *a rainha das provas* e até resistimos em revelá-lo sob tortura, não porque fosse importante, mas porque esse era o segredo de resistirmos ao torturador. O tal que estupidamente queria bagatelas de rituais e cerimoniais, apenas para conseguir a listinha dos nomes, como agora o fazem a imprensa e os livrinhos sensacionalistas, incluindo parte da lista bibliográfica que consta da nota de pé de página do projeto do PAN. Por acaso não cita um facto histórico de há cerca de uma dezena de anos, quando a maior parte dos membros do Grémio Lusitano foram divulgados num sítio islâmico e depressa reproduzidos pelas redes sociais, numa longa lista de nomes, lojas, cargos, organizados quase em páginas amarelas. Apenas apetece recordar o meu mestre Agostinho da Silva, quando decidiu abandonar a função pública nos anos trinta do século XX, para não ter que se vincular à declaração de não pertença a associações secretas exigida pelo salazarismo. Não é que ele fosse maçom, mas antes porque, depois, lhe poderia apetecer ser maçom.

O Estado está acima do cidadão, mas o homem está acima do Estado.

VILA ISAURA - MUSEU DA REPÚBLICA E MAÇONARIA

Montagem alusiva à República e Maçonaria.

Fotografia: Ponto de Vista / Vila Isaura - Museu República e Maçonaria

EM REPRESENTAÇÃO DA GLFP, A GRANDE ORADORA, MJM

O antimaçonismo, entre o passado e o presente

Entre iluministas, escolásticos, ecléticos e a opinião pública nascente, o anti-maçonismo constituiu-se como uma corrente de opinião baseada no mito[1] da maçonaria, na 2ª metade do século dezoito. O mito permaneceu no longo tempo da história conjugando sempre novas qualidades e respondendo as diversas solicitações. Como qualquer mito, o mito da maçonaria tem uma natureza complexa,e evidenciá-lo exige ressaltar as condições da sua génese.

A ideia inicial de anti-maçonismo foi forjada na reacção do clero a uma sociabilidade[2]que dava os primeiros passos na sociedade do antigo regime. À repressão física e moral que sobre ela recaiu, a maçonaria foi sobrevivendo e evoluiu como sociabilidade real e concreta, sendo alvo de um ataque que fez o seu percurso como cultura do negativismo. De alvo a abater passou a ser vista como inspiradora de teorias de complot na história moderna e contemporânea.

Em termos históricos, a incompreensão desta nova sociabilidade, em que a Ordem se foi estruturando, fez com que, entre nós, ela fosse considerada uma «instituição concorrencial que pedia uma fidelidade que alegadamente não podia ser partilhada com a fidelidade religiosa à Igreja com o mesmo grau de vinculação. Este dissentimento genesíaco da história da maçonaria com a Igreja começou a criar um abismo aparentemente intransponível entre as duas instituições»[3].

Os princípios fundamentais da maçonaria como a tolerância social, a igualdade e a fraternidade dispensavam o controle da hierarquização social existente, e, colidiam com a sociabilidade tradicional, imposta por uma filosofia moral religiosa, e controladora dos costumes dos povos.

Considerada uma seita, uma heresia, foi publicitada e reprimida num quadro sócio-jurídico de una inexistente liberdade religiosa, devido à sua forma de organização, à fraternidade, segredo e defesa de valores: liberdade, igualdade, tolerância religiosa e justiça social, num tempo de transição do antigo regime para o estado moderno.

A fidelidade, o juramento maçónico, a existência de rituais e o segredo maçónico, eram vistos como mecanismos que serviam para encobrir práticas pouco recomendáveis de uma religião naturalista. Pertencer à maçonaria era, portanto, um pecado. Querer construir uma Humanidade melhor e acreditar que todos podem fazer o caminho do aperfeiçoamento, era para a religião católica, não acreditar que só Deus é perfeito. Neste contexto, o adogmatismo religioso da maçonaria, aparecia como uma afronta à infalibilidade do papa e aos dogmas da Igreja.

Este olhar, formatado pela doutrina oficial, impôs à cristandade um comportamento de rejeição ao maçonismo, e um fundamentalismo alimentado pelas sucessivas orientações do Vaticano. Não tendo sido a Santa Sé a primeira a reagir contra esta nova sociabilidade, pois a maçonaria já tinha sido investigada na Holanda e em França, quando Clemente XII decide agir, é esta instituição que, dado o seu estatuto universal, concede legitimidade e fundamenta o anti-maçonismo.

No cumprimento da Encíclica *In Eminentia postolatus specula* de 1738 [4], o Inquisidor-Geral D. Nuno da Cunha e Ataíde, conhecedor ou não

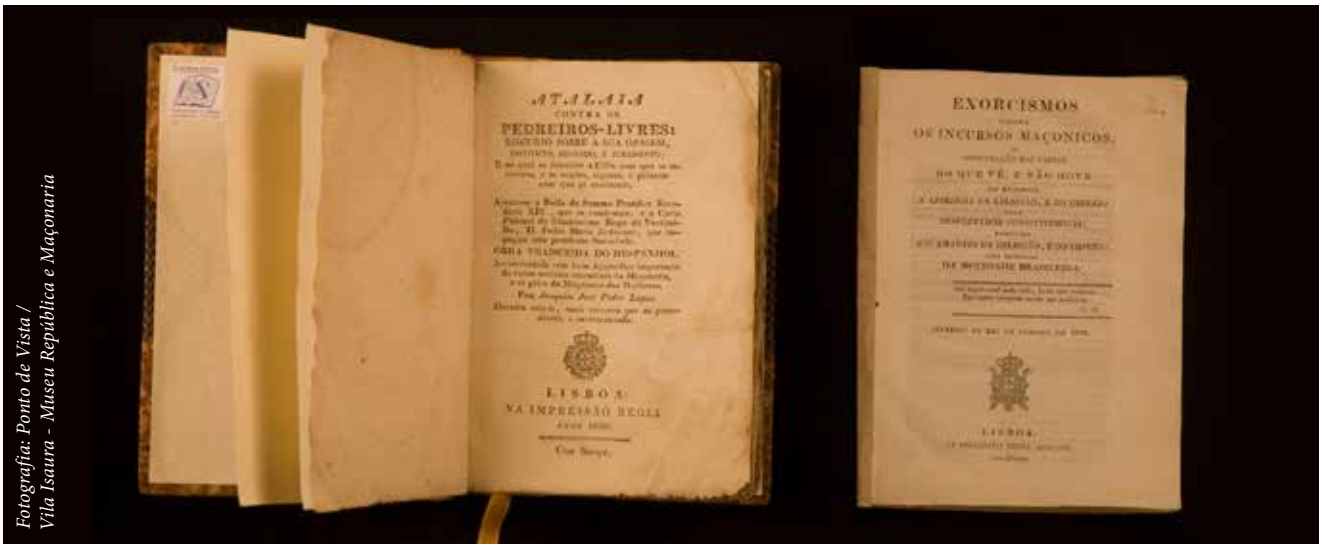
---

1 Sentido dado por Barthes – o mito é um sistema de comunicação, uma mensagem, modo de significação e forma.In Mitologias,Edições 70.1973:249.

2 Sociabilidade- usamos este conceito, como uma aptidão para viver e consolidar um grupo, onde se desenvolvem deveres e obrigações morais e solidariedade espiritual, no sentido dado por Maurice Agulhon,*Penitents et Franc-maçons de l'Ancienne Provenc : essai sur la sociabilité meridional*. Paris. Fayard,1968e na obra de Agulhon-Le cercle dans la France Bourgeoise (1820-48). Étude dúne mutation de sociabilité. Paris,Armand Collin (Cahiers des Annales).1977.

3 Fernanda Santos &J.Eduardo Franco – A insustentável leveza das fronteiras: Clero Católico na Maçonaria e a questão do Anticlericalismo e do Antimaçonismo em Portugal".REHMLAC. Vol2.Nº2,dez2010 a abril 2011./ Anti maçonismo in Dicionários dos Antis. A cultura portuguesa em negativo. INCM. LX.2019.2º Vol.

4 Martin-Albo.M -A maçonaria universal.Bertrand Editora. 2005.



Fotografia: Ponto de Vista / Vila Isaura - Museu República e Maçonaria

das razões particulares de Clemente XII, apressou-se a mandar afixar a bula nas portas das igrejas, e a ordenar que esta fosse imediatamente lida aos fiéis pelo oficiante da missa. Desta forma, a repressão do maçonismo fez-se ainda antes de ele ter sido disseminados entre nós.

Embora o debate ideológico fosse coisa das elites, ainda no século XVIII, dá-se o despertar de uma opinião pública[5], resultante do desenvolvimento das sociabilidades e da imprensa, através da circulação de jornais e gazetas literárias, favorecedoras da expressão escrita e da circulação de ideias. A informação produzida pôs em confronto as tensões ideológicas que emergiram de uma mentalidade barroca em coexistência com uma modernidade, embora as narrativas denotassem falta de originalidade dos discursos, abundância de estereótipos, e evidenciassem o uso da crítica como instrumento de arremesso político. Estes foram vectores, que confluíram para a criação do mito sobre a maçonaria, e para o desenvolvimento do anti-maçonismo.

Perante o avanço da organização em termos europeus, entre 1720-1740, a Igreja assustou-se, no dizer de Oliveira Marques, mas usou das prerrogativas que lhe eram próprias, para julgar, sentenciar e reprimir a nova sociabilidade. Às primeiras orientações de Clemente XII, que põe de sobreaviso a cristandade para o perigo maçónico, condenando pela 1ª vez os *Liberi Muratori (= pedreiros livres)* juntou-se depois a bula de Bento XIV *Providas Romanorum Pontificum, em 1751*.

Estavam, assim, estabelecidas as fontes da demonização que a Igreja portuguesa pôs em prática, de imediato, sobre os *Liberi Muratori* estrangeiros, da *Casa Real dos Pedreiros Livres da Lusitânia*. Foi uma reacção suave contra Hug O'Kelly por não os considerar uma ameaça à Igreja católica, mas subiu de tom com John Coustos e a sua loja[6]. Condenada por ateísmo epicurista e secretismo, a maçonaria era apresentada como maligna e oculta, tendo por objectivo a dominação do mundo[7], numa repetição de argumentos, até então, estranhos à realidade do reino.

Com o tempo, o cariz religioso e cultural do anti-maçonismo foi evoluindo na sua componente política, sobretudo quando o filosofismo passou do âmbito cultural para o político, e se começou a falar de jacobinismo[8]. Apodo este que tinha um conteúdo e uma intenção injuriosa, mais do que conteúdo ideológico. Usado no combate político, mais tarde, passou a coincidir com a acusação de anticlericalismo.

A expressão deste anti-maçonismo traduz-se, na sua natureza política, através de uma linguagem tradicionalista e contra-revolucionária da defesa da aliança do trono e do altar. É um discurso inflamado pela influência das leituras de Burke, De Maistre, Bonald e Barruel[9].

Em simultâneo, a denúncia foi um eficaz mecanismo que alimentou a intolerância, e a imprensa católica representou um eficaz instrumento de ideologização da opinião pública, onde os *mações* eram apresentados como deístas, inimigos dos reis, perversos, malvados, estúpidos, hidra, peste… e onde nem mesmo os *mações* escapavam[10].

O combate ao maçonismo cresceu à medida que os resultados práticos do regalismo, na administração do reino, enfraqueceram o poder da

5 Ver Santos Neves,J.A.- A opinião pública em Portugal.Media XXI.Porto.2015.
6 Oliveira Marques. A maçonaria em Portugal. Cadernos Democráticos.FMS.Lx.1998. p.28.
7 Rousse-Lacordaire-B,A-BA de l' antimaçonnisme. Ed.Pardés. Paris 1998.
8 Silva Dias.G - Anglicanismo na Maçonaria em Portugal…in Análise Social.Vol.XVI (61-62)1980.Lx
9 Reis Torgal.Luis M.- Tradicionalismo e contra-revolução. Universidade de Coimbra. 1973.
10 Verdelho, Telmo – As palavras e as ideias na Revolução Liberal de 1820.INIC- Coimbra, 1981.p.275-283.

Igreja e a sua influência no ensino, sem que a instituição tenha deixado de ter uma determinante capacidade de intervenção ao nível das mentalidades[11]. Se o jacobinismo inicial, atribuído à maçonaria portuguesa, não passou de uma visão apriorística de Pina Manique, influenciado pela leitura do Abade Barruel[12], a acção repressora foi bem concreta. É, aliás, aquele abade a quem Agostinho de Macedo vai buscar inspiração para perorar contra o calvinismo, o jansenismo e o iluminismo, e, para atacar a maçonaria de conspiração contra a civilização cristã[13].

Os publicistas de serviço fizeram um trabalho árduo contra a Ordem, transformando todos os liberais em pedreiros livres. A José Agostinho de Macedo, denunciante de jacobinos, maçons e liberais, juntou-se entre outros, Fortunato S. Boaventura que desde o seu jornal *A Contramina* apelava à repressão violenta sobre os maçons[14].

A catequização de José Agostinho de Macedo não tendo originalidade, é uma mistura de anti-maçonismo religioso e político, nomeadamente na obra "Atalaia contra os Pedreiros-livres, Sentinela contra os Maçons", onde usa uma linguagem pobre, mas simples e incisiva, cumprindo um objectivo de eficácia. A sua virulência fica bem visível no propósito de combater os "pedreiros livres" como inimigos de Deus, e do género humano, cuja solução seria a sua exterminação, tal como «se exterminaram os lobos de Inglaterra, isto é, que se matassem todos numa só montaria»[15].

Pombal pôs fim ao Santo Ofício, mas não ao seu espírito. As perseguições anti-maçónicas quase desmantelaram a organização nos anos 1809-1811,período que coincide com a recuperação do poder por parte do clero e dos mecanismos repressores. Por sua vez, o vintismo significou um interregno na situação de ilegalidade e perseguição administrativa à maçonaria[16]. Mas, a contra-revolução patrocinada por D.Miguel acompanhado pelos jesuítas, originou violentas perseguições após a Vilafrancada e a Abrilada, pelo que será apenas entre 1834 e 1926 que a maçonaria portuguesa vive o seu apogeu[17], ou seja, quase um século depois do aparecimento das primeiras lojas estrangeiras, e sem que isso tenha significado o desaparecimento quer do mito, quer da reação ao mesmo.

Com a progressiva transformação da sociedade do antigo regime, um novo ideal de vida se impôs, baseado na secularização do estado e do poder, e na liberdade de o homem pensar por si próprio. A razão passou a ser a ordem lógica das coisas, e moral religiosa passou a ombrear com a ética, na medida em que a sociedade civil passou a ter um valor por si mesma. Mas, a secularização do estado concretizada à custa da perda do poder temporal da Igreja, fez das relações entre a Igreja e o estado liberal um espaço de enorme conflito, essencialmente em torno das funções sociais que, estando nas mãos da Igreja, foram sendo partilhadas pelo estado liberal.

Todavia, a tensão entre catolicismo e maçonismo, não impediu a adesão de sacerdotes e bispos à Obediência. Ainda que a maçonaria universal continuasse a afirmar pontos em comum com o cristianismo, e a afirmar a não discriminação de católicos, o anti-maçonismo vai permanecer como uma consideração abstracta e inconsciente, arreigada na mentalidade de muitos, à custa de ideias veiculadas na imprensa e nos púlpitos.

A autoridade máxima da Igreja católica persistiu na condenação à maçonaria. Em 1825, Leão XII na Constituição Apostólica – *Quograviora* condenou as sociedades secretas. Pio IX[18] foi particularmente duro, e, Leão XIII em 1884 na *Encíclica Hermanus Genus* acusa a maçonaria de ter participado em eventos de agitação mundial. Em 1902, o Vaticano ainda denomina a maçonaria de "seita tenebrosa" que carrega há muito em seu seio um gérmen mortal que contamina o bem-estar e a fecundidade da vida. Cinco anos depois, ao promulgar o 1º Código de Direito Canónico, o Vaticano ainda nele inscreve a proibição de filiação maçónica aos católicos.

Entre a expulsão de ordens religiosas e o retorno das mesmas, a Igreja nacional não deixou de lutar por recuperar a influência perdida na sociedade portuguesa, mas perdeu o privilégio do estatuto de religião do estado, por força da secularização do mesmo. Uma visão mais antropológica de aperfeiçoamento do homem vai retirando espaço à religião, ao mesmo tempo que o acesso à educação vai libertando o cidadão do domínio do sagrado. Nesta ordem

---

11 Camões Gouveia.A- "A Igreja" in Mattoso.,J- História de Portugal.Editorial Estampa. Lx.1997.p.259.

12 Silva Dias. G- 1980.p.402.

13 Ver : Barruel – Histoire du clergé de France,pendant la Revolution.Paris, 1794; Memoires pour servir á la histoire du jacobinisme. Paris,1976.

14 Borges Grainha. Ob.cit.p.99 -Fortunato S. Boaventura. «O remédio contra os maçons é tudo o que há de mais simples, todas as vezes que eles quiserem reunir-se e, rosnando, se levantam contra os verdadeiros realistas: é o cacete, cuja memória está tão viva nas costas de uns e na imaginação de outros, que, por vezes, conseguiu pacificar o reino»

15 Agostinho de Macedo.J. Refutação de princípios metaphísicos, e moraes dos pedreiros livres iluminados. LX. Impressão Regia.1816; e cit. De Marques da Costa,F- in A maçonaria. Campo da comunicação.Lx.2018.

16 Silva Dias.JS e G.-obra cita. Vol.I-Tomo II 1980:804

17 Oliveira Marques- A maçonaria. FMS.Lx.1998.

18 Pio IX foi particularmenteduro na Enciclica *Qui pluribus*, 1846, no Syllabus de 1864 e no pronunciamento *Multiplices Inter*, condenando a maçonaria por conspiração contra a Igreja, Deus e a sociedade.

de ideias, o processo histórico não poderia construir um novo estado, senão à custa da velha igreja, como reclamavam os republicanos. Na relatividade da análise, a acusação, atribuída à maçonaria, de arquitectar a extinção das ordens religiosas[19], deve ser encarada na perspectiva transformadora do estado e da sociedade modernas, e não só no âmbito do conflito entre Igreja e maçonaria.

A *questão religiosa* generalizou o anti-maçonismo ao acentuar a ideia de que a defesa da laicidade era um laicismo[20] comum a todos os maçons. Mas, olhar para o passado e contrapor o anticlericalismo ao anti-maçonismo, não resolve a questão nem apaga a crença de que todo o mal existente na terra provém da conspiração judaico-maçónica, propagada pela Igreja católica a toda a cristandade. É certo que, recuperada a aplicação da legislação de Pombal e Joaquim António de Aguiar sobre associações religiosas e conventos, as oposições na 1ª república tornaram-se mais agressivas, e agravam-se com o "jacobinismo" atribuído à lei de Afonso Costa, da Separação da Igreja e do Estado, multiplicando as celeumas e as polémicas à volta do estatuto do padre e dos bispos. A questão do ensino laico e a ideia de que o clero influenciava negativamente o povo, sobretudo as mulheres, através da confissão, foram questões que reacenderam querelas antigas. Na verdade, a questão entre antigos e modernos nunca deixou de existir. E, a crescente politização da maçonaria, ainda que mostrasse que a maçonaria podia ser útil à nação, não foi capaz de estabelecer a paz entre as duas instituições.

Houve certamente manifestações de anticlericalismo, que expressaram, em determinados momentos, um combate à recuperação do poder por parte da Igreja, como aconteceu com os Congressos Anticlericais de 1895 e 1900, em reposta aos Congressos católicos que se realizaram na defesa da recuperação dos privilégios dos religiosos. No entanto, o anti-congreganismo e o anticlericalismo não foram um exclusivo de maçons, embora caracterizassem um liberalismo radical.

Para uma certa elite intelectual, defensora do cientismo, as religiões, «enquanto criações históricas, estavam sujeitas à lei do relativismo, e por isso, seriam, tarde ou cedo, ultrapassadas pela evolução histórica». Por exemplo, para Bernardino Machado, era preciso moralizar a religião, porque «ninguém pretende destruir a religião; o que se pretende é fazê-la sincera e pura, tornando-a voluntária e livre»[21], mas para outros livres-pensadores, como Sebastião Magalhães Lima, a razão e a ciência eram suficientes à fundamentação da moral e à organização do estado. Ou seja, mesmo durante a 1ª República, não estava em causa a existência do fenómeno religioso, mas a defesa da liberdade religiosa e da educação cívica o que implicava a transformação das instituições culturais, do ensino e da consciência colectiva. Apesar disso, a Lei da Separação de 22 de abril de 1911 é vista como o resultado de um «anticlericalismo difuso em certos sectores da população urbana e pelo positivismo e jacobinismo do partido republicano»[22]. Contudo, esta afirmação não anula a existência de um anticlericalismo popular ou de leigos, que lhe é anterior e mais generalizado.

A história evidencia que o ecumenismo maçónico, o humanismo, a tolerância e a fraternidade da Ordem não chegaram a ser entendidos "oficialmente" pela Igreja. O poder papal continuou a exercer-se sobre a cristandade de forma rígida e generalista, porém, o anticlericalismo desapareceu com a estruturação do estado- nação[23].

Salazar como amigo de maçons[24] que "viu peixinhos em água benta" com a vinda do Papa Paulo VI a Fátima, inicialmente não hostilizou a maçonaria, mas haveria de fazer aprovar legislação sobre as associações secretas, e de legitimar a confiscação e ocupação do Grémio Lusitano pela Legião Portuguesa. O Projeto de Lei apresentado pelo deputado José Cabral à Assembleia Nacional, o parecer da Câmara Corporativa quanto ao mesmo, os discursos gerados na Assembleia e a Lei n.º 1901 de 1935 constituem os documentos mais representativos do anti-maçonismo que vingará no Estado Novo[25]. Recuperando o fundamento historicista da nação cristã, a discussão sobre o projeto-lei incide sobre o estatuto das sociedades secretas desde o séc. XVIII[26], ou seja, recupera a doutrina anterior.

Tal como outros estados autoritários, o Estado Novo ignorou a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948,mas não desprezou a colaboração de alguns maçons ou ex-maçons, de que Bissaya Barreto é talvez o mais conhecido. E, no espírito do integralismo lusitano, António Sardinha perorava que a maçonaria era entendida como uma entidade estranha à nação portuguesa, era o «estrangeiro do interior», o inimigo que conspirava contra o Trono e o Altar e pela

---

19 Ver Silva Dias, JS e G. -Os primórdios da maçonaria em Portugal. tomo II. Lx. 1980.p.861.

20 Distingo laicidade e laicismo de acordo com Jorge Miranda -Estado,Liberdade Religiosa e Laicidade.Gaudium Sciendi, nº4 julho 2013. Lx. (laicismo significa desconfiança ou repúdio da religião…)

21 Catroga. F- O laicismo e a questão religiosa em Portugal. In Análise Social.VolXVI.Lx.1980

22 Jorge Miranda -Estado,Liberdade Religiosa e Laicidade.Gaudium Sciendi, nº4 Julho 2013. Lx.

23 Catroga. F.-Secularização e laicidade. In Revista História das Ideias.nº25.Coimbra. 2004.

24 Silva Pinto,J-Salazar e a Maçonaria, in CM de26-04-2014 e 08-05-2014.

25 Oliveira Marques. Ob.cit.

26 Cabral, J-Sociedades secretas. Lx. Editorial Império,1935.

eliminação dos caracteres nacionais, tendo por apoiante, outro «estrangeiro do interior», o judeu.

A lei das associações de 1935 foi aplicada através de mecanismos de censura e repressão, numa violentação da consciência e da liberdade individual, ao impor um juramento de não pertença à maçonaria, por parte de agentes da administração pública e militares.

A doutrina católica prolonga-se no tempo. O documento sobre Doutrina da Fé, em 1974, confirmava as orientações anteriores de proibição dos católicos a pertencer à maçonaria, e, só com João Paulo II, o Código do direito Canónico pôs fim à excomunhão -*Latae sententae*- dos católicos maçons, mas propugna uma pena justa…Por sua vez, Francisco, que na Encíclica *Frattelli Tutti* articula na sua proposta de Amizade Social, interpretando as dimensões de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, lema da maçonaria, como o trinómio que constitui a base das imprescindíveis reformas transformadoras da crueldade do mundo, não teve ainda a coragem de se pronunciar sobre a liberdade de consciência dos maçons, para libertá-los deste estigma religioso.

O pensamento maçónico tende para um maior compromisso entre a razão e a fé, é pela laicidade, não confundindo a religião própria do espaço privado, com a política própria do espaço público. A maçonaria, saída da clandestinidade, renasceu e acomodou-se bem ao espírito democrático, pois «O espírito de Maçonaria é o espírito de libertação, de solidariedade e do aperfeiçoamento social da Humanidade»[27].

A Declaração sobre eliminação de todas as formas de intolerância ou de discriminação por causa da religião ou da convicção, em 1981,reforçou o artigo 18º da Declaração Universal sobre liberdade de consciência e de religião, princípios estes que foram transpostos para a Constituição da República Portuguesa, que a maçonaria portuguesa respeita. Contudo, com quase meio século de democracia, volta a ser necessário analisar narrativas, atitudes e programas políticos que desejam aprisionar a liberdade de consciência e o livre pensamento com falsos moralismos, e a tentativa de impor legislação que tem por objecto, a maçonaria.

Tal como o testemunhamos hoje, o conceito de anti-maçonismo já não expressa uma clara tensão entre católicos e maçons, mas está subjacente ao confronto político num espaço público caracterizado pela perda de qualidade democrática. A ignorância sobre a doutrina maçónica mantém-se, só que hoje, os que se manifestam no espaço público pensam ilusoriamente que conhecem a instituição, e que a continuidade do segredo a torna desadequada a uma sociedade aberta. Pretendem desocultar a instituição maçónica ao mesmo tempo que a acusam de intenções conspirativas, querendo fazer do maçonismo um bode expiatório para os problemas políticos, caindo nos mesmos erros e preconceitos, ao responsabilizarem o maçonismo pela corrupção dos políticos ou pela crise da justiça. Não obstante, é preciso ter presente que a manutenção da incompreensão do dito "segredo maçónico", resulta da falsa ideia de que liberdade é igual a externalidade e perda do direito à vida privada.

A publicidade reveladora do anti--maçonismo é coisa de órgãos de comunicação, partidos e organizações de direita e extrema-direita, onde abunda uma repetição gratuita de meras considerações ideológicas, onde falta a compreensão filosófica, a memória e a alteridade. Os debates políticos, são uma clara violação do espírito de tolerância, que reproduz confrontos ideológicos, como resultado de uma pressão do unanimismo impositivo do chamado "politicamente correcto", imposto pelos meios de comunicação social.

Tal como o pensamento setecentista não conseguiu libertar-se do postulado teológico, que conduzia a visão religiosa do mundo, hoje sem qualquer pensamento filosófico, o politicamente correcto desconhece a virtude da tolerância, por não saber que para ser tolerante é preciso conhecer a particularidade dos motivos, opiniões e interesses de quem se fala e ao mesmo tempo explicar e delimitar a sua posição no conjunto da sociedade[28]. Não basta que quem diz seja dos nossos!

Há neste contexto uma tentativa de fazer passar o ponto de vista particular a universal, exigindo um consenso impositivo e com isso ganhar terreno na conquista de audiências e de eleitorado, na medida em que sobressai uma aliança entre *opinion´s makers*, canais e partidos políticos. Começa aliás no convite aos participantes dos debates, onde têm lugar os que pensam da mesma forma que o moderador do programa, onde ninguém se ouve senão a si mesmo, o que de *per si* é um atentado ao pluralismo e à liberdade de expressão, consagrados constitucionalmente. O que conta é a emoção do momento televisivo e o populismo político, fórmula que em geral seduz as audiências, e estas, incrédulas, aceitam o que ouvem como se fosse real.

Este anti-maçonismo subtil não se assume como tal, nem requer um conhecimento específico. É um mero subterfúgio para apontar um bode expiatório para problemas que deveriam ser considerados no seu âmbito concreto, ou seja, na aplicação de uma justiça igual para todos. O argumento de jacobinismo de antanho deu lugar a uma deriva populista, onde a acusação de falta de transparência, dirigida à militância maçónica, esconde o verdadeiro problema da corrupção.▣

---

27 Borges Graínha. Ob.cit.

28 Innerarity.D.- A transformação da política.Teorema. Lx.2005.

Relógio de bolso com caixa em metal prateado com aplicações de esmalte colorido. Mostrator contendo simbolos Maçónicos. Finais do séc. XIX

Ponto de Vista / Museu Maçónico Português

O paradoxo

«Há o caminho da sabedoria e o da ignorância, que estão muito afastados um do outro e levam a destinos diferentes. [...] Vivendo no meio da ignorância, mas considerando-se sensatos e sábios, os loucos vagueiam para um lado e para o outro como cegos empurrados pelos ventos. O que se encontra para Lá da vida não brilha para os que são como crianças, descuidados ou iludidos pelas riquezas.»
Katha Upanishad

Que organização é esta que cultiva a tolerância e o livre pensamento? Que organização é esta que tem tido, e continua a ter no seu seio, gente que ousa ser diferente, pensar o mundo em que se move e pensar-se a si mesmo? Crentes e não crentes, leigos e praticantes das mais diversas religiões, reis e republicanos, operários e intelectuais. E que, no seio desta diversidade, tem ousado sonhar um mundo mais livre e mais justo e tem influenciado a marcha das nações.

A Franco-Maçonaria é paradoxal, pois encontra-se ligada tanto à Tradição, como ao Progresso das sociedades. A questão é como transformar este conflito aparente em complementaridade.

O pensamento maçónico não é unitário; é um método, valores e regras que trazem intrinsecamente a audácia, a novidade, a originalidade. O pensamento maçónico reúne um Método, Valores, Ideais e Regras. O pensamento maçónico não saberia existir enquanto tal, dado que cada maçom deve procurar a sua verdade e o seu próprio pensamento. Não pode haver uma unidade de pensamento maçónico, pois isso seria contrário ao espírito da liberdade de pensamento da Franco-Maçonaria. No entanto, o pensamento maçónico exprime-se através de um pensamento comum, uma filosofia integrando ao mesmo tempo um método, valores e regras formulados nas antigas Constituições de Anderson, a base da Franco-Maçonaria.

Apesar das características ligadas à Tradição e à transmissão iniciática, a Franco-Maçonaria inscreve-se na inovação, pois o seu método de trabalho é, e será, universal, intemporal, livre e permanente. Dirigida para o futuro, regenera-se e permanece em cada novo iniciado. No Direito Humano, a abordagem dos nossos fundadores permanece eminentemente inovadora.

Os objectivos e os ideais como "viver no colectivo" e "reunir o que está disperso" são muito ambiciosos, uma vez que visam fazer de todos os seres humanos Irmãos livres que discutem e se querem nutrir de Saberes e Conhecimento.

É ser ambicioso acreditar e proclamar a igualdade e os mesmos direitos sociais às mulheres e aos homens, preservar os valores humanistas como a procura da verdade, o respeito pelas diferenças, acreditar no Progresso e na perfeição do ser humano, procurar atribuir sentido aos nossos valores republicanos e, sobretudo, prolongar lá fora a obra começada no Templo. A audácia é pedir para entrar na Maçonaria, passar as provas de Iniciação, de empreender viagens de companheiro, superar a morte do Mestre. É, no fundo, afirmar o nosso desejo de liberdade, a nossa recusa de todo o preconceito.

A Franco-Maçonaria torna perene um pensamento fundamental tradicional, tendo em conta os factores de modernidade. É esta contradição que é paradoxalmente original. Por exemplo, existe uma grande originalidade quando se utiliza um método colectivo de desenvolvimento pessoal, uma ausência de respostas pré-concebidas, o trabalho de desconstrução das evidências, a não imposição das ideias, a triangulação da palavra, a escuta atenta do outro. No Direito Humano, a originalidade consiste em ser a primeira Obediência Mista e Internacional e também a presença de um equilíbrio, que se pretende justo, entre o trabalho na vertente

Fotografia: DR

do simbolismo e o trabalho sobre a Sociedade, na vertente do social.

O que torna este pensamento maçónico, audacioso, novo e original, ao mesmo tempo que respeita o espírito das constituições de Anderson, são os nossos compromissos históricos fortes que temos mantido ao longo dos tempos, nomeadamente no que concerne à defesa dos Direitos Humanos, à Laicidade, aos valores republicanos.

No mundo actual, onde reinam as palavras velocidade, eficácia, imediatismo, mudança, o método maçónico remete-nos para a lentidão e a maturação.

A atitude anti-maçónica, que, de tempos a tempos, despoleta nos nossos quotidianos mediáticos, surge como uma reacção efabuladora, assumindo um tom acusatório e um desconhecimento do nosso método iniciático, ligado à Tradição, ao respeito pelos rituais e ao trabalho sobre os símbolos. Na postura anti-maçonaria, são frequentes as denúncias da Maçonaria como seita satânica ou como uma organização secreta mafiosa visando a troca de influências e a defesa de negociatas menos escrupulosas. Para Manuel Franco, a opinião pública forma-se por processos complexos e laboriosos, sem discussões estéreis, mas com forte participação das instituições e pessoas. E acrescenta que é preciso procurar esses processos para lá da vozearia dos media, o que obrigaria a ir ao fundo da questão.

Desde a origem como organização tal como a conhecemos na Inglaterra de 1717, começou logo a levantar suspeitas. 20 anos depois já o Papa Clemente XII mandou publicar a Bula "In Eminenti", a qual constituiu a primeira de várias encíclicas em que a Igreja Católica revela a sua desconfiança relativamente às

[ ] reuniões de [ ] *agrupamentos, agregações ou conventículos, que sob o nome de "Liberi Muratori" ou "Franco-mações" ou sob outra denominação equivalente, segundo a diversidade de línguas, nas quais eram admitidas indiferentemente pessoas de todas as religiões, e de todas as seitas, que com a aparência exterior de uma natural probidade, que ali se exige e se cumpre, estabeleceram certas leis, certos estatutos que as ligam entre si, e que, em particular, os obrigam às penas mais graves, em virtude do juramento sobre as santas Escrituras, a guardar um segredo inviolável sobre tudo o que sucede em suas assembleias.*[3]

Após esta introdução, a encíclica papal continuava a sua dissertação proibindo [...] *a todos os fieis, sejam laicos ou clérigos, seculares ou regulares* [...] que entrassem nos locais onde os

Liberi Muratori ou Franco Maçons" se reunissem e mais ainda, "damos a todos e a cada um deles [os bispos, prelados, superiores, e o clero ordinário, assim como os inquisidores] o poder para persegui-los e castigá-los segundo os caminhos do direito, recorrendo, se assim for necessário, ao Braço Secular.[3]

Escrita na forma de Bula, teve efeito de lei para toda a cristandade que se encontrava ligada hierarquicamente à Igreja Católica, pelo que, no Reino de Portugal, onde a Inquisição ainda teria pela frente quase um século de existência antes de a sua extinção

ter tido lugar, já no Século XIX, o, à data, Inquisidor-Geral, Nuno da Cunha e Ataíde, cuidou, em Setembro daquele mesmo ano, em simultâneo com a afixação nas portas das igrejas de Lisboa, da publicação de um documento que constituiria o primeiro documento a atestar o início da perseguição à Maçonaria em Portugal [1], seguindo fielmente, como era de prever, as ordens do Papa.

Aquando da publicação da Bula por Clemente XII, já Portugal contava com uma Loja constituída por ingleses e escoceses, a qual foi fundada em 1727 e trabalhava, como era uso na época, numa casa de pasto, localizada no Beco dos Açúcares em Lisboa. Estavam livres da inquisição porque, estando filiada à Grande Loja de Inglaterra, se encontrarem ao abrigo do Tratado de Westminster que havia sido assinado em 1654 pelos dois países e que protegia os comerciantes ingleses. Mas, apesar dessa protecção de que gozavam, desconhecemos o seu nome e apenas sabemos da sua existência pelos registos da inquisição que se referia a ela como Loja "*dos Hereges Mercadores*"[4]. Aliás o que se sabe dessa época acerca da existência de actividade maçónica em Lisboa, sabemo-lo através dos registos da Inquisição[4][7].

Em Portugal a Maçonaria gozou de alguns períodos breves de tranquilidade como aconteceu durante o período em que reinou D. José e em que Sebastião José de Carvalho e Melo esteve à frente das decisões políticas. No entanto, os momentos de intolerância predominaram se olharmos a história de Portugal e da Europa desde o Século XVIII até hoje. Os períodos tranquilos foram a excepção. Mesmo recentemente, temos vindo a constatar o reaparecimento de novos focos de aguerrida acusação e mesmo perseguição às ideias e às organizações maçónicas.

Mas de que são realmente acusados os Maçons? Inicialmente eram acusados especialmente de anticatolicismo e de promoverem o laicismo, defendendo até mesmo a limitação dos poderes do papado, sendo especialmente acusados de prestar juramento, não só de manterem em segredo os assuntos discutidos e a identidade dos seus líderes, mas também de obediência, "submissão" e fidelidade a estes, normas que, diziam os que os condenavam, colidem com a justiça e a rectidão natural. Do mesmo modo que não entendiam como plebeus podiam pegar em espadas nos rituais maçónicos, pois tal era legalmente proibido.

Referia o Cónego José Agostinho de Macedo no decurso do primeiro quartel do Século XIX, (citado por Cristiana Silva[7]), "*o verdadeiro segredo «destas pestíferas associações, e diabólicos conventículos» é «Igualdade, e Liberdade; todos os homens são iguais, e livres, todos os homens são irmãos», que se traduz, no entendimento contrarrevolucionário, «na proscrição de todas as Leis Religiosas, e um ódio jurado ao governo Monárquico»*.

Capa – José Cabral no Templo José Estevão 1937

Num período mais recente da nossa história, a Maçonaria viu-se novamente confrontada com a intolerância. Durante o Estado Novo, a Maçonaria foi vítima de uma enorme repressão conservadora, permanecendo proibida de 1935 a 1974, quando a Revolução de Abril pôs fim à longa ditadura salazarista. Durante esse período viu-se presa a uma lei que a obrigou a desaparecer, extinguindo-a, sendo mesmo os candidatos à função pública e os funcionários públicos em funções obrigados a jurar que não pertenciam, nem jamais pertenceriam a qualquer sociedade secreta.

Logo desde o seu início, o regime que se seguiu à primeira república em 1926, após o Golpe de Estado em 28 de Maio desse ano, que resultou na derrota republicana, fez imediatamente saber que estando a impôr-se uma ditadura militar, esta não iria tolerar o livre pensamento. A repressão contra os Maçons começa de imediato e ainda antes da publicação da Lei nº 1901, em 1935, já o número de maçons diminuíra para metade do existente antes do golpe de estado.

Com a justificação de que no seio do Grande Oriente Lusitano Unido se conspirava contra o regime que queria consolidar-se, o Palácio Maçónico de Lisboa é, primeiro invadido em 1929, e nessa ocasião são presos vários dos seus membros, e depois, em 18 de Maio de 1931, determinado o seu encerramento.

Com a publicação da "Lei Cabral", assim designada porque foi apresentada pelo deputado José Cabral à Assembleia Nacional em 1935, vem à superfície o anti-maçonismo latente, o qual, encontrando terreno fértil, irá perdurar durante 48 anos, todo o período em que as ideologias do Estado Novo encontraram espaço para se desenvolverem.

Norton de Matos, em 1935, Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano à data, a propósito do Projecto de Lei apresentado na Assembleia Nacional sobre "sociedades secretas", à semelhança do processo que decorre actualmente, em Portugal, com o Projeto de Lei

Fotografia: Ponto de Vista

169/XIV/1[1], escreve ao presidente da Assembleia Nacional, em 31 de Janeiro de 1935, nos termos que poderiam ser subscritos por um maçom do século XXI:

Resolvi portanto dirigir-me a V. Exas imediatamente após a leitura do projecto de lei a que me estou referindo. [ ] Feriu-me profundamente a tremenda injustiça de se pretender misturar a Maçonaria com associações secretas que, no dizer do preâmbulo do projecto de lei, "estão contaminando a sociedade nos seus mais essenciais elementos, corrompendo o Estado, por uma acção dissolvente sobre os seus órgãos e comprometendo, por vezes, a honra e a vida dos seus melhores servidores". Equivalem estas palavras a chamar-se à Maçonaria uma associação de malfeitores e a considerarem-me a mim como o chefe de um bando que põe em perigo a vida e a honra dos seus semelhantes. Por esta razão as classifiquei de "tremenda injustiça", outra classificação não me permitindo dar-lhe a minha dignidade e da pessoa e da entidade a quem cumpre dirigir-me[5].

A 14 de Maio é emitida uma Resolução do Conselho de Ministros exonerando e/ou passando à reforma uma série de funcionários que oferecem poucas garantias de fidelidade ao regime, entre os quais Norton de Matos. A 21 de Maio dá-se a Publicação da Lei N.º 1091 que proíbe as associações secretas. Norton de Matos demite-se do cargo de Grão-Mestre, para que pudesse ser eleito alguém desconhecido do Governo.

Só termina esta perseguição com um novo golpe de estado que derruba o antigo regime e permite que os ideais da nova República encontrem espelho nos ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, que nunca deixaram de ser os ideais que os Maçons acarinharam no seu ideário. Desde 1975, a Maçonaria encontrou, então, espaço para poder desenvolver-se e hoje algumas esparsas tentativas de a cercear não conseguiram impôr-se.

Desde o início se percebe que o libelo acusatório assentava sobre dois pilares: a condenação da aceitação e convivência de membros que não professavam exclusivamente a religião dominante e podiam pôr em causa a sua hegemonia; o segredo e a obediência que um sistema iniciático pressupõem e que é entendido como um perigo para o poder "instalado".

---

1 O Projecto de Lei 169/XIV/1 determina a declaração da filiação ou ligação a organizações ou associações "discretas" em sede de obrigações declarativas (Segunda alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho) e Propostas de Alteração do PSD sobre o Projecto de Lei 169/XIV/1ª (PAN) e Propostas de Alteração do PSD sobre o Projecto de Lei 169/XIV/1ª (PAN) relativamente à obrigação de interesses de quem exerce cargos públicos, e a sua pertença a sociedades secretas ou discretas.

Fotografia: Museu Nacional do Azulejo

A Ordem Maçónica Mista Internacional LE DROIT HUMAIN - O Direito Humano, primeira Obediência Mista fundada em Paris em 1893, e com existência legal em Portugal desde 1923, viveu também esta interrupção durante o período do Estado Novo, retomando os seus trabalhos em 1980 com a criação de uma loja que retomou o nome da primeira loja do Direito Humano, a Loja Humanidade.

Numa democracia consolidada não faz sentido que alguém se lembre de abrir as portas para uma nova perseguição às escolhas pessoais, quando está em causa a liberdade de consciência.

A Maçonaria sempre vive tempos difíceis quando os poderes vigentes são autocráticos, qualquer que seja a sua linha ideológica. Curiosamente os seus valores maiores, a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade, podem constituir ameaças para quem vê ameaça no pensamento crítico e para quem vê na igualdade e na fraternidade apenas a conspiração e a defesa da injustiça.

Nota: Os autores não seguem o actual Acordo Ortográfico.

NOTAS E BIBLIOGRAFIA:

1. Correia, Arlindo, A saga de John Coustos, lapidador de diamantes, pedreiro livre, em Lisboa, [cons. 8 maio 2021]. Disponível em WWW: <URL: https://www.freemason.pt/a-saga-john-coustos-lapidador-diamantes-macom-lisboa/.
2. Franco, Manuel, A Maçonaria, um prefácio à Europa, Lisboa, Hugin, 2003
3. Grand Lodge of British Columbia and Yukon, Papal Bull of Pope Clement XII, April 28, 1738, [Cons. 9 maio, 2021]. Disponível em WWW: <URL: http://freemasonry.bcy.ca/anti-masonry/papal/in_eminenti.html.
4. Marques, A.H.Oliveira, A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo, Lisboa, Ed. D. Quixote, 3.ª ed., revista e aumentada, 1995.
5. Pessoa, Fernando; Matos, Norton, Antologia A Maçonaria, José Ribeiro Editor, Julho 1988.
6. Paroles Plurielles, Un Parfum de Liberté, Nº12, Novembre 2011, Le Droit Humain, Fédération Française.
7. Silva, Cristiana, Representações do estrangeiro na cultura portuguesa (1750-1950): identidade nacional em confronto, (Dissertação de mestrado). Obtido de http:// https://repositorio.ul.pt/handle/10451/36274.
8. Ventura, António, Uma história da Maçonaria em Portugal – 1727-1986, Lisboa, Círculo de Leitores, 2013.

VILA ISAURA – MUSEU DA REPÚBLICA E MAÇONARIA

Faixa do REAA em seda bordada a fio de ouro e prata com aplicações de metal e lantejoulas. Séc XIX

Fotografia: Ponto de Vista / Vila Isaura - Museu República e Maçonaria

JOSÉ MANUEL MORAIS ANES

A Maçonaria e as perseguições

A Maçonaria moderna sofreu, desde a sua criação em 1717, diversas perseguições a que tem sempre resistido. Desde as Bulas papais que em primeiro lugar invocavam razões profanas – "porque constitui grande perigo para os Estados haver reuniões secretas" – até às razões religiosas – denunciando o perigo de ela acolher em seu seio católicos e protestantes - nesse tempo o ecumenismo maçónico era pecado... É evidente que essas Bulas só eram válidas se aprovadas pelos Parlamentos nacionais, o que raramente era realizado e por isso continuaram a haver pastores protestantes e padres católicos nas Lojas maçónicas – um exemplo disso é a Abadia austríaca de Melk onde havia uma Loja maçónica só com monges e padres e sobretudo a existência de centenas ou milhares de padres em Lojas maçónicas até às vésperas da Revolução francesa – veja-se o livro do Padre jesuíta e Professor de História da Universidade de Saragoça José Ferrer Benimelli, Les Archives secrets du Vatican et de la Franc-Maçonnerie, baseado na sua investigação destes arquivos, que foi autorizado a desenvolver; de salientar que o prefácio deste livro na sua primeira edição é assinado pelo Père Riquet, Superior dos Jesuítas em França na altura, o qual visitava regularmente a GLNF não por ser maçon mas para dar um gesto de abertura de coração ao diálogo com os maçons.

Mas há também outras perseguições, desta vez de origem estritamente política. Para não irmos mais longe lembremos em Portugal a sanha anti-maçónica do Intendente de Polícia Pina Manique acompanhada dos Autos de Fé contra maçons pela Inquisição – o caso do maçom suíço Jean Coustos, da Loja protestante da Cruz Quebrada, cujo drama é relatado por ele próprio no livro "The Suffering of Jean Coustos", cuja primeira edição está no Museu do Grande Oriente Lusitano. Lembremos ainda a campanha anti-maçónica dos absolutistas miguelistas contra a "pedreirada", obrigando os Maçons, os Pedreiros-livres, a declararem por escrito obrigatoriamente a sua pertença à Ordem maçónica. Felizmente que vieram os Liberais e essa perseguição passou, mas com o Estado Novo ela voltou. De referir obrigatoriamente a Lei do Deputado José Cabral de proibição das Sociedades Secretas, leia-se da Maçonaria, contra a qual Fernando Pessoa reagiu corajosamente através daquele artigo do Diário de Lisboa, poucos meses antes da sua morte em 1935. Naturalmente que a Maçonaria foi perseguida e proibida pelo Fascismo italiano e pelo Nazismo alemão, mas mais recentemente houve tentativas, sob a capa de "transparência" liberal, para obrigarem os maçons a declararem a sua pertença à Ordem maçónica. Isto aconteceu em Inglaterra e em Itália e agora em Portugal. É claro que para estes novos absolutistas e miguelistas tudo serve para fazer um ajuste de contas, sobretudo interno ao próprio partido. E nada lhes interessa que seja contra a Constituição ou contra a declaração do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. O que interessa é varrer a "pedreirada" que se opõe à nossa "autoridade" partidária. O que é lamentável é que outros partidos e políticos possam ir atrás desta "conversa fiada" que, sob a capa de defender o "interesse nacional", visa a proteger interesses bem particulares e egoístas. Mas a tudo isto a Maçonaria irá resistir como o tem feito até hoje. Meus Irmãos saibamos continuar a Resistência e proclamemos bem alto:

Viva a Liberdade!

Nota breve da biografia maçónica

José Manuel Anes foi iniciado em 1988/9 na Loja "Simpatia e União" nº. 4 do G.O.L. pelo então V. M. Armando Santinho Cunha, tendo saído em 1990 para fundar a GLRP - Grande Loja Regular de Portugal e a Loja Quinto Império (nº. 662 da GLNF- Grande Loja Nacional Francesa e depois nº. 8 da GLRP).

Foi Grão Prior do Grande Priorado Independente da Lusitânia da Ordem dos CBCS – Cavaleiros Benfeitores da Cidade Santa (R.E.R. – Rito Escocês Rectificado) de 1995 a 2000 e Grão Mestre da GLLP/GLRP de 2001 a 2004.

Actualmente integra a Loja "Teixeira de Pascoais" da Grande Loja Legal/ GLRP de Portugal.

Malhete em prata do século XIX, cujo simbolismo levou a que durante muitos anos fosse usado na tomada de posse dos Grão-Mestres e que a tradição atribui erradamente a Gomes Freire de Andrade.

Na realidade trata-se de uma homenagem póstuma da Loja Regeneração, nº 341, ao seu patrono, general Gomes Freire de Andrade, fundada em 1842 e uma das primeiras a adotar o Rito Escocês Antigo e Aceito. Gomes Freire, de nome simbólico Porset havia sido Venerável de uma Loja designada de Regeneração, fundada em 1797, em Lisboa, que reunia na rua do Alecrim, junto à Igreja do Loreto.

Contém a inscrição: «Os II∴ da R∴ L∴ R∴, nº 341, ao seu Ven∴ Porset em 19 de 7bro (Setembro) de 1807 e salve G. F. Andrade»

Ponto de Vista / Museu Maçónico Português

ANTÓNIO VENTURA

Antimaçonismo para jovens lusitanos

«Há-de haver sempre quem mande e quem obedeça»

O antimaçonismo é tão antigo como a própria Maçonaria e tem assumido, ao longo dos séculos, tipologias diferentes, ao sabor de conjunturas e de interesses. O antimaçonismo político surgiu com a Revolução Francesa, pela pena dos autores contra-revolucionários que inventaram as teorias da conspiração, como o abade Jacques-François Le Franc[1], mas, sobretudo, o católico abade Barruel[2] e o físico protestante John Robinson[3]. Essa interpretação dos acontecimentos em França e as ideias defendidas nessas obras tiveram também reflexo em toda a Europa. Em Portugal, a literatura contra-revolucionária é vasta, iniciada por D. Fernando Teles da Silva, 3º marquês de Penalva[4], e continuada por José Agostinho de Macedo – tradutor criativo de Barruel[5] - , Frei Fortunato de São Boaventura, Faustino da Madre de Deus, António Ribeiro Saraiva e José da Gama e Castro, para só citarmos os mais representativos. Destacaram-se pelo seu violento anti-maçonismo, Agostinho de Macedo, Frei Fortunato de S. Boaventura e Faustino da Madre de Deus [6]. Foram seus continuadores, em diferentes épocas contextos, autores católicos como «Nemo» (José Fernando de Sousa)[7], e monárquicos e integralistas como António Sardinha[8], Neves da Costa[9] e Rodrigues Cavalheiro[10], que se distinguiram nos ataques a Gomes Freire de Andrade, João Ameal[11] Costa Brochado[12], que elegeu Norton de Matos como alvo preferencial. Alguns podem ser classificados como intelectuais orgânicos do Estado Novo.

Virgínia de Castro e Almeida foi uma autora singular. Contemporânea de Ana de Castro Osório, Maria Clara Correia Alves, Elina Guimarães, Maria Veleda ou Adelaide Cabete, que se distinguiram pelos seus ideais feministas, republicanos e progressistas, ela classificava-as de «mais ou menos livres-pensadeiras e de ideias avançadas, escrevendo difícil e

1 *Le Voile levé pour les curieux, ou le Secret de la Révolution révélé, à l'aide de la Franc-Maçonnerie,* Paris, Lepetit, 1791*; Conjuration contre la religion catholique et les souverains, dont le projet, conçu en France, doit s'exécuter dans l'univers entier, ouvrage utile à tous les Français,* Paris, Lepetit, 1792.

2 *Mémoires pour servir à l'histoire du Jacobinisme,*4 volumes, Londres, L'Imprimerie Française, 1797-1798.

3 *Proofs of a Conspiracy Against All The Religions and Governments Of Europe, Carried On In The Secret Meetings of Freemasons, Illuminati, and Reading Societie etc., collected from good authorities*, Edimburgo, William Creech and T Cadell, and W. Davies, 1797. Com uma segunda edição em Londres ainda em 1797, uma 3ª em Filadélfia em 1798, uma 4ª em Nova Iorque em 1798, e uma 5ª em Dublin, em 1798.

4 *Dissertação a favor da Monarquia, onde se prova pela razão, autoridade, e experiência ser este o melhor, e mais justo de todos os Governos*, Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1799; *Dissertação sobre as Obrigações do Vassalo*, Lisboa, Impressão Régia, 1804.

5 *O Segredo Revelado ou manifestação do Sistema dos Pedreiros-Livres e Iluminados e sua influência na fatal Revolução Francesa. Obra extraída das memórias para a História dos jacobinos, do Abade Barruel, Lisboa*, Impressão Régias, VI volumes, 1809-1812.

6 Vaja-se, como meros exemplos: Faustino da Madre de Deus, *Epístola à Nação Francesa, na qual se demonstram os subversivos princípios das Constituições modernas e se prova que a Maçonaria tem sido a Autora e directora da Revolução em Portugal*, Lisboa, Impressão Régia, 1823. Fortunado de São Boaventura*, A Hypiatrica ou Aviso contra as Enfermidades maçónicas*, Lisboa, Impressão Régia, 1831; *O Mastigóforo pelo Autor do Maço Férreo Antimaçónico*, Lisboa, 1824-1829, 12 números; José Agostinho de Macedo, *Refutação dos princípios metafísicos e morais dos Pedreiros-Livres Iluminados*, Lisboa, Impressão Régia, 1816.

7 *A Doutrina Maçónica*, Lisboa, Tipografia da Casa Católica, 1901. É-lhe atribuída a autoria, com o pseudónimo de «Argus», do livro *A Maçonaria em Portugal. Cartas da Bélgica*, Paris, edição da Liga Antimaçónica, 1916.

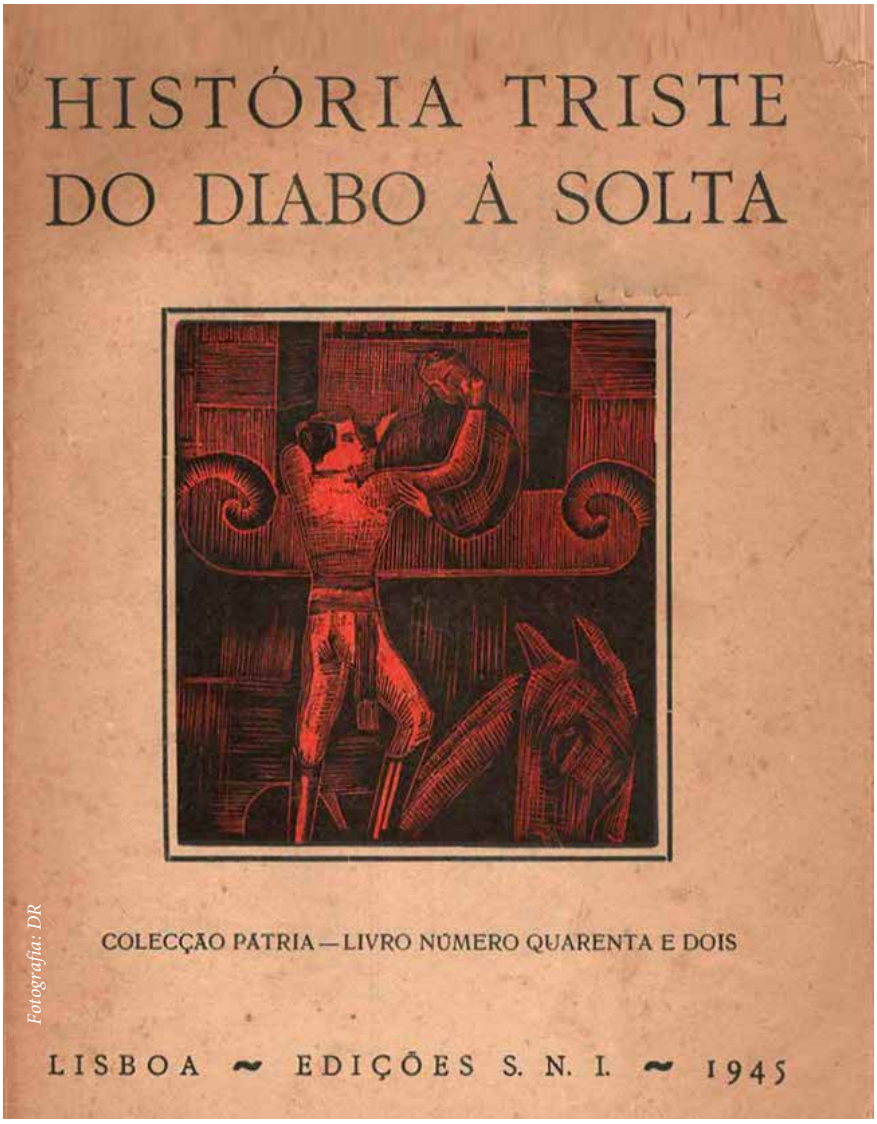
8 «Gomes Freire (Revisão de um Processo)», *Ao Princípio era o Verbo*, Lisboa, edições Gama, 2ª edição, 1940, pp. 45 a 88.

9 *A Traição de Gomes Freire*, Lisboa, Sociedade Astória, 1935.

10 *Erratas à História de Portuga. De D. João V a D. Miguel*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1939. Obra onde Gomes Freire é particularmente visado - «Gome Freire, mau português e mau Soldado» (pp. 125 a 193)

11 *História de Portugal as Origens a 1940*, Porto, Livraria Tavares Martins, 7ª edição, 1974, pp. 555 a 615.

12 *O Sr. Norton de Matos e a sua Candidatura*, Lisboa, Portugália Editora, 19458.



Fotografia: DR

profundamente inconscientes não só dos assuntos que tratam como da própria língua em que escrevem»[13]. Virgínia Folque de Castro e Almeida Pimentel e Abreu nasceu em Lisboa, em 24 de Novembro de 1874, e morreu na mesma cidade em 22 de Novembro de 1945. Era filha de D. Luís Caetano de Castro e Almeida Pimentel Sequeira e Abreu, conde de Nova Goa, e de Virgínia Folque. A sua educação decorreu em casa, num ambiente aristocrático, e proporcionou-lhe um amplo conhecimento de línguas, da Cultura, Literatura e História. Casou em 20 de Julho de 1895 com o agrónomo João da Mota Prego, quinze anos mais velho, de quem veio a divorciar -se entre processos judiciais que se arrastaram no tempo, e com quem travou um longo combate jurídico, entre incidentes vários, calúnias, falsos testemunhos e uma publicidade negativa que contrastava com o seu conservadorismo aristocrático.

Virgínia de Castro e Almeida começou a escreveu muito nova, publicando a primeira obra em 1895, o livro *A Fada Tentadora*[14], com o pseudónimo de Guy. Autora de uma vasta obra literária – romance, literatura de viagens- , com incursões no cinema, destacou-se na literatura para crianças, de que foi uma das pioneiras em Portugal, fundando em 1907, a colecção «Para os meus Filhos», que incluía obras com noções científicas como *Céu Aberto* (1907), *Em Pleno Azul* (1907), *Pela Terra e pelo Ar* (1911) e *As Lições do André* (1913). Publicou obras sobre a educação das mulheres, com os títulos significativos de *Como devo Governar a Minha Casa* (1906) e *Como devo Criar e Educar os meus Filhos* (1908). Viveu durante muitos anos em França e na Suíça, onde divulgou obras de João de Barros, Garcia de Resende, Luís de Camões e publicou livros sobre as conquistas e navegações portuguesas. Traduziu para português, obras de Cervantes, Georges Sand, Marco Aurélio e Charles Dickens. Muito interessada no cinema, foi produtora de filmes em Portugal e fundou, em 1922, a Fortuna Films, com sede em Paris, com capitais seus e de outros investidores franceses. O primeiro filme produzido pela nova empresa foi *Sereia de Pedra*, uma adaptação do conto de Virgínia de Castro e Almeida *A Obra do Demónio*.

O ambiente aristocrático em que nasceu reflectiu-se na atitude perante a vida, a política e um feminismo que nada tinha a ver com o perfilhado por outras escritoras e militantes republicanas. Como salienta Maria Regina Tavares da Silva, «Educada numa atmosfera tradicional, como ela própria diz, com a "boa educação vulgar de todas as mulheres da minha classe, do meu tempo e da minha terra", condicionada por preconceitos e tradições relativos à imagem e ao papel da mulher na sociedade, naturalmente que o feminismo lhe apareceu "sob um aspecto

[13] Ivone Leal, «Virgínia e Castro e Almeida», *Dicionário no Feminino (séculos XIX-XX),* direcção de Zília Osório de Castro e João Esteves, Livros Horizonte, 2005, p. 884.

[14] Lisboa, M. Gomes, 1895.

desprezível, cómico, disparatado, absurdo, por vezes monstruoso"»[15].

Quando se encontrava em Genebra como delegada do governo junto da Sociedade das Nações, iniciou a publicação de pequenos folhetos de divulgação, de cariz histórico, destinados aos jovens, numa prolífera colaboração com o Secretariado da Propaganda Nacional (depois Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo), dirigido por António Ferro. Na sua quase totalidade, são textos que reflectem a ideologia do Estado Novo, por vezes numa versão ainda mais conservadora, aproximando-se da visão monárquica e integralista da História de Portugal. Destacamos duas colecções:

Na colecção «Grandes Portugueses», os quatro primeiros volumes[16], assinados por Virgínia de Castro e Almeida, ilustrados por Pamela Boden, foram publicados pelo SPN e pelo SNI, entre 1943 e 1945. Os restantes volumes da colecção, posteriores à morte da escritora, em 1945, foram quase todos assinados por João Estêvão Pinto[17].

A Colecção «Pátria», com textos de sua autoria, foi publicada entre 1936 e 1942, certamente a pensar na aproximação do Duplo Centenário de 1940, num total de 40 folhetos, os primeiros 37 com a chancela do SPN e os último três do SNI, todos sobre temática de fundo histórico a servir de enquadramento a episódios ficcionados, inspirados em lendas e tradições, actos heróicos de D. Fuas Roupinho, da Padeira de Aljubarrota, os amores de Pedro e Inês, a Rainha Santa, Filipa de Lencastre, o Infante Santo; a Reconquista, a gesta da expansão e os seus protagonistas (Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque, Gil Eanes, Bartolomeu Dias, D. João de Castro) etc. Os títulos, com muita adjectivação, nem sempre são explícitos quanto ao conteúdo. O estilo é muito vivo, directo e simples, com diálogos e monólogos colocados na boca dos protagonistas.

Perante a relação dos títulos impressos, verificamos que a autora privilegiou as épocas anteriores ao século XIX, sobre o qual apenas incidiram três em 40 folhetos:

Os três últimos folhetos situam-se cronologicamente nas duas primeiras décadas do século XIX. O nº 41 refere-se à derrota de Napoleão e os nºs 42 e 43 ilustram de modo claro a hostilidade da autora para com os ideais da Revolução Francesa e a implantação do Liberalismo em Portugal. Pela voz de diferentes personagens, Virgínia de Castro e Almeida elogiava o tradicionalismo, exaltando D. Miguel e o absolutismo. Como é natural, a sua aversão ao Liberalismo tinha uma forte componente antimaçónica, atribuindo à Maçonaria o papel de inspiradora da Revolução Francesa, das ideias liberais e, por consequência, da implantação do Liberalismo em Portugal. Vejamos como exemplo o penúltimo folheto, intitulado *História Triste do Diabo à solta*, título inspirado na primeira parte do Livro VII (Sob o Signo de Caim) da *História de Portugal* (1941), de João Ameal, de quem Virgínia foi amiga e correspondente[18] - intitulada «O Diabo à Solta»[19]. Ameal não seguiu a maioria dos integralistas, em 1921, na ruptura com D. Manuel II, integrando o chamado «Grupo dos Cinco», fiel ao rei exilado, fundador da Acção Realista Portuguesa.

Os acontecimentos descritos no folheto começam na Primavera de 1823, antes da «Vila-Francada», e decorrem até Maio do ano seguinte, com o rescaldo da «Abrilada». A acção começa nas casas de Joaquim de Noronha, fidalgo «de bom sangue e vida limpa», onde a criadagem está reunida em amena cavaqueira. A conversa flui naturalmente, com duras críticas às ideias revolucionárias e aos princípios impostos a partir de 1820, que se afiguram, aos participantes, todos eles populares, incongruentes e ilógicos: «Os amos sabiam muito bem os seus deveres e as suas responsabilidades para com aqueles que os serviam e que eles consideravam como família. E os criados, conheciam os seus deveres para com os amos e tinham presunção em os cumprir, e a família dos amos era como se fosse sua». Intérpretes da *vox populi*, eram unânimes em condenar a Revolução Francesa e a destruição de uma ordem harmoniosa, em que cada um sabia o lugar que lhe competia. O criado de mesa principal, José Rosa recordou a derrota dos franceses, e foi mais longe, sublinhando que o pior de tudo foi «o veneno que eles por aí deixaram, semente da desgraça que vai alastrando». A cozinheira Maria Rita quis saber mais sobre esse «veneno», e José da Rosa detalhou: «o veneno da mentira. Todos esses peralvilhos que ninguém sabe de onde vêm nem que sangue têm nas veias, que andaram sempre de rojo diante os franceses e que aprenderam lá as suas doutrinas do demónio,

---

15 Maria Regina Tavares da Silva, «Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do século XX», *Análise Social,* vol. XIX (77-78-79), 1983, 3. °, 4. ° 5. °, p. 882. Para uma visão global da sua vida e obra veja-se: Isabel Lousada, «Anatomia de uma Autora: Virgínia de Castro e Almeida em Trânsitos Atlânticos», in *Género e Literatura. Resgate, Contemporaneidades e outros Projectos*, Fortaleza, Expressão Crítica e Editorial, 2013, pp.275 a 296.

16 Sobre D. Fuas Roupinho, Fernão Lopes, Gualdim Pais e Gil Vicente. Ângela Balça, «Virgínia de Castro e Almeida e a Colecção "Grandes Portugueses: os livros para crianças como instrumentos doutrinários», *LIBEC-Line, Revista de Literacia e Bem-Estar da Criança*, 2, 2007, pp. 1 a 10

17 António Manuel Ribeiro, «Ficção Histórica infanto-juvenil no Estado Novo: a colecção "Pátria" de Virgínia de Castro e Almeida (1936-1946), *Revista de História das Ideias*, Nº 16, 1995, pp. 161-192.

18 As cartas encontram-se na Biblioteca Nacional e Portugal, BNP/E37/180

19 João Ameal, op. e ed. cit., pp. 555 a 582.

Nº	Título	Ano
1	História do rei Afonso e da moira Zaida	1936
2	História do grande Cavaleiro sem medo	1936
3	Segunda História do Cavaleiro sem medo	1937
4	História do grande Fuas Roupinho e outras Maravilhas	1937
5	História dos três Amigos e da Batalha de Alcácer	1937
6	História dos três Amigos e cinco Frades	1938
7	História do rei Capelo e da linda Feiticeira	1938
8	História da Rainha Santa e do Rei Lavrador	1938
9	História do Príncipe Bravo e do Príncipe Manso	1938
10	História da linda Inês de Castro que depois de morta foi rainha	1939
11	História da Rainha Flor de Altura	1939
12	História de Flor de Altura e do Conde espanhol	1939
13	História da grande Batalha de Aljubarrota e da padeira que matou sete espanhóis	1939
14	História dos Embaixadores manhosos	1939
15	História da grande Rainha D. Filipa de Lencastre e dos preparativos para a guerra	1939
16	História da maravilhosa tomada da cidade de Ceuta aos moiros	1940
17	História da triste e gloriosa empresa de Tânger	1940
18	História da paixão e morte do Infante Santo D. Fernando	1940
19	História do Infante D. Henrique e dos seus capitães	1940
20	História da façanha de Aires Tinoco e da triste morte de Nuno Tristão	1940
21	História das Viagens, vida e morte do grande Infante D. Pedro	1941
22	História do rei Africano e das suas proezas	1941
23	História do grande Marinheiro que o Mar enfeitiçou	1941
24	A triste História do Príncipe D. Afonso e da Infanta D. Isabel	1941
25	História dos dois Homens que foram à procura do Preste João	1941
26	História do Preste João rei Cristão da Etiópia	1941
27	História maravilhosa do grande capitão do Mar	1941
28	Aventuras do grande Capitão do mar em terras desconhecidas	1941
29	Trágica História do fidalgo D. Francisco e do seu filho único	1942
30	História de espantar do grande governador chamado «o Terrível»	1942
31	História do grande D. João, capitão e sábio	1942
32	História do grande Vice-Rei que empenhou as barbas	1942
33	História do soldado raso que era o príncipe dos poetas	1942
34	História do Rei Encoberto	1943
35	A História mis triste de todas	1943
36	A linda e gloriosa História das correntes quebradas	1943
37	História do grande Sonho do Encoberto	1943
38	História da boa gente que sabia o que queria	1943
39	História do Marquês de Pombal	1943
40	A linda História de uma família no tempo de Dona Maria I	1944
41	História maravilhosa de como o grande Imperador Napoleão foi vencido	1945
42	A História do Diabo à solta	1945
43	História do rei D. Miguel I	1946

todas essas cantigas de igualdade, da liberdade, dos direitos».

O chefe dos cocheiros, Dionísio, dissertou sobre o absurdo da igualdade: «Igualdade! Como se um parvo fosse igual a quem tem juízo, ou um cobarde a um valente, ou um traidor a um homem leal, ou um entrevado a um doente, a um homem são e desembaraçado». A conversa tornou-se mais política, com a intervenção do escudeiro Miguel Maria, que mostrou alguma incompreensão pelo facto de o rei D. João VI ter jurado a Constituição: «Segundo eu posso perceber, a Constituição é a coisa mais desgraçada que há. É uma lei que tira todo o poder a El-Rei e o dá seja a quem for. E tudo par quê? Para que esses figurões que para aí andam e que nasceram da ralé, sejam eleitos deputados e lá uns com os outros governem como entenderem para arranjar a vidinha e encherem os bolsos». Surgiu então o neto do dono da casa, Francisco, recebido alegremente por todos, que comentou com ironia: «Então falava-se de política, heim? Cuidado não vá a maçonaria ouvir!». De imediato, o escudeiro Miguel Maria acrescentou: «A maçonaria! Esses vendidos, a servirem os estrangeiros!». Na intervenção seguinte, José da Rosa defendia a ordem tradicional: «Cá para mim essas ideias novas são como fumo que cega os outros, mas não ao filho do meu pai! Graças a Deus não nasci parvo nem na minha família há sangue traidor. Há-de haver sempre quem mande e quem obedeça. E todos nós servimos seja quem for. El-Rei serve a Deus, os fidalgos servem a El-Rei e a gente os fidalgos. E assim é que está certo. Constituição e deputados! Pois esses estúpidos não vêem que é tudo mentira? Os deputados são eleitos pelo povo e assim o que eles decidirem é por vontade do povo, dizem lá os da maçonaria. Deixa-me rir! O povo sabe lá nada disso. Vai para onde qualquer espertalhão o empurrar, mais nada. Há por aí espertalhões que dizem assim ao povo: - "Olha vota em mim e eu dou-te um par de calças novas, ou um barrete, ou umas moedas de prata" .... Olhe que isto é assim mesmo. E vai

um desses tafulos que andam para aí por conta da maçonaria e chega-se a um pobre sapateiro remendão e dá-lhe uma palmadinha nas costas e diz-lhe assim: - "Agora quem manda és tu, não é o rei". Palavra puxa palavra e daí a pouco o palonço do remendão promete-lhe o voto. Mas nem sabe o que fez. E vai para casa e diz à mulher, todo inchado: - "agora quem manda é a gente". E a mulher que é tão parva como ele e que é lavadeira, quando vai levar a roupa a casa da fidalga que lha deu a lavar, põe-se a dizer na cozinha: - "Daqui a pouco quem vai para a sala receber visitas, sou eu; e quem há-de lavar a roupa é a fidalga".

Neste ponto todos desataram a rir tanto que já ninguém se entendia».

A maçonaria era, assim, acusada de ter inspirado a revolução e as transformações que ocorreram em Portugal no plano político e social.

Fotografia: DR

Entretanto, o dono da casa, Joaquim de Noronha, recebia a visita de Manuel de Sequeira, que regressara do Brasil. Na conversa participava também Gil de Sequeira, genro de Joaquim de Noronha e pai de Francisco, que criticou o rei por ter jurado a Constituição, «que lhe tira todo o poder real e faz dele um fantoche nas mãos dos deputados, essa corja de ambiciosos, de vendidos à maçonaria». Manuel de Sequeira justifica a atitude do soberano, que procurou evitar uma guerra civil e uma intervenção estrangeira, o que não convencia Gil, que considerava o rei «pacífico demais»: «S El-Rei se tivesse recusado a fazer a vontade à maçonaria, não faltaria em Portugal gente como nós, pronta a dar até à última gota de sangue para defender a autoridade real e defender o povo contra esses troca-tintas que aí andam e que só pensam em mandar, em fazer figura, ao serviço da maçonaria estrangeira e à custa da boa fé do santo povo de Portugal». A conversa entre fidalgos era mais política, tinha contornos mais profundos do que a que ocorreu entre a criadagem. Manuel de Sequeira discorreu longamente sobre a «maré de insubordinação» que estava «arrastando o mundo inteiro» e a culpa era, naturalmente da Revolução Francesa, «princípio do fim desta nossa civilização». Mostrava-se pessimista: «daqui por diante tudo irá de mal a pior. A loucura do homem irá cada vez a pior. Nenhum rebanho pode viver sem pastores. As ovelhas não se podem governar sozinhas». Evocou o passado grandioso de Portugal, que entrou em decadência com a ocupação espanhola, e depois veio a Revolução Francesa, que semeou «ideias disparatadas e perigosas. Tão disparatadas e perigosas que apenas a maçonaria começou a espalhá-las pelo mundo, a miséria e a desgraça do povo aumentou e alastrou como uma peste». Manuel de Sequeira aproveitou a ocasião para justificar a ida da família real para o Brasil e a decisão do Príncipe: «Pois se ele tivesse ficado, estava a esta hora Portugal nas unhas dos franceses, e o Brasil também. Sabemos bem agora como tudo isso estava combinado e como os franceses ficaram fulos quando souberam que a família real ia no mar alto». O Brasil, «de simples colónia que era, passou a ter uma bela e rica vida própria». Mas se os estrangeiros desistiram de «lhe deitarem a unha» pela força, «espalharam por lá a maldita semente da maçonaria (...). Tudo estava minado pela maçonaria».

Todos concluíram que a única esperança residia no Infante D. Miguel: «àquele nunca a maçonaria poderá por a canga».

Manuel de Sequeira pediu então a Joaquim de Noronha que lhe descrevesse o que se passara em Portugal nos últimos anos, desde a morte de D. Maria I em 1816. No ano seguinte, «rebentou aqui a revolução chamada Liberal com o fim de fazer vingar as ideias francesas» (referia-se à chamada conspiração de Gomes Freire); mas essa ainda nós pudemos abafar». Depois, «a maçonaria continuava a trabalhar na sombra. O trabalho surdo e poderoso

dos mações franceses e ingleses em Espanha e Portugal ia dando os seus frutos. Tudo eram sociedades secretas, tudo era arrebanhar gente em segredo, com muitas promessas e protestos de amizade, tudo era para bem de Portugal que precisava de ser guardado e protegido por amigos fiéis». O resultado foi a revolução de 1820, inspirada por jornais que se publicavam no estrangeiro e a imposição da Constituição: «El-Rei não manda nada. Quem manda é a Nação. O que é a Nação? São os deputados nas cortes. São eles que fazem as leis. Vai lá ver. Tudo são discursos, palavreado, gritarias. Mas quem são os deputados? São homens escolhidos pela maçonaria e a soldo do estrangeiro».

Numa quinta vizinha à de Joaquim de Noronha, vivia outra família fidalga, de apelido Abreu, mas muito diferente. O chefe da família pertencera à Legião Portuguesa ao serviço de Napoleão e morrera em combate. Entusiasta das ideias revolucionárias, tinha um filho do primeiro casamento, António, que «tinha sido um dos amigalhaços do general Junot durante aquele tempo que este francês estivera a fazer de rei de Lisboa. E depois ficara sempre com as ideias francesas encasteladas na cabeça, todo ateu e liberalão». Havia também uma filha do segundo casamento, Ana. Mas o inesperado sucedeu: o amor entre esta e Francisco, filho de Joaquim de Noronha, tão improvável que a própria jovem lhe observava: «Francisco! E o que dirão os teus quando souberam que foste buscar a tua noiva a uma família de liberais e de maçons?». A situação política, entretanto, evoluiu, com o golpe da «Vila-Francada», explicado desta forma pela escritora: «o povo português não estava contente com a Constituição, nem com os pedreiros-livres como eram chamados os da maçonaria, nem com toda aquela comédia dos deputados e das cortes (...). O Povo não queria a Constituição. Não queria estrangeirices. Não queria a maçonaria. Não queria obedecer a gente da sua igualha. Desconfiava de tanta mentira. Queria um rei verdadeiro que soubesse mandar (...). D. João VI falhava; seu filho mais velho, D. Pedro, falhara também, fazendo-se brasileiro, abandonando o seu povo e Portugal, aceitando como o pai a canga da maçonaria, do estrangeiro. Era preciso outro rei». E Virgínia de Castro e Almeida traçava o retrato do seu herói, D. Miguel, a quem dedicará o último folheto da colecção: «Esse sim, era o querido do povo, era um príncipe que lhe enchia as medidas. Um homem a valer. Homem de palavra e temente a Deus. Homem na força e na coragem. Levantava do chão, só com os dentes, um saco de trigo de trinta e seis alqueires; e em esperas de toiros e toiradas nunca ninguém o vira fugir. E depois era lindo. Alto, delgado, rijo como aço, porte real, cabeça de quem sabe mandar e coração resoluto, mas pronto sempre a acudir. D. Miguel, sim. Esse era o eleito do povo e não os tais deputados de pacotilha a soldo doe estrangeiros. Tal era o pensar do bom povo português enquanto a maçonaria andava para aí a intrujar apregoando a torto e a direito que a constituição vinha servir a vontade do povo!».

Gil e Francisco de Noronha eram absolutistas, frequentavam o Paço do Ramalhão, «andavam metidos em todos os segredos e conspirações contra os liberais e contra a maçonaria». Ambos se juntaram a D. Miguel em Vila Franca e participaram no golpe de 23 de Maio de 1823. A autora não esconde que «a ideia da rainha era provavelmente depor D. João VI e colocar no trono seu filho D. Miguel. E se o tivesse conseguido muitas desgraças se teriam talvez evitado». A 30 de Abril de 1824, eclode novo golpe, a «Abrilada». D. Miguel queria ir mais longe na restauração da monarquia absoluta. Entre os liberais presos estava António de Abreu, irmão de Ana. Por seu turno, Francisco participou activamente no golpe de D. Miguel, mas combinara com Ana ir buscá-la, no dia 11 de Maio, para se casarem.

Os «embaixadores e ministros estrangeiros» frustraram os intentos do Infante. E, na descrição de Virgínia de Castro e Almeida, esses diplomatas manipularam e dirigiram tudo: «No dia 9 de Maio embarcaram El-rei numa nau inglesa que apareceu no Tejo. Metido no barco inglês, lá o fizeram dar ordem de soltar todos os presos que se encontravam encarcerados desde 30 de Abril e que eram, já se vê, liberais e maçons. E do mesmo modo obrigaram El-Rei, lá de bordo da nau inglesa, a retirar a seu filho D. Miguel o comando em chefe do exército». Empenhado no projecto de ir buscar a noiva, Francisco nem se apercebeu que António de Abreu tinha sido libertado. Foi este e dois criados que o agrediram e deixaram como morto na estrada, sendo recolhido pelo cocheiro Miguel Maria. O folheto termina, melodramaticamente, com a dor de Ana, perdendo os sentidos ao pensar que o seu amor estava morto. E Virgínia de Castro e Almeida termina o folheto com estas palavras: «Assim se passavam as coisas quando o diabo da maçonaria começou a andar à solta na terra santa de Portugal».

Tudo começara com as Invasões Francesas, como escrevia Rodrigues Cavalheiro: «Foi nos clubes maçónicos, nos conciliábulos secretos das lojas que se preparou a intriga e se planeou a obra e traição que tiveram como desfecho a entrada em Portugal dos esfarrapados soldados de Junot»[20]. Essa influência da Maçonaria teria continuado com a Revolução Liberal[21], perspectiva partilhada pelo historiador católico Fortunato de Almeida, cuja obra também influenciou, certamente, Virgínia de Castro e Almeida: «desde

[20] Op. cit. p. 199.

[21] João Ameal concluia que, com o triunfo da Revolução de 1820, : «o Liberalismo e a Maçonaria são donos e Portugal», op. e ed. cit., p. 562.

o princípio começaram as Cortes Constituintes a ser desorientadas pela incompetência e inexperiência dos elementos preponderantes, e a sofrer a influência perniciosa da maçonaria até ao ponto de se empregar formulário maçónico em actos oficiais da maior solenidade. A revolução de 1820 veio consagrar a influência maçónica na marcha dos negócios públicos, dos quais ficou dispondo livremente. As tais influências se devem as leis e ordens expedidas pelas cortes em matéria eclesiástica, umas desconchavadas e ridículas, outras opressivas e dissolventes (...). O cinismo chegou ao ponto de se empregar no congresso o formulário maçónico»[22].

Mau grado as imprecisões e os erros factuais deliberados, este texto de Virgínia de Castro e Almeida, incluindo numa colecção destinado à juventude portuguesa, editada por um organismo de propaganda do Estado Novo, veicula um ideário antiliberal, pró-miguelista e profundamente antimaçónico, em sintonia com os sectores monárquicos herdeiros do Integralismo que apoiavam o regime.▣

Fotografia: Ponto de Vista / Vila Isaura - Museu República e Maçonaria

[22] Fortunato de Almeida, *História de Portugal*, Coimbra, Edição do Autor, Tomo VI, 1929, p. 33.

Escultura alusiva à República em barro pintado. Séc. XX

Fotografia: Ponto de Vista / Vila Isaura - Museu República e Maçonaria

ANTÓNIO LOPES

Anti-maçonismo: hoje, tal como no passado

O anti-maçonismo de hoje é devedor de um somatório de causas cujas raízes podemos fazer remontar ao século XVIII.

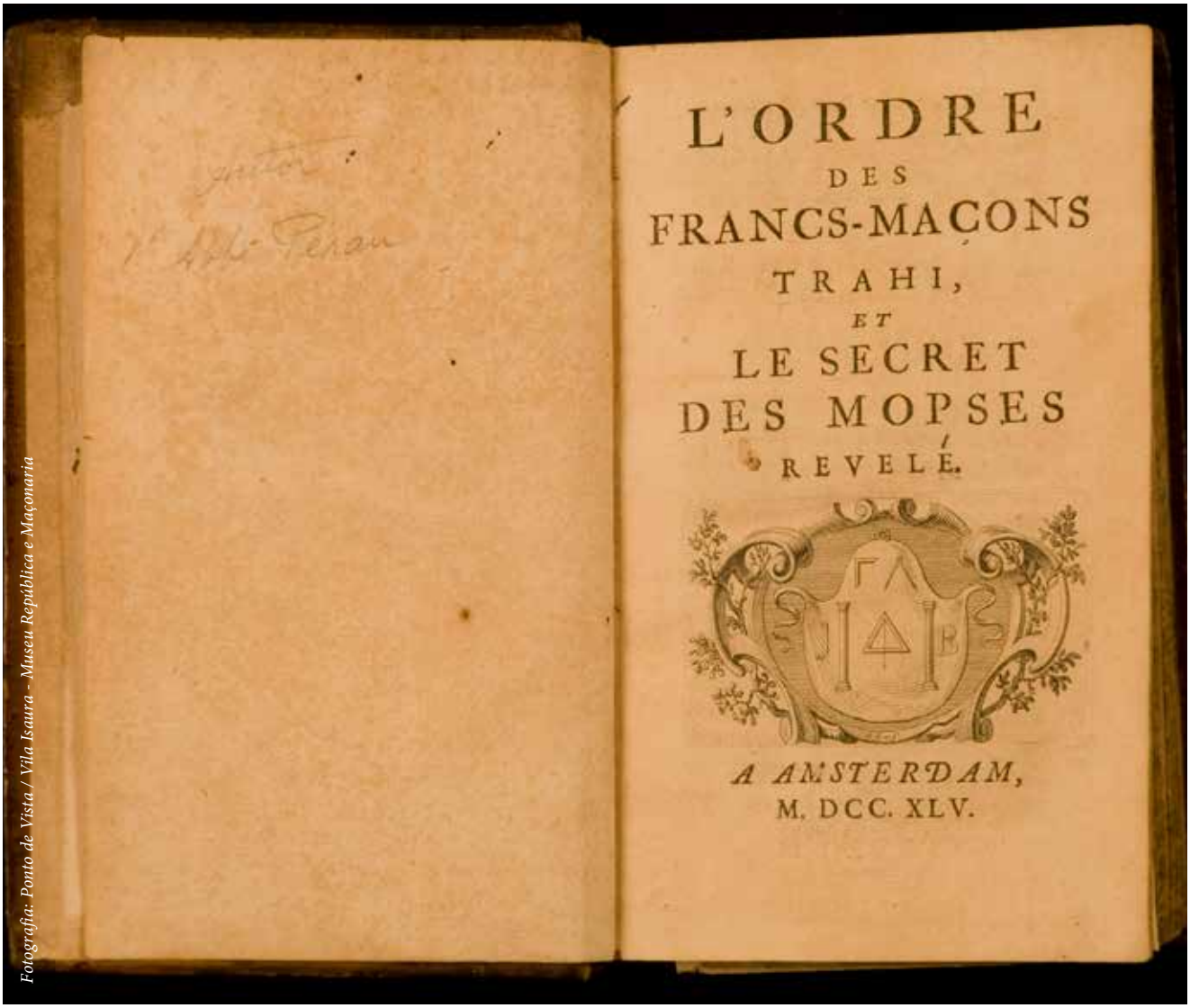
DA GÉNESE À REVOLUÇÃO LIBERAL

Na realidade, os ideais da filosofia das Luzes e a contestação de alguns dogmas e verdades tidas como suporte não apenas da religião, mas também da moral, da ciência ou até da política e da organização do Estado, serviram de rastilho à génese do anti-maçonismo, alimentado pelo clero ultramontano. Esquecia-se a Igreja que a Enciclopédia se lia nos conventos e Igrejas ou que ali nasciam algumas das primeiras Lojas maçónicas. Ainda assim, era um anti-maçonismo mais derivado de uma visão do mundo alternativa à da Igreja católica, cujos argumentos se afirmavam nas razões religiosas e numa interpretação da Bíblia e da religião na ótica de Roma. Deus teria feito o mundo, logo nenhuma outra força, muito menos humana, poderia competir com Deus nesse desígnio. Mais, o Homem era, pela sua natureza pecadora, um ser imperfeito que não poderia competir em tal ambição. Para mais, era a certeza de que "os Franc-Massões, pois, como filhos dos Templarios, herdaraõ o seu ódio á Religião e aos Thronos, e seguiraõ em suas Juntas Secretas, perpetuando esses mesmos projectos de vingança (...)".[1] Era o tempo do *The sufferings of John Coustos for free-massaonry and for his reffufing to turn Roman Catholic in the Inquisition at Lisbon*. Era o tempo da perseguição aos primeiros maçons, onde predominava o desafio à fé católica, mais do que a quaisquer propostas políticas, sociais ou morais.

Em finais do século XVIII o anti-maçonismo muda as suas razões, ainda que não totalmente. O exclusivo da oposição à Maçonaria deixa de ter por base as razões religiosas e emergem as razões políticas. Na verdade, até essa altura, era também frequentemente a Maçonaria comparada ao Diabo. Se a ordem estabelecida correspondia a Deus, naturalmente a sua contestação pertencia ao inferno e ao Diabo. É uma característica do período pós-século XVIII onde ao Diabo é concedida a possibilidade de intervir no nosso mundo, ainda que limitado às coisas do pensamento. Mais ainda, com a Revolução Francesa e com o advento da Revolução Industrial, tudo o que se opusesse às teorias da igreja deixaram de depender exclusivamente da esfera da igreja. Daí também a mutação do discurso anti-maçónico. A oposição da Maçonaria ao poder absoluto do rei, a defesa da Separação de Poderes e a defesa da existência de uma Constituição que garantisse a igualdade perante a Lei, criava um exército de aguerridos opositores, numa mistura de defensores do Antigo Regime com uma Igreja ultramontana, algo que ultrapassa as invasões francesas e a guerra civil entre liberais e absolutistas, conhecendo posteriormente uma pausa com a paz de Évora Monte em 1834.

São então frequentes os folhetos e publicações contra a Maçonaria, oriundas de uma parte da Igreja ou de algumas autoridades do País. Razões, de facto, não havia. Apenas a ideia de que a existência de uma Constituição punha em causa o poder absoluto do Rei, discricionário nos seus atos, aleatório no sentido das suas decisões, sujeito a uma estrutura ideológica desajusta com os tempos da Revolução Industrial que se anunciava. Aliás, as razões reduziam-se ao facto de "os pedreiros livres e iluminados que mais propriamente se deviam denominar os tenebrosos, de cujas seitas se tem formado o pestilencial a que se chama jacobinismo".[2] De facto, as razões inscritas neste folheto anónimo, citado na *História da Revolução Portuguesa*, são meramente estruturais e ideológicas, não quaisquer causas em concreto, quando se escreve que "note-se que a revolução liberal representou a concretização

[1] *História certa da seita dos Franc-Massões*, Lisboa, Typografia Rollandiana, 1817, p. 30;
[2] ARRIAGA, José, *História da Revolução Portuguesa de 1820*, vol. I, Porto, Ed. Lopes & Cª Editores, 1880, p. 542.



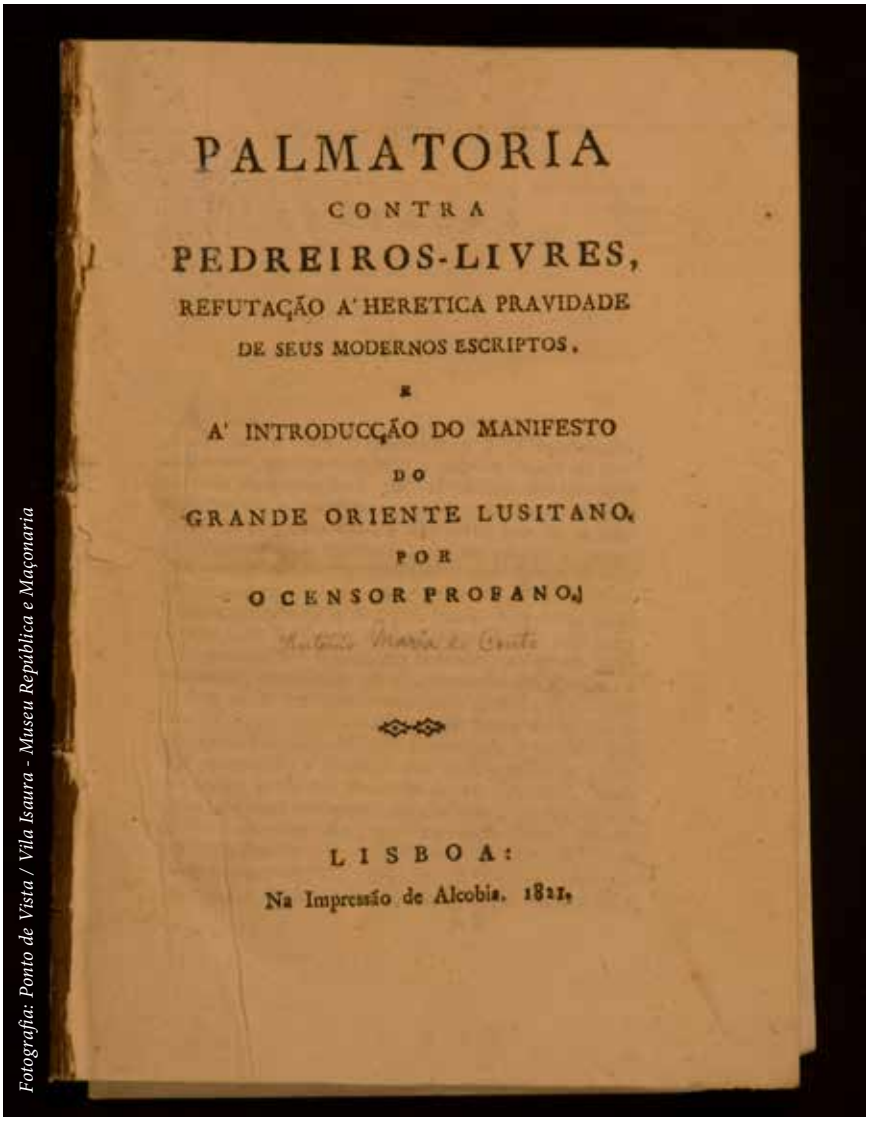
Fotografia: Ponto de Vista / Vila Isaura - Museu República e Maçonaria

dos anseios de uma burguesia em ascensão, descontente com os passos políticos do reino e que via perigar os seus interesses, especialmente nos negócios com o Brasil, e representou igualmente a afirmação de um grupo de intelectuais influenciados pelas ideias que estiveram presentes na Revolução Francesa ou que presidiam às instituições políticas inglesas. A única exceção é escrita em 1822 quando, a propósito das razões do anti-maçonismo, "(...) póde ser, que alguns homens, que por incapazes não fossem admitidos, fossem expulsos por indignos, tenhão excitado a cólera em alguns ânimos. Isso mesmo era reconhecido em 1817 quando se reconhecia que entre os escritos apreendidos "(...) tão diversos (...) sobre a Sociedade dos Franc-Massões, vulgarmente conhecidos por Pedreiros-Livres, sem que entre eles tenha aparecido algum, que dê huma idéa ou notícia exacta do seu Instituto, Segredo e Juramento; assim como do modo porque se escrevem, dos signaes que usão, e das cerimonias com que são recebidos (...)".[3] todos aquelles, que se alistão nesta Confraria (...)".[4] Era assim já desde Pombal e prolongou-se com Dª Maria II e D. João VI.

A REVOLUÇÃO LIBERAL E A EXISTÊNCIA DE UMA CONSTITUIÇÃO

No continente, a revolução liberal eclodiu e triunfou no Porto a 24 de Agosto de 1820, à qual não foi alheia a Maçonaria. À revolta do Porto seguiram-se insurreições em vários pontos do país, nomeadamente em Lisboa, onde o movimento revolucionário ocorreu em 15 de Setembro desse ano. Sob o ponto de vista político, foram mais importantes as sementes lançadas à terra que as concretizações de facto. Para além de uma Constituição, contestada pela Igreja e pelos defensores do poder absoluto, o novo ambiente

3 *Cathecismo dos Pedreiros-Livres, Lisboa*, Ed. Tipografia Maigrense, 1822, p. XV;
4 *Nova sentinela contra frac-massões,* Lisboa, Ed. Impressão Régia, 1817, prólogo;


PALMATORIA
CONTRA
PEDREIROS-LIVRES,
REFUTAÇÃO A' HERETICA PRAVIDADE
DE SEUS MODERNOS ESCRIPTOS,
E
A' INTRODUCÇÃO DO MANIFESTO
DO
GRANDE ORIENTE LUSITANO,
POR
O CENSOR PROFANO.
LISBOA:
Na Impressão de Alcobia. 1821.

Fotografia: Ponto de Vista / Vila Isaura - Museu República e Maçonaria

político e social traduzia um idealismo nem sempre compreendido ou aceite pelo conjunto da sociedade. Francisco Machado Faria e Maia resume-nos esta realidade ao afirmar que "(...) durante três anos êste pequeno grupo de revolucionários filósofos e crentes conseguiu impôr teóricamente as suas leis à nação e ao rei; mas, como sucede com todos os que muito sonham, alhearam-se da realidade e, imaginando que as suas reformas tinham o poder mágico de transformar hábitos, de desfazer preconceitos, de esclarecer consciências, inabilmente feriram orgulhos, interesses; levantaram contra si os ódios de todos os privilegiados, sem nenhuma contemporização ou excepção. Não se lembraram de que a antipatia, o ódio das classes elevadas só seria inofensivo, se as novas reformas nascessem, não das lucubrações pessoais dos seus cérebros de filósofos, mas de aspirações colectivas duma nação illustrada. Alhearam-se de todo do estado mental da nação e do espírito conservador que predominava nas classes elevadas da Europa, ainda mal feridas pelo embate rude da Revolução Francesa; esqueceram-se do domínio e prestígio tradicional de Instituições e hábitos seculares (...). A obra legislativa das nossas primeiras cortes constitucionais derrubava totalmente o antigo edificio social (...) e abria novos horizontes à economia nacional, abolindo os dízimos, os senhorios, os canonicatos, as prelaturas, os benefícios eclesiásticos, chamando ao fundo Nacional os bens da Coroa e das ordens religiosas (...)".[5]

A partir do início de 1823 cresce o movimento anti-liberal, unindo os partidários de um regime de força centrado na figura do rei, uma fação conservadora do clero português, que acusava a Maçonaria de querer destruir a religião, e ainda os opositores da existência de uma Constituição, onde emergiam as figuras de Frei Fortunato de S. Boaventura e do padre José Agostinho de Macedo, que chegava mesmo ao ponto de querer negar aos maçons a condição de portugueses.

A Igreja mais conservadora nunca aceitou bem a ideia de uma Constituição. Logo após a Revolução de 1820, com os ânimos ainda quentes, José Agostinho de Macedo afirmava que o "(...) reino chegou á borda do ultimo precipicio, he preciso salvallo, e a sua salvaçaõ está em huma nova ordem politica (...) e esta so póde nascer da vontade expressa da totalidade da Naçaõ (...)", defendendo neste contexto a existência de uma Constituição "(...) a qual sem diminuir a Vossa Real Dignidade (dirigindo-se a D. João VI), marque os limites do vosso poder (...)".[6] Nem parece o mesmo Agostinho de Macedo quando, poucos anos mais tarde, fala do tão desejado D. Miguel, tece elogios a Pio VII e clama contra a imposição de uma Constituição por parte de D. Pedro, a quem chama de resto de monarca estrangeiro. Nessa altura considera que a simples existência de uma Constituição era um escândalo contrário aos costumes do

[5] MAIA, Francisco de Ataíde Machado Faria e, *Um Deportado da Amazona – monografia histórica da época liberal nos Açores (1810 – 1834)*, 2ª edição, Ponta Delgada, s. ed., 1931, pp. 26 e 27;

[6] MACEDO, José Agostinho de, *Consideraçoes politicas sobre o estado de Decadencia de Portugal e absoluta necessidade do seu remedio trazido pela nova ordem do Presente Governo Supremo*, Lisboa, Impressão Regia, 1820, p. 5

país, costumes esses que designa de "Contrato Verdadeiramente Nacional", talvez por contraponto ao Contrato Social de Rousseau. Opõe-se à submissão da Igreja a uma lei nacional, porque a Igreja é universal e a lei não, para além desta ser falível por ser feita pelos homens. Macedo chega a editar uma obra chamada *Mania das Constituições* onde afirma que uma Constituição é algo de desnecessário porque a Nação sempre existiu, logo a sua existência era a prova de que era desnecessária uma Lei nacional. Além disso, diz Macedo, a existência de uma Constituição potenciava o perigo do povo soberano "abolir a sua Lei, ordenar o que Deos prohibe, e prohibir o que Deos ordena",[7] chegando igualmente a designar de "criminosa" a liberdade civil e religiosa. Além do mais, afirmava a existência de uma Constituição era perpetuar a Revolução de 1820. Além do mais porque quem a redigia eram os "appostolos da igualdade, (...) republicanos exaltados e niveladores do mundo fazendo todos iguaes diante da lei".[8] Numa proclamação, pregada numa das igrejas de Estremoz, lia-se que "(...) temos entendido que os pedreiros querem perder o mundo inteiro, pois como eles teem a alma perdida entregue ao diabo, assim querem que os mais se percam; pois nós não os tememos, porque eles querem constituição, não a havemos de jurar, pois estamos prontos para derramar o sangue por D. Miguel infante e em favor da religião até ao ultimo instante da vida, pois a lei de Deus é que nos governa melhor (...)". [9] Na *Refutação da Constituição dos Insurgentes*, de 1823, o autor, anónimo, manifesta-se contra a ideia de Soberania expressa na Constituição, dizendo ser ela um engano dos povos, escrevendo contra a divisão de poderes e contra o que diz serem as heresias dos pedreiros livres, causa das desgraças públicas então vividas. Ao autor repugna que "*(...) haja poder que mande executar as suas leis ao Rei (...)*",[10] pelo facto de o rei constituir a autoridade suprema, tendo apenas Deus acima dele. É uma nova fase, em que se deixa de invocar argumentos exclusivamente religiosos, para defender a ordem política recorrendo ao passado e à tradição. Mais, o autor considera que a Liberdade, expressa na Constituição, é um conceito falso, tal como a Igualdade, por esta ser contrária à ordem natural das coisas. Tudo na natureza é desigual, desde os dedos de uma mão até aos homens e às árvores, logo a desigualdade é, em seu entender, indispensável à sociedade, tal como o que designa de "virtudes naturais", que também são desiguais entre os homens.

José Agostinho de Macedo, tal como outros membros do clero mais conservador, defendiam a ordenação social do Antigo Regime, manifestando-se contra a eleição de representantes indiferenciados pela sua origem social, no que afirmavam constituir uma subversão e espoliação. Defensor acérrimo do dogma, acusava D. Pedro de promover o ateísmo, ao mesmo tempo que considerava D. Miguel como restaurador de virtudes e sublinhava os seus direitos, chegando ao ponto de afirmar que "(...) Vossa Magestade nascêo para reinar, e antes, senhor morrer ás maõs da iniquidade, do que arrastar os duros ferros, que a maçonaria nos tem preparado".[11]

Para as forças mais conservadoras o perigo maçónico não estava na organização formal ou ritualista, mas sim no espírito maçónico de tolerância e de convívio social e religioso. Um argumento curiosamente igual ao que é hoje invocado, não os rituais ou o formalismo das reuniões, mas antes o seu espírito fraterno ou a elevação que a prática implica. Todo este ambiente gerou uma onda de repressão sobre a Maçonaria, que teve início com a proclamação de D. Miguel contra os "infames maçons", aligeirada apenas entre Março de 1826, data do falecimento de D. João VI, e Fevereiro de 1828, quando do regresso de D. Miguel. Data desta altura uma célebre proclamação onde, sob o título "vivas e morras" se escrevia:- "(...) viva a Santa Religião Catholica Apostolica Romana! Viva El-Rey Nosso Senhor o Senhor D. Miguel I! Morram os Malhados e os Pedreiros-Livres (...)".[12] Este grito surgia na senda de um edital contra os pedreiros livres aparecido em Estremoz e onde se podia ler que "temos entendido que os pedreiros querem perder o mundo inteiro, pois como elles têm a alma perdida entregue ao diabo, assim querem que os mais se percam; pois nós não os tememos, porque elles querem constituição, não a havemos de jurar, pois estamos promptos para derramar o sangue pelo D. Miguel infante e em favor da religião até ao ultimo instante da vida, pois a lei de Deus é que nos governa melhor. (...) Morra a pedreirada toda (...), vivam todos quantos são pelo infante e pela religião (...)".[13] Ontem, tal como hoje, argumentos de facto, não havia.

Após a paz de Évora-Monte a Maçonaria foi uma força estruturante do regime liberal. No entanto,

---

7 MACEDO, José Agostinho de, *D. Miguel I obra a mais completa e concludente sobre a legitimidade e inauferiveis direitos do Senhor D. Miguel I ao throno de Portugal*, Lisboa, Impressão Régia, 1829, p. 32.

8 MACEDO, José Agostinho de, *D. Miguel I obra a mais completa e concludente sobre a legitimidade e inauferiveis direitos do Senhor D. Miguel I ao throno de Portugal*, Lisboa, Impressão Régia, 1829, p. 76.

9 *Fundo Myriel – Achegas para a História da Maçonaria em Portugal*, vol. 1, s. dt., Arquivo do Grande Oriente Lusitano;

10 *Refutação da Constituição dos insurgentes*, Lisboa, Typografia de Simão Thaddeo Ferreira, 1823, p. 4.

11 MACEDO, José Agostinho de, D. Miguel I obra a mais completa e concludente sobre a legitimidade e inauferiveis direitos do Senhor D. Miguel I ao throno de Portugal, Lisboa, Impressão Régia, 1829, pp. 92 e 93.

12 *Vivas e Morras in O Conimbricense*, nº 5111 – 49º ano, de 22 de Setembro de 1896, Coimbra, 1896, p.1;

13 *Proclamação Miguelista in O Conimbricense*, nº 5291 – 51º ano, de 30 de Julho de 1898, Coimbra, 1898, p. 1.

à medida que caminhamos em direção ao final do século XIX, e com particular ênfase a partir da década de oitenta, assistimos por um lado a um clima anticlerical que cresce na mesma proporção do republicanismo e, por outro, ao ressurgimento do miguelismo, visível na criação de alguns grémios defensores dos direitos à coroa por parte dos descendentes de D. Miguel e de que o Grémio Legitimista de Coimbra é um dos mais ativos. Ainda assim, em finais do século XIX, parte em consequência do Concílio Vaticano I, parte derivado do confronto com as doutrinas positivistas, parte ainda consequência dos movimentos operários, assiste-se ao retorno do combate ao ateísmo, ao racionalismo e, principalmente, à Maçonaria. Léo Taxil afirma mesmo que as Lojas maçónicas são uma cobertura de Satanás preparando a sua chegada. A associação da Maçonaria ao espiritismo, muito em voga nessa época, e a Separação da Igreja do Estado, defendida por Emile Combes e que em Portugal se prolonga até à assinatura da Concordata já pelo Estado Novo, também não ajudaram. Faz caminho então a ideia de destruição da religião.

DA REPÚBLICA AO 28 DE MAIO

O antimaçonismo aparece redobrado após a República. Para os republicanos, a República surge como "o fim da História", o último período do liberalismo inaugurado pela Revolução Francesa. Seculariza o providencialismo teológico substituindo-o por um humanismo fundado num determinismo de base científica, mas dotado de um sentido nacionalista e patriótico com vista a redimir a Pátria. Daqui decorre uma dimensão ética assente num conjunto de pressupostos, fundada no científico, no natural e no positivo, que tem a ver com a evolução dos costumes. Assenta sobre a participação cívica e a energia de cada um, perseguindo um ideal altruísta e de solidariedade, preconizando um modelo associativo de sociedade que simultaneamente evitava cair no socialismo e no anarquismo. É também uma moral que procura substituir o culto de Deus pelo culto da Pátria e da humanidade, únicos cultos de carácter público renegando todos os outros para a esfera do privado, uma das razões de choque com o tradicionalismo católico. Há que lembrar também que o Partido Republicano, visto por ele mesmo como o partido de todos os portugueses, necessitava do Estado e da escola laica para se implantar, preocupando-se em separar o Estado da Igreja sendo, por isso e pelos alinhamentos políticos da própria Igreja, mais anticatólico que tolerante. Por tudo isto, os republicanos tenderão a cometer ao Estado a formação moral e cívica dos cidadãos, feita de forma científica, positiva e racionalista. O papel da escola e do professor primário, que tende a substituir o papel do pároco local, tem por objetivo formar o homem laico e republicano, não manipulável pela religião. Para os republicanos, havia que fazer um Homem novo através da escola e para a nova nação republicana. Naturalmente que isto implica um choque com a Igreja católica, à época conservadora e desconfiada do progresso, obediente à *Humanun Genus* de Leão XIII, de 1844, à bula *Syllabus*, de Pio XII em 1964, ou ao Concílio Vaticano I de 1870, opositores da escola laica e do Estado também laico.

«Por isso Deus, justamente irritado, os abandona, em castigo da sua soberba, a si mesmos, fazendo-os cair nas maiores aberrações (...)»

Ecos do Norte, 1918, Ribeira Grande

Começa então uma nova fase de contestação do Estado republicano, anti-maçónica porque a Maçonaria se identificava com a República. Dizia o jornal *Monarchia e Republica*: "deve-se admitir o governo como uma necessidade, e, principalmente, deve-se escolher aquele que seja mais conveniente, proveitoso e benéfico e qual a forma que este terá. Posto que todos os generos de governo tenham melhorado nos ultimos tempos, o governo monarchico parece ter dado os passos mais largos para realizar a aspiração de todos os que desejam o bem estar social. A Monarchia é mais susceptível da ordem, do methodo e da constancia, ao passo que a Republica converte a ordem em desordem, o methodo em embrulhada, a constancia em leviandade. (...) Uma Monarchia bem administrada é a melhor das instituições porque se deve reger um paiz. E havendo-a, escusado é ir buscar outros termos de governo (...) ".[14]

Na base deste debate, iniciado ainda antes da República, está a participação da Igreja em atos civis, como a assistência hospitalar e o ensino, mas está também o terreno que o republicanismo e a laicização da sociedade vinha ganhando. A verdade é que a imprensa católica se assume claramente como monárquica e antirepublicana. "Se esta phantasia fôsse uma realidade, o que sucederia em seguida? A republica vermelha e jacobina do sr. Afonso Costa, o socialismo metaphisico do sr. Sebastião Lima, , a democracia e bondosa do sr. Bernardino, o

[14] *Monarchia e Republica in A Semana*, nº 50, 16 de Julho de 1910, Ribeira Grande, 1910;

romantismo revolucionário do sr. António José de Almeida? (...)".[15]

A razão "divorciada de Deus, deu ao espirito humano a tyrania do livre-pensamento (...) Deus é o principio e o termo de todas as sciencias. Prestar, pois, culto á sciencia, renegando o seu principio, não é proprio do verdadeiro sabio (...). Por isso Deus, justamente irritado, os abandona, em castigo da sua soberba, a si mesmos, fazendo-os cair nas maiores aberrações (...)".[16]. Ainda a propósito da Lei de Separação do Estado das Igrejas o *Ecos do Norte*, pela escrita do padre Manuel Dâmaso, traduz bem algum do pensamento antimaçónico então existente, ao poder-se ler que "(...) Os do Grémio Lusitano acabam de lançar ao paiz um manifesto, defendendo o que chamam as suas conquistas liberaes. Não querem as associações religiosas, mas trabalham por difundir e disseminar no paiz maior numero de lojas e triangulos. (...) Querem a Lei da Separação das Egrejas do Estado mantida e respeitada, não como uma obra de pacificação religiosa, mas como um meio mais eficaz para destruir o Catolicismo em duas gerações. Não querem o ensino religioso nas escolas, mas substituem-no pelo culto da arvore, da bandeira, da Patria, que são coisas vãs sem a ideia sublime de Deus. (...) Parte de muitos anos, infelizmente a funesta e nefasta propaganda do livre-pensamento em Portugal, cujo fim tem sido sempre o deschristianizar todas as instituições sociaes e politicas. O mais fundo golpe nas nossas tradições religiosas e políticas foi dado pelo liberalismo. Nascido da teoria revolucionária de 1793, o liberalismo levou-nos à exulta e criminosa condescendência, respeito mesmo, para com o erro".[17]

Cada época é marcada por ideias cuja afirmação, para não dizer exacerbação, é consequência de uma espiral de argumentação verbal, mais ou menos racional. Uma pastoral dos bispos portugueses, com data de 1917, comentada pela Loja Elias Garcia, de Lisboa, ia ao ponto de afirmar que "os bons cidadãos, entre todos e acima de todos, são os verdadeiros católicos", ao mesmo tempo que reafirmava antigas teses monárquicas de que "toda a autoridade provém de Deus".[18] Este ambiente conhece um crescendo até 1926, com uma ligeira quebra durante o consulado de Sidónio Pais, mesmo que se tenha de recorrer ao engano e à demagogia, especialmente dirigidos às populações rurais. No Minho ou em Trás-os-Montes as populações juntavam-se para defender as igrejas, já que "os da República" iriam lá tirar a coroa de Nossa Senhora ou o dinheiro que houvesse na igreja. A República era o regime dos ateus e dos "pedreiros-livres", [19] constantemente referida como sendo um regime de usurpação contra a ordem natural divina. É, no entanto, verdade que a República e boa parte da Maçonaria, ao transformarem a questão das relações do Estado com a Igreja Católica numa questão religiosa, ao mesmo tempo que hostilizavam e até vexavam a instituição em si, motivavam ao agrupar em torno desta de todas as forças conservadoras e defensoras de regimes de força. Se é certo que o radicalismo republicano e maçónico retirou poder à Igreja, por vezes incompatível com o ideário republicano, também motivou um cerrar de fileiras das forças conservadoras que serviu contra a República e em favor da Ditadura.

«Os do Grémio Lusitano acabam de lançar ao paiz um manifesto, defendendo o que chamam as suas conquistas liberaes.»

Ecos do Norte,
1918, Ribeira Grande

Já então os ataques à Maçonaria não se restringiam à Igreja, mas tornaram-se particularmente violentos também por parte de diversas forças políticas, especialmente após a I Guerra Mundial, num contexto de crescimento de doutrinas totalitárias. A. H. de Oliveira Marques considera que a motivação oficial para o combate à Maçonaria assentava em três razões: a acusação de "querer substituir a civilização cristã pela civilização maçónica", a de aspirar ao "domínio do Estado" e, por fim, de "possuir uma organização exagerada e perigosamente internacionalista".[20] É igualmente A. H. de Oliveira Marques quem nos lembra que "embora destituídas de fundamento, acusações como estas calavam fundo em grande parte da opinião pública de direita

15 *Futura (A) República in A Ilha Terceira*, nº 84, ano 2, 28 de Agosto de 1907, Angra do Heroísmo, 1907, p. 1.

16 *Ecos do Norte*, 2ª série nº 80, 2 de Fevereiro de 1918, Ribeira Grande, 1918.

17 *Conquistas liberaes in Ecos do Norte*, 2ª série nº 108, 17 de Agosto de 1918, Ribeira Grande, 1918;

18 *Publicações várias (miscelânea)*, Biblioteca do Grande Oriente Lusitano;

19 MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Monárquicos contra a República – as "boas razões" para uma rebelião permanente in República e Republicanismo*, coord. Maria Fernanda Rollo e António Rafael Amaro, Lisboa, Ed. Caleidoscópio, 2015, p. 431 e 432;

20 MARQUES, A. H. de Oliveira, "História da Maçonaria em Portugal" *in Revista de Maçonaria*, nº 1, novembro 2020, dir. Fernando Marques da Costa, Lisboa, 2020, p. 14;

e, mediante comparticipação do clero, difundiam-se por todo o país, atingindo as mais remotas aldeias".[21] Por seu turno, na imprensa católica e integralista escrevia-se que "para a Maçonaria a República não é um fim, é apenas um meio para descristianizar a nação e um primeiro passo para isso é a sua descatolização, isto é a separação da Igreja e do Estado",[22] ou seja, ainda estava na memória a Lei da Separação do Estado das Igrejas, mas facilmente se resvalava para a demagogia ou, no mínimo para a inverdade. *O Jornal de Lafões* lembrava então que "a Maçonaria possui também um livro negro onde escreve os nomes dos profanos que atacarem ou afrontarem o Grande Oriente, as Lojas ou os Obreiros do Círculo".[23] No Congresso Mariano, realizado nos dias da Revolução do 28 de Maio, escrevia-se no jornal *A Defesa*: "abaixo a ditadura jacobina! (...) a mais descarada e a mais anónima das ditaduras tem sido aquela que, há dezasseis anos, vem sendo exercida contra a consciência católica, pelas chafaricas livres pensadeiras, a cuja tirania irresponsável se têm submetido até hoje todos os governos". [24] Por seu lado, no *Novidades*, na sua edição de 12 de junho de 1926, pedia-se ação "contra os manejos secretos das seitas tenebrosas, cuja causa aflora a cada canto", e contra a "tirania jacobina, que nos degrada enquanto Estado, e nos envergonha enquanto nação".[25]

Se o advento da República fez emergir novas forças, fez também retornar alguns monárquicos de aceso conservadorismo, defensores de uma religião e de um sistema político nada de acordo com as ideias da Liberdade e do Livre Pensamento. No início do século XX são eles que dão força ao Integralismo e às soluções de força organizadas em torno do Estado Novo, num discurso que é reorganizado e atualizado. Dizia Magalhães Lima, em 1923, que "(...) a luta entre a liberdade e a reacção é secular. A favor da primeira empreguei todo o meu vigor físico e o meu melhor esforço moral. Não estou arrependido. Neste sentido dirigi a minha vida política, tendo sempre em vista servir os interesses dos que trabalham, dos que sofrem e dos que são explorados (...)".[26]

«No Minho ou em Trás-os-Montes as populações juntavam-se para defender as igrejas, já que "os da República" iriam lá tirar a coroa de Nossa Senhora ou o dinheiro que houvesse na igreja.»

in Monárquicos contra a República
Joaquim Romero Magalhães,

DE 1926 A 1935

O integralismo vai exercer uma forte influência intelectual sobre o regime saído da revolta do 28 de Maio de 1926 e justificar o ódio deste à Maçonaria, ao socialismo ou ao comunismo. Aliás, a Maçonaria, que desde essa data se vai confrontar com um crescente ambiente anti-maçónico, era considerada a principal adversária dos integralistas, não apenas pela sua ligação à República, mas também pelo confronto que proporcionava a ancestralidade das suas raízes doutrinarias, fundadas no Iluminismo e nos valores da Revolução Francesa, o que se opunha a uma imaginária tradição de uma sociedade orgânica que o liberalismo havia destruído. Por isso também a teorização de que a democracia era uma forma social inferior e a defesa de um conceito elitista, totalmente oposto aos ideais da Revolução Francesa, que só poderia ter tradução na monarquia. Aliás, sobre a Revolução Francesa, Alberto Monsaraz é claro ao afirmar ser ela a origem do descalabro dos tempos então vividos.

No folheto monárquico *A Mocidade*, em 1926, podia ler-se um apelo ao combate à Maçonaria, expresso nos seguintes termos: - "iniciaremos a campanha do Renascimento pelo combate à Maçonaria. (...) A unidade espiritual da Pátria, a comunhão sagrada dos mortos e dos vivos, irmanados pela mesma disciplina religiosa, foi a Maçonaria que a comprometeu, pelo culto sacrílego da Humanidade que eleva o Homem

---

21 MARQUES, A. H. de Oliveira, "História da Maçonaria em Portugal" *in Revista de Maçonaria*, nº 1, novembro 2020, dir. Fernando Marques da Costa, Lisboa, 2020, p. 15;

22 CARVALHO, António Carlos, *Para a História da Maçonaria em Portugal 1913-1935*, 2ª edição, Lisboa, Ed. Vega, 1993, p. 164;

23 CARVALHO, David Luna de, *Os levantes da República (1910-1917) – resistências à laicização e movimentos populares de repertório tradicional na 1ª República*, Lisboa, Edições Afrontamento, 2011, p. 230;

24 MADUREIRA, Arnaldo, *A Igreja Católica na origem do Estado Novo*, Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 2006, p. 56;

25 MADUREIRA, Arnaldo, *A Igreja Católica na origem do Estado Novo*, Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 2006, p. 56;

26 *Cartas, comunicações e documentos vários*, mensagem do Grão-Mestre à Grande Dieta, Lisboa, 21 de Março de 1923. Biblioteca do Grande Oriente Lusitano.

acima de Deus. A devoção pela nossa terra foi a Maçonaria que a corrompeu, em nome de ideologias nefastas e imbecis, pregando uma fraternidade universal que nega o dever militar e o nobre encargo de servir. Os princípios da Autoridade e da Ordem foi a Maçonaria que os destruiu, instaurando no país o Liberalismo. (...) Chegou a hora da batalha, da ofensiva, que nos hão-de libertar do pesadelo em que temos vivido estes cem anos. Mocidade de Portugal: às armas contra a Maçonaria! (...). [27] A demagogia poderia ser mais ou menos exacerbada e chegarmos à acusação a Maçonaria de ser a "ruína da nossa Raça" e causadora da "dissolução da sociedade portuguesa". A manipulação ideológica podia chegar ao escrito no jornal *Revolução* sob o título "A Maçonaria, inimiga dos trabalhadores", com semelhanças a alguns discursos protagonizados por alguns sindicatos do Estado Novo: - "a Maçonaria, costuma arvorar-se em defensora da liberdade e libertadora do Povo. E com essas cantatas conseguiu ludibriar as massas operárias durante mais de cem anos. Mas os operários de hoje, possuem já a suficiente cultura, para poderem repudiar energicamente essa protecção da Maçonaria, que pretende apenas servir-se dos trabalhadores para servir as grandes empresas que dão de comer aos grandes dignitários dessa seita. (...)". [28]

É neste ambiente anti-maçónico que se inserem os assaltos às sedes maçónicas. Se os mais sonantes foram os que ocorreram no Palácio Maçónico, em Lisboa, a verdade é que esses assaltos se estenderam a Coimbra, ao Porto ou a Luanda. Quando do assalto, em abril de 1929, o Grande Oriente ainda não se tinha refeito materialmente do assalto ocorrido durante o período sidonista. Uma força policial irrompeu pelo Palácio, lacrando portas e estabelecendo a obrigatoriedade de um número máximo de maçons presentes e de uma comunicação prévia às autoridades de quaisquer reuniões. [29] Reaberto em fevereiro de 1930 sob fortes condicionantes, o que motivou alguns protestos das Lojas, voltaria a ser de novo encerrado e assaltado.

O ESTADO NOVO

Se é certo que a imprensa antimaçónica sempre existiu, ela ganhou particular fôlego à boleia dos apoiantes da Ditadura, com um particular crescendo a partir de 1931, com os anos de 1933 e 1935 a revelarem-se como pontos altos. Se em 1931 se teciam comentários sobre a Maçonaria em artigos de opinião, em 1933 publicavam-se os nomes de maçons e respetivas funções, nomes simbólicos e localidades ou documentos internos das Lojas como se de uma denúncia fosse e, em 1935 com *A Voz*, por exemplo, a dedicar à Maçonaria pelo menos um artigo num ritmo quase diário ajudando assim a criar um ambiente interno tenso.

Em junho de 1930, o Irmão António Gonçalves[30], da Loja Progredior, do Porto, numa das sessões desta Loja e a propósito da caminhada do regime em direção ao Estado Novo pedia que "ponham os olhos em Itália e vejam o reflexo pavoroso que de lá vem. Se essa organização se realiza, perderemos de imediato o direito de nos reunir, seremos perseguidos sem compaixão e então verificarão que os meus receios têm razão de existir". [31] Esta intervenção, em jeito de alerta adivinhava os tempos que se aproximavam e onde a pluralidade de opiniões não teria lugar. Anos mais tarde, Mário de Figueiredo na Assembleia Nacional, a propósito da proibição da Maçonaria, diria que "há que combater as ideologias diferentes da nossa". Há também que acrescentar que desde 1932 vinha sendo produzida legislação cada vez mais restritiva das liberdades individuais. Mais ou menos discretamente, funcionários públicos, militares e todos os que revelassem "oposição aos princípios fundamentais" da ordem vigente, ou não dessem "garantias de cooperar" com o Estado, podiam ser aposentados ou reformados, se a isso tivessem direito, ou simplesmente demitidos. Mais, poderiam ser impedidos de serem contratados para quaisquer cargos públicos, ou nem sequer serem admitidos a concurso. Sentindo diretamente estas medidas restritivas, muitos maçons viram-se privados dos seus empregos por demissão, aposentação ou transferência compulsiva. Salazar, em discurso pronunciado em 30 de julho de 1930, já afirmava que era "imprudente considerar inofensiva, esta singular actividade da Maçonaria Portuguesa (...). O segredo e a obediência e, ainda, a organização hierárquica dos seus graus facilitam por vezes à Maçonaria avultado poder político (...)".[32] Seria a mesma, sempre a mesma argumentação contra a Maçonaria.

Aproximava-se a passos largos a Lei nº 1901, nascida do Projeto Lei nº 2, iniciativa do deputado José Cabral, entregue na mesa da Assembleia Nacional na sessão nº 4 a 19 de Janeiro de 1935,[33] e no qual, não sendo formalmente dirigido especificamente à Maçonaria, se proibia a existência de associações secretas. A Maçonaria era, no dizer

---

27 MARQUES, A. H. de Oliveira, *Ensaios de Maçonaria*, Lisboa, Ed. Quetzal Editores, 1988, p. 80 e 81;

28 *Maçonaria (A), inimiga dos trabalhadores in Revolução*, de 4 de fevereiro de 1933, Lisboa, 1933;

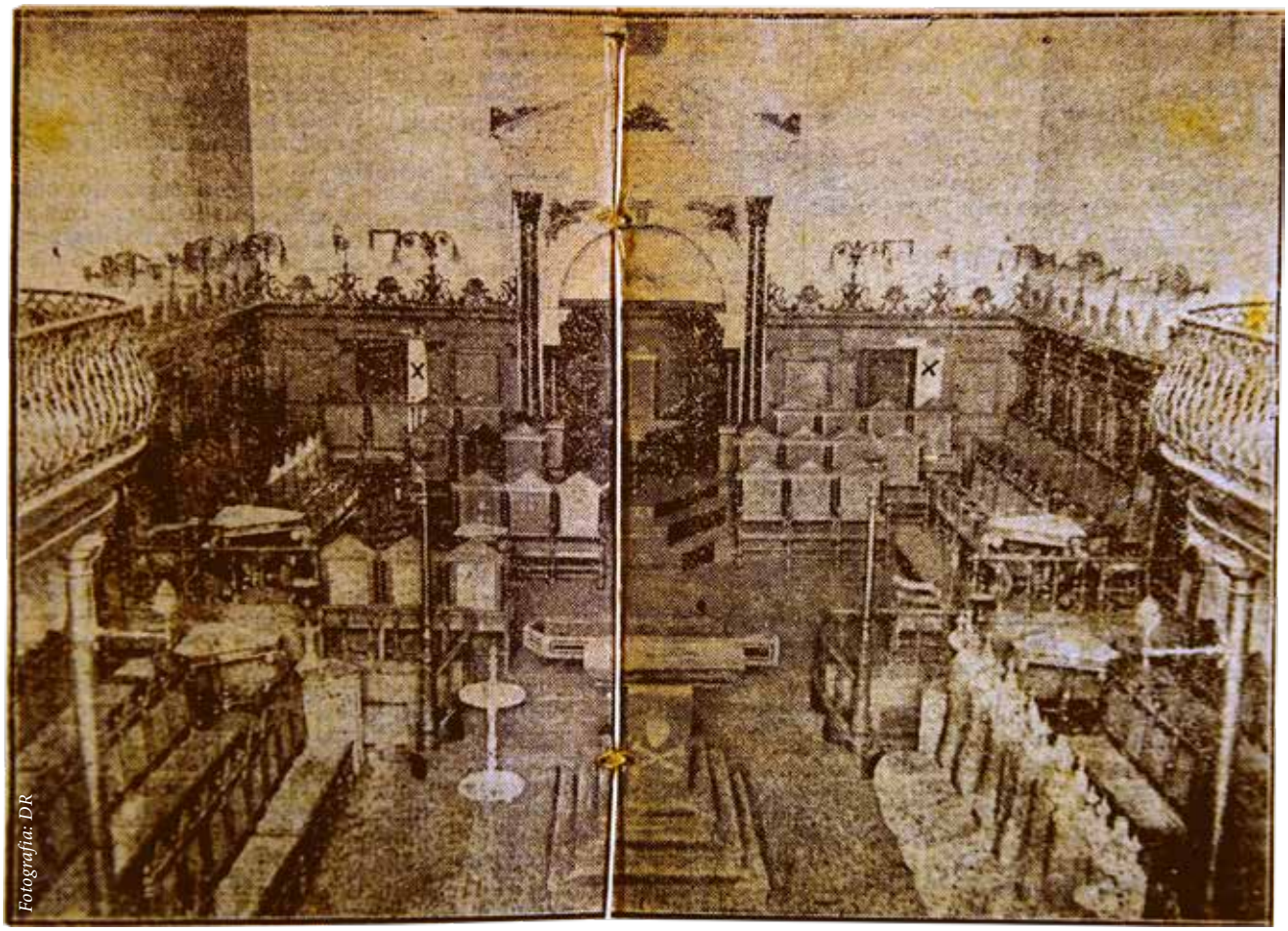
29 *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido*, nº 12, ano de 1930, Ed. Grande Oriente Lusitano Unido, 1930, p. V;

30 Assina na documentação com o nome simbólico de Lénine;

31 *Fundo Maçonaria, Documentos vários*, Arquivo do autor;

32 SANTOS, Manuel Pinto dos, "O estigma social da Maçonaria em Portugal – a propósito de um projeto de lei" *in Revista de Maçonaria*, nº 1, novembro 2020, dir. Fernando Marques da Costa, Lisboa, 2020, pp. 222 e 223;

33 O Projeto Lei de José Cabral viria a ser aprovado a 6 de abril resultando na Lei 1901, de 21 de maio de 1935.

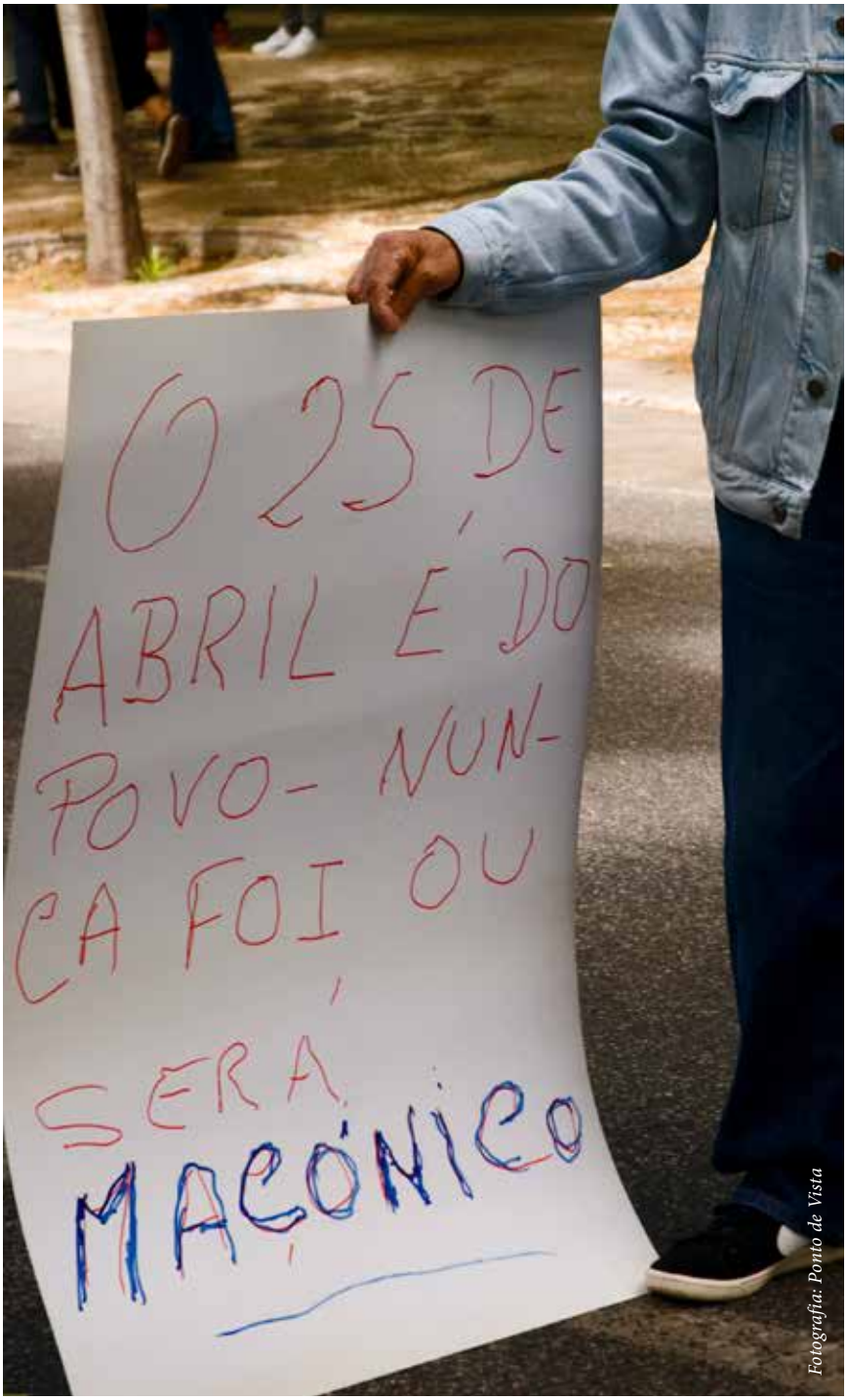


Templo José Estevão em 1935, publicado no jornal «Diário da Manhã»

dessas forças, "exageradamente organizada" e defensora de um "ideal igualitário sem superioridades sociais nem distinção de classes". Na mesma linha e sob o título "Sociedades Secretas", o *Diário da Manhã*, em artigo de Abel Andrade não assinado, afirma que: "o espírito da seita maçónica é o espírito da apostasia dos dois últimos séculos (...). Como organização política anda ligada a todos os movimentos de desordem, anarquia e destruição, que tem ensanguentado as sociedades modernas (...). Ainda há quem acredite, ou finja acreditar, que a Maçonaria só persegue fins beneficentes", acrescentando ainda que: "esta questão das sociedades secretas foi objecto de um estudo exaustivo na Câmara Corporativa (...). Nele se mostra que é falsa a alegação que a Maçonaria não passa de inofensiva associação (...), sendo seu objetivo, segundo este jornal, "destruir a cidade cristã e edificar nos diversos países a cidade maçónica (...)", devendo, por isso, o Estado adotar "meios especiais de vigilância" e "estar a par de todos os manejos subversivos da seita tenebrosa" [34] que, segundo o autor, pretendia impor as suas convicções através da cabala judaica.

Discutido na Câmara Corporativa, esta manifestou a sua concordância com o projeto de José Cabral, através do parecer de Abel Pereira de Andrade, enquanto relator, e com as assinaturas de Domingos Fezas Vital, Afonso de Melo, Gustavo Cordeiro Ramos, José Gabriel Pinto Coelho e do próprio Abel Pereira de Andrade, todos na qualidade de deputados e sublinhando que nenhum cidadão português podia pertencer a associações secretas, que ninguém poderia ocupar um lugar público no aparelho do Estado sem declarar por sua honra que não pertencia ou jamais pertenceria a qualquer associação secreta. Uma discussão que à partida se encontrava viciada e que, pela leitura do Diário das Sessões da Assembleia Nacional se revela cheia de desconhecimento e de preconceitos, onde os deputados vão buscar a Espanha e a Itália a argumentação antimaçónica, ou a períodos anteriores, com informação descontextualizada e não verdadeira. Mais uma vez se escreve que "(...) a Maçonaria pretende substituir a civilização cristã, em que Portugal se constituiu, desenvolveu e felizmente vive, pela civilização maçónica, de ideal igualitário, sem superioridades sociais, nem distinção de classes, baseada no racionalismo ateísta dos materialistas (...). Esta criação das

[34] "Sociedades Secretas" *in Diário da Manhã*, de 5 de abril de 1935, Lisboa, 1935, p. 1 e 4;



Fotografia: Ponto de Vista

Manisfestação em 2021

transformações sociais é o verdadeiro trabalho das lojas (...), a cidade maçónica é a cidade construída pelas ideias novas, sobretudo pelo livre pensamento... (...)", [35] argumentos que encontramos repetidos noutros documentos do regime. O deputado José Cabral chegou mesmo a afirmar, perante a Assembleia Nacional, que: "(...) nós temos uma doutrina e somos uma força – disse Salazar; e, agora, digo eu: nós somos uma força e temos uma doutrina, incompatíveis, dentro das mesmas fronteiras, com a doutrina e com a força da Maçonaria (...)". [36]

A ideia de proibição da Maçonaria insere-se numa visão ideológica mais vasta que poderíamos considerar de "regenerar a alma da Nação". Salazar referiu-se a ela várias vezes e complementa-se com o horror aos partidos e ao sistema parlamentar. Assumia-se que o povo português estava moralmente doente, primeiro contaminado pelas ideias republicanas e da Maçonaria, ou mais ancestralmente da Revolução Francesa e que encontram a sua expressão portuguesa no período do liberalismo, e em segundo lugar pelas ideias oriundas da Revolução Russa e do comunismo em geral, todas elas vistas como um perigo para a ordem, a tradição e, naturalmente, a Igreja. Pinheiro Torres, nas páginas d'*A Voz*, sob o título "O meu voto", refere que: "ninguém defendeu na Assembleia Nacional as associações secretas (...) mas como quero definir bem a minha atitude, e o Regimento da Assembleia expressamente proíbe a declaração de voto, venho dizer que aprovei jubilosamente o projecto de lei (...). Votei-o porque ele representa uma aspiração da consciência pública (...), porque ele significa do espírito cristão, onde a salvação do mundo reside, contra o espírito pagão que a maçonaria promove e propaga. Votei-o porque a Maçonaria tem por alvo principal a Igreja (...). Votei-o porque a Maçonaria envenena as inteligências (...). Votei-o porque a doutrina da Maçonaria, falando numa vaga Humanidade, é afinal inimiga das Pátrias e (...) porque a Maçonaria é o laboratório da Revolução (...). Votei-o porque a Maçonaria é o crime".[37]

PORQUÊ O ANTI-MAÇONISMO HOJE?

Face a este passado, como não existir hoje anti-maçonismo?

A ideia de hoje obrigar os maçons a declarar a sua pertença à Obediência, não é mais de que

[35] *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, nº 91, 11 de Dezembro de 1936, p. 32.
[36] *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, nº 43, 6 de Abril de 1935, pp. 898 e 899.
[37] TORRES, Pinheiro, "O meu voto" *in A Voz*, 6 de maio de 1935, Lisboa, 1935;

o espírito voyeur dos nossos dias, embrulhado com roupagens já repisadas noutros tempos. Senão vejamos:

1. ao argumento da transparência podem contrapor-se todas as outras não declarações, bem mais importantes, que ficam por fazer. E aos que dizem que podemos salvaguardar os nossos rituais, bem lhes podemos dizer que o invólucro sem conteúdo não é nada. É como se pedíssemos à igreja para celebrar as suas cerimónias sem acreditarem nisso. Talvez realizadas por ateus...

2. quando muitos tecem louvores à sua história, separando-a dos tempos atuais, esquecem-se que foi essa história sedimentada em sucessivas camadas que permite hoje afirmar-se enquanto reduto moral (porventura havendo outros) e de salvaguarda dos valores da Liberdade, Igualdade e Fraternidade;

3. há que entender que a Maçonaria não é uma simples associação. Contém um carácter iniciático aceite por todos os seus membros;

4. à argumentação da solidariedade é fácil de contrapor com a pergunta: - então não devemos ser solidários uns com os outros? O dever de fraternidade existe, de facto. Mas em torno de causas justas, não contra a lei. Que ali se discute tudo é verdade. E então não deve ser assim? E se ali se discute antes ou depois de outros fóruns, então só o deveríamos discutir depois? E quando?

5. de secreta a Maçonaria nada tem. Tem uma revista, página na internet, número de contribuinte, morada, telefones, sabe-se quem são os seus dirigentes. Sempre, sempre foi secreta quando a Liberdade estava em perigo. E ainda como resposta a estes e pegando na argumentação de Fernando Pessoa, porque não tornar as reuniões presidenciais, as do Conselho de Ministros ou do Conselho de Administração de uma qualquer empresa totalmente transparentes. Sei que é difícil embarcar nalgum recato, mas é preciso sob pena da devassa geral e da perda da esfera privada;

6. quanto ao argumento de ser "excessivamente organizada", argumento utilizado há trezentos anos atrás, há que perguntar e exigir uma resposta honesta: ficavam mais felizes se fossemos mais desorganizados?

«Há que combater as ideologias diferentes da nossa»

Mário de Figueiredo
Assembleia Nacional

A pertença à Maçonaria é um exercício de liberdade individual aceite por ambas as partes. A Liberdade de Consciência a ela inerente é um direito individual, consagrado na Constituição. O sentido de obediência nada tem a ver com "obedecer". Desde sempre a Maçonaria conheceu diferenças e até divergências. É verdade que a redação da lei não impõe a obrigação. A lei salvaguarda as liberdades religiosas, de consciência e políticas, que não são só as partidárias. Mais ainda, todo o universo dos valores, incluindo a prática maçónica recaí no facultativo. Por isso, o Presidente da República (a quem brindamos em algumas das nossas cerimónias) promulgou a lei sem pedir a sua verificação constitucional.

Resta-nos a pergunta inicial: quais os motivos do anti-maçonismo? Pelos vistos motivos religiosos já não são. A própria Maçonaria dá liberdade religiosa aos seus membros. Será por motivos políticos? Também não, se admitirmos que o maçom considera a Liberdade o seu bem absoluto mais precioso, já não falando da atual legislação da República. E também não o é por motivos morais, sociais ou outros. Igualmente não o é por motivos de secretismo, onde falamos em termos simbólicos e de tradição. Então porquê o anti-maçonismo? Curiosamente os argumentos são os mesmos de José Agostinho de Macedo ou do Estado Novo. E quando se diz que a maçonaria não é diretamente visada, isso é o mesmo argumento usado em 1935 para a ilegalizar. Também a Maçonaria não era então visada... Talvez a razão seja o irracional e o sectarismo ideológico, palavras novas para um problema que remonta ao século XVIII quando a Bula de Clemente XII excomungava os maçons e todos os que os apoiassem.▣

BIBLIOGRAFIA

ARRIAGA, José, *História da Revolução Portuguesa de 1820*, vol. I, Porto, Ed. Lopes & Cª Editores, 1880;

Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido, nº 12, ano de 1930, Ed. Grande Oriente Lusitano Unido, 1930, p. V;

Bulla do Santissimo Padre Leão XII contra os Pedreiros Livres, Lisboa, Tipografia Régia, 1828;

CARVALHO, António Carlos, *Para a História da Maçonaria em Portugal 1913-1935*, 2ª edição, Lisboa, Ed. Vega, 1993;

CARVALHO, David Luna de, *Os levantes da República (1910-1917) – resistências à laicização e movimentos populares de repertório tradicional na 1ª República*, Lisboa, Edições Afrontamento, 2011;

Cartas, comunicações e documentos vários, mensagem do Grão-Mestre à Grande Dieta, Lisboa, 21 de Março de 1923. Biblioteca do Grande Oriente Lusitano;

Cathecismo dos Pedreiros-Livres, Lisboa, Ed. Tipografia Maigrense, 1822;

Conquistas liberaes in Ecos do Norte, 2ª série nº 108, 17 de Agosto de 1918, Ribeira Grande, 1918

COUSTOS, John, The sufferings of John Coustos for free-massaonry and for his reffufing to turn Roman Catholic in the Inquisition at Lisbon, London, 1746;

Diário das Sessões da Assembleia Nacional, nº 43, 6 de Abril de 1935 e nº 91, 11 de Dezembro de 1936

Ecos do Norte, 2ª série nº 80, 2 de Fevereiro de 1918, Ribeira Grande, 1918

Fundo Maçonaria, Documentos vários, Arquivo do autor;

Fundo Myriel – Achegas para a História da Maçonaria em Portugal, vol. 1, s. dt., Arquivo do Grande Oriente Lusitano*;*

Futura (A) República in A Ilha Terceira, nº 84, ano 2, 28 de Agosto de 1907, Angra do Heroísmo, 1907;

História certa da seita dos Franc-Massões, Lisboa, Typografia Rollandiana, 1817;

LOPES, António, A Maçonaria Portuguesa e os Açores 1792 – 1935, Lisboa, Ensaius, 2008;

MACEDO, José Agostinho de, *D. Miguel I obra a mais completa e concludente sobre a legitimidade e inauferiveis direitos do Senhor D. Miguel I ao throno de Portugal*, Lisboa, Impressão Régia, 1829;

MACEDO, José Agostinho de, *Consideraçoes politicas sobre o estado de Decadencia de Portugal e absoluta necessidade do seu remedio trazido pela nova ordem do Presente Governo Supremo*, Lisboa, Impressão Regia, 1820*Maçonaria (A), inimiga dos trabalhadores in Revolução*, de 4 de fevereiro de 1933, Lisboa, 1933;

MADUREIRA, Arnaldo, *A Igreja Católica na origem do Estado Novo*, Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 2006;

MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Monárquicos contra a República – as "boas razões" para uma rebelião permanente in República e Republicanismo*, coord. Maria Fernanda Rollo e António Rafael Amaro, Lisboa, Ed. Caleidoscópio, 2015MARQUES, A. H. de Oliveira, *Ensaios de Maçonaria*, Lisboa, Ed. Quetzal Editores, 1988;

MAIA, Francisco de Ataíde Machado Faria e, *Um Deportado da Amazona – monografia histórica da época liberal nos Açores (1810 – 1834)*, 2ª edição, Ponta Delgada, s. ed., 1931;

MARQUES, A. H. de Oliveira, "História da Maçonaria em Portugal" *in Revista de Maçonaria*, nº 1, novembro 2020, dir. Fernando Marques da Costa, Lisboa, 2020;

Monarchia e Republica in A Semana, nº 50, 16 de Julho de 1910, Ribeira Grande, 1910;

Muchembled, Robert, *Uma história do diabo – séculos XII a XX*, trad. Augusto Joaquim, Lisboa, Ed. Terramar, 2000;

Nova sentinela contra frac-massões, Lisboa, Ed. Impressão Régia, 1817;

Proclamação Miguelista in O Conimbricense, nº 5291 – 51º ano, de 30 de Julho de 1898, Coimbra, 1898;

Publicações várias (miscelânea), Biblioteca do Grande Oriente Lusitano;

Refutação da Constituição dos insurgentes, Lisboa, Typografia de Simão Thaddeo Ferreira, 1823;

SANTOS, Manuel Pinto dos, "O estigma social da Maçonaria em Portugal – a propósito de um projeto de lei" *in Revista de Maçonaria*, nº 1, novembro 2020, dir. Fernando Marques da Costa, Lisboa, 2020;

Sociedades Secretas" *in Diário da Manhã*, de 5 de abril de 1935, Lisboa, 1935;

Vivas e Morras in O Conimbricense, nº 5111 – 49º ano, de 22 de Setembro de 1896, Coimbra, 1896

1802

Grande Oriente Lusitano

Maçonaria Portuguesa

Facebook | Instagram
Museu Maçónico Português

Museu Maçónico Português

Grémio Lusitano

WWW.GREMIOLUSITANO.PT